

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA:
caminhos e lutas pela liberdade

LUIZ CARLOS BATISTA

Dissertação apresentada no curso de
Pós-graduação em Geografia Humana
Departamento de Geografia-FFLCH/USP
para obter o grau de MESTRE.

ORIENTADOR: Prof. Dr.
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

1990

Dedico os frutos desse trabalho à:

Minha família camponesa,

Minha família pantaneira,

e aos brasiguaios pela

bravura na luta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	001
CAPÍTULO I. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO.....	008
1.1. A colonização do Paraná.....	008
1.1.1. Um século de colonização.....	008
1.1.2. Década de 50 e a intensificação da coloniza <u>ção</u> <u>ção</u> paranaense.....	011
1.2. A modernização da agricultura.....	015
1.2.1. A agricultura paranaense modernizou-se a partir de 60.....	015
1.2.2. Década de 70: a solução foi colonizar ter- ras paraguaias.....	020
1.3. Migrações e a colonização em terras paraguaias..	023
1.3.1. A convivência entre camponeses e campesi <u>ni</u> nos.....	023
1.3.2. Os colonos atravessaram a fronteira.....	025
1.3.3. Uma história de vida de um próspero migran- te.....	033
CAPÍTULO II. A REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA FRONTEIRA.	038
2.1. Da economia natural à agricultura empresarial...	038
2.1.1. A produção mercantil.....	038
2.1.2. O colono e a agricultura empresarial.....	039
2.2. Brasil e Paraguai: uma ponte de amizades.....	043
2.2.1. As fronteiras paraguaias.....	043
2.2.2. A ponte da Amizade.....	045

2.3. A formação territorial na fronteira.....	050
2.3.1. Os tratados de entrega.....	050
2.3.2. A ditadura Colorada.....	054
2.3.3. "Votos de "brasiguaios" decidem eleições em Foz".....	058
 CAPÍTULO III. A POLÍTICA AGRÁRIA NA FRONTEIRA.....	 060
3.1. A prática geopolítica de fronteiras.....	060
3.1.1. Fronteiras nacionais.....	060
3.1.2. Os brasileiros sem Brasil.....	066
3.2. Exploração no Paraguai.....	072
3.2.1. Mecanismo de exploração e dominação.....	072
3.2.2. Casos de violência com brasiguaios.....	079
 CAPÍTULO IV. AS LUTAS PELA LIBERDADE.....	 087
4.1. Lutar para sobreviver.....	087
4.1.1. As migrações e as lutas.....	087
4.1.2. A vida de brasiguaiio.....	092
4.2. Brasiguaios: uma estratégia camponesa na fronte <u>i</u> ra.....	097
4.2.1. Ocupar e acampar: "Se voce fôr eu vou tam- bém".....	097
4.2.2. Acampar para ocupar: uma reorientação no mo vimento.....	108

CAPÍTULO V. A CAMINHADA FEITA DE SANGUE.....	117
5.1. A necessidade do retorno: a tática do acampamento.....	117
5.1.1. Os brasiguaios retornados.....	117
5.1.2. Acampamento de Eldorado: brasiguaios e brasileiros.....	120
5.2. Os caminhos da liberdade.....	125
5.2.1. Os milagres da Padroeira.....	125
5.2.2. Gleba Santo Inácio: uma favela rural.....	133
5.2.3. A definição: Fazenda Monjolinho, até quando?.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
A luta continua.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	156
FOTOS E DOCUMENTOS.....	163

INTRODUÇÃO

Os brasiguaios são conhecidos como trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados/expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai. Constituem 80% da população paraguáia na fronteira, são posseiros, meeiros, arrendatários, agregados, bóias-frias e parceiros que moram nas colônias de Pedro Juan Caballero, Horqueta, Capitan Bado, Cedro Di, Maracajú, Santa Clara, Nova Brasília, Sant'Ana, Coronel Toledo, Panamby, Piquiry, Hernandarias, Santa Tereza, Santa Fé, Campo 9, Cerro Largo, Cedralez, Santa Rosa, Formosa, Caarapá, Marechal Rondon, Naranjito, Naranjal, La Paloma, Salto del Guairá, Porto Adélia, Encruzo, Guarani, Ipejun, Coronel Sapucaia, Guadalupe, Alvorada, Corpus Cristi, Katuete, Ciudad del Este, Passo Ita, Linha Control e Sapiroé.

A preocupação maior desta pesquisa refere-se à análise dos conflitos de classe, reproduzidos nas lutas que envolvem atualmente brasiguaios e empresários. Não procuramos buscar o conhecimento a partir de um objeto de estudo estático; importa-nos o movimento que percorre a sociedade construída pelos homens nas suas lutas.

Atualmente as pesquisas, principalmente em Geografia, buscam, na análise a partir do "estudo de caso", compreender a realidade. É nessa direção que estudaremos os brasiguaios. O campesinato na fronteira caracteriza-se como o sujeito de nossa investigação. A necessidade de explicar a caminhada desses migrantes volta-se à questão da compreensão da totalidade e assim interpretarmos a vida camponesa na fronteira.

Segundo alguns autores a relação dialética é importante na pesquisa científica e na questão do objeto:

"Voltando à questão inicial, ou seja a do objeto de estudo, deparamos com um ponto fundamental: o objeto de preocupação da Geografia seria o estudo das formas de produção. Tal colocação requer um questionamento: é possível estudar a forma sem se envolver com o conteúdo? Não existiria uma relação dialética entre estas duas categorias? Sabemos que o conteúdo é um conjunto de elementos e processos que formam determinado objeto ou fenômeno, mas intrinsecamente inerente a ele...O materialismo dialético parte da unidade do conteúdo e da forma, de sua inseparabilidade... entretanto não podemos esquecer que é o conteúdo que determina a forma" (Afanassaiev 1953:156) (Oliveira 1982:82)

O movimento, espaço e tempo constituem a força da análise dialética com a qual pretendemos atingir a composição do trabalho que organiza a formação do território de lutas dos brasiguaios.

"Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital" (MARX 1987:660)

Nossa pesquisa procurará colocar em questão as características gerais da apropriação privada da terra, e as formas de sua incorporação à lógica capitalista de dominação e subordinação.

"A expropriação do produtor rural, do camponês que fica privado de suas terras constitui a base de todo o processo" (MARX 1987:831)

A aliança internacional para a homogeneização do capital se dá no processo de colonização. A questão é saber onde ocorre a acumulação e se a divisão do solo é fruto da luta dos trabalhadores.

Historicamente, a acumulação se processa via transformação da propriedade não-capitalista para propriedade capitalista, iniciando com a apropriação privada da terra. A propriedade privada é para a sociedade capitalista um título de cidadania.

Na América Latina a propriedade privada da terra é o resultado da conquista por espanhóis e portugueses que foram recompensados pelos reis com grandes áreas de terras. Estas terras não eram apenas incultas, mas também propriedades do Estado, patrimônio público que os reis utilizavam para presentear os desbravadores, convertendo-os em proprietários das terras.

As capitânicas hereditárias foram o exemplo destas situações no Brasil com as sesmarias. Entretanto estes senhores apropriavam-se das terras, possibilitando o domínio das grandes fazendas. Em 1850, com a Lei de Terras, a propriedade privada é institucionalizada no país. Entra em jogo, no cenário da colonização brasileira, a expropriação e posteriormente a subordinação da renda da terra camponesa ao capital.

A lógica capitalista na América Latina no final do século XIX já é o monopólio com desigualdades crescentes dentro da população rural, tornando-a cada vez mais migratória, abrindo espaço para a ampliação de uma política imperialista para o capitalismo.

Os primeiros movimentos antimperialistas surgiram com a grande revolução em outubro de 1917 na Rússia; os movimentos das massas transformaram-se em movimentos politicamente organizados. Posteriormente, uma nova articulação do capitalismo surgiu com a Guerra de 1939-1945, que derrotou o nazifascismo na Europa, impulsionando os movimentos de independência no mundo colonial, transformando estrategicamente o colonialismo em neocolonialismo.

A produção passa a ser organizada mundialmente de maneira socializada dentro de uma economia ainda basicamente capitalista. O capitalismo cria condições objetivas do mundo socialista, entretanto ainda restrito à esfera da produção; quanto ao consumo, este é cada vez mais individualizado. Portanto não há uma passagem do capitalismo ao socialismo como obra do acaso. O socialismo se constituirá numa opção de vida.

As rearticulações do capitalismo abrem para a América a opção de colonizar as fronteiras promovendo uma ocupação essencialmente camponesa, avançando no território livre, numa investida pela conquista das terras públicas consideradas devolutas, portanto um lugar "aparentemente" comum.

A posse dessas terras limita a reprodução do camponato à sua subsistência. Quando aumenta o povoamento, o excedente da produção é negociado com pequenos centros de comércio e a colonização é o primeiro instrumento comercial adequado para transformar estas terras em mercadorias, consequentemente o camponês começa a sofrer o processo de expropriação, migrando para a próxima fronteira agrícola.

Nessa pesquisa a nova fronteira agrícola em ques
tão sobrepõe-se ao território nacional. Esses estudos devem me-
recer a devida atenção dos trabalhadores, principalmente porque,
a partir da 2ª Internacional, além de se discutir o modo de pro-
dução, estuda-se também a formação territorial a partir da for-
mação econômico-social. Esta, é dada pelos enfrentamentos na
fronteira do Brasil com o Paraguai, onde os camponeses que lu-
tam pela terra constituíram uma forma própria de organização a-
través dos trabalhadores que audenominaram-se de brasiguaios.

As contradições manifestadas nos conflitos das clas-
ses que estão se estabelecendo a partir das lutas regionais na
conquista do direito à terra, expressam a organização de uma lu-
ta contra a necessidade de acumulação capitalista, já num pro-
cesso bastante adiantado que, por outro lado, vem de encontro
com a efetiva realização desta acumulação.

O processo migratório do Paraná para o Paraguai, o-
correu num clima de lutas e violência e entra na composição do
trabalho que organiza a formação do território de batalhas dos
brasiguaios. Colocar em questão as características gerais da a-
propriação privada da terra e as formas de sua incorporação à
lógica capitalista de dominação é o objetivo principal deste
trabalho.

Entendemos que a abordagem do processo das relações
de trabalho à luz do materialismo histórico permitirá o resgate
da inquietações dos brasiguaios, compreendendo a natureza de
sua organização dentro da formação da agricultura capitalista
na fronteira.

As forças produtivas dadas pela natureza da organização e divisão do trabalho que compreende os brasiguaios relacionam-se a um lugar no território paraguaio que corresponde às ações político-administrativas, jurídicas e ideológicas do Estado que determina o que chamamos de formação territorial.

"A sociedade civil realiza este processo de socialização da sociedade; o capitalismo abate todas as barreiras espaciais e temporais entre os diferentes países e domínios, da mesma forma que os muros da separação jurídica entre os estados." (Staende). (Lukács 1974:35)

A luta camponesa é portanto dialética e possui um terreno próprio que é a conquista da terra, a ponto de aprofundar as contradições que colocam em crise o capitalismo, pois a terra para o camponês é importante enquanto um modo de vida e, para o capitalista, é um modo de produzir/extrair riqueza e lucro.

Nesse sentido procuraremos mostrar em cinco capítulos como os camponeses avançaram a fronteira, abrindo através de suas lutas os caminhos da liberdade, constituindo-se em agentes históricos, em brasiguaios.

O primeiro capítulo retrata o processo de colonização paranaense durante um século, de 1850 à 1950. Num processo fundamentalmente estruturado no extrativismo e na concessão de terras a grupos estrangeiros em troca de investimentos na infra-estrutura para permitir o efetivo povoamento do Estado. Sem esquecer que já nas primeiras décadas do século XIX inicia o cultivo de cafezais.

A partir de 1950 a cafeicultura avança nas terras roxas do Paraná até atingir a década de 70, quando a modernização da agricultura e o modelo econômico agroexportador favorecem os empresários que empurram os colonos paranaenses a té o Paraguai.

No segundo capítulo estudamos a política agrária a dotada na fronteira, mostrando como viviam os paraguaios até receberem a influência dos brasiguaios e a política de relações econômicas entre os dois países, que configura a formação territorial da fronteira dominada por brasiguaios e o capital internacional.

A geopolítica faz parte da abordagem do terceiro capítulo, acentuando as estratégias de dominação internacional e mostrando como o capitalismo apaga as fronteiras nacionais tendo repercussão concreta na manifestação dos brasiguaios.

A liberdade e a própria sobrevivência fazem parte da luta camponesa na fronteira, a qual é vista no quarto capítulo com o título de : "As lutas pela liberdade", retratando a vida dos migrantes brasiguaios no Paraguai e o processo de ocupações e acampamentos no Mato Grosso do Sul como forma de retornar ao Brasil.

No último capítulo, dedicamos nossa atenção às caminhadas para a conquista da terra nos assentamentos realizados pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

1.1. A colonização do Paraná

1.1.1. Um século de colonização

As primeiras posses de terras no Estado do Paraná foram estabelecidas a partir da direção de São Paulo/Sorocaba, à Curitiba. Elas foram feitas por capatazes de fazendeiros que instalavam alguns escravos para tomar conta de poucas cabeças de gado colocadas nessas terras. Assim, as primeiras estradas foram chamadas de "boiadeiras", porque era por onde conduziam o gado para o comércio nos centros de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Esses fazendeiros, alegando a posse destas terras, requereram as sesmarias que variavam entre 4 e 8 mil alqueires paulistas. Os primeiros proprietários eram absenteístas e apropriaram-se destas terras a partir do século XVIII. No século XIX a família latifundiária já se estabelecia nas fazendas do Paraná, valendo-se do trabalho escravo.

Associada a esse estilo de colonização (que predominou nas terras de campos do Paraná até a divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) encontramos a exploração da erva-mate e das florestas de araucária. No século XIX, esta porção do estado desenvolve-se com a introdução de uma política de exportação do mate pelos ervateiros e a instalação da indústria da madeira, incluindo-se também um plano de colonização com imigrantes estrangeiros para atender ao mercado interno através de uma agricultura de abastecimento.

O regime de sesmarias terminou após a publicação da Lei nº 601, de 09 de janeiro de 1850. Com isso todas as terras devolutas foram incorporadas ao território nacional e apenas o Governo Imperial poderia conceder terras, exigindo a revalidação das sesmarias e outros títulos fornecidos pelo governo provincial. O primeiro presidente da província do Paraná, em 1854, encontrou dificuldades para ordenar o novo regime de propriedade territorial, ocorrendo vários conflitos por questões de poses e limites. Com a Constituição da República de 1891, baseada na Constituição Norte Americana de 1787, implanta-se no Brasil o modelo de federalismo e do presidencialismo. Pelo artigo 64 as terras devolutas passaram a pertencer aos Estados que podiam realizar as concessões de terras segundo suas próprias leis, com exceção das terras de fronteiras.

No Paraná, a lei estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892, regulamentada em 08 de abril de 1893, permitiu a concessão de glebas à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, garantindo investimentos de capitais ingleses no estado em troca dos serviços públicos de construção de uma estrada de ferro que ligaria Guarapuava a Fóz do Iguaçu (PR), além de hipotecar as terras ao Banco do Estado e conseguir financiamentos através de terras públicas. Foi diante destes interesses que as concessões, determinadas pela forte presença do Estado, garantiram o desenvolvimento da agricultura no Paraná.

O extrativismo desenvolvido pelos mateiros atingiu as áreas de terras roxas. A divulgação dessas terras fez avançar a cafeicultura no Paraná a partir de 1860.

No século XX intensificou-se a presença de cafeicultores paulistas e mineiros na colonização paranaense. As terras eram férteis e a produção beneficiava-se do fato de estar aquém das quotas que visavam evitar a superprodução, isentando-se sobre ela as taxas que já começavam a abalar a produção do café em outros estados.

De forma predominante foi o café o responsável pela maior parte da colonização do Paraná; algumas fazendas de café típicas do século XIX em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais mudaram-se para o Paraná, onde encontramos, além do fazendeiro, a presença do empreiteiro, do colono e do meeiro.

O fazendeiro é o proprietário de terras; o empreiteiro realiza um contrato com o fazendeiro para formar os cafezais, e os meeiros fazem o contrato com base numa porcentagem das responsabilidades de produção para o proprietário e outra para o meeiro; conseqüentemente, todo o processo produtivo é dividido à base de 50%, mas aparecem algumas derivações como o porcentageiro, que pode ser à base de 25%, 30% ou 40%. Finalmente o colono recebe uma quantia de pés de café e responsabiliza-se pela formação do cafezal. No início pode utilizar culturas intercalares, enquanto o cafezal fôr novo, ou poderá receber uma área separada para fazer sua roça, recebendo diárias quando trabalhar para o fazendeiro.

Os núcleos de colonização dos holandeses e alemães no Paraná são constituídos por pequenos e médios proprietários, reunidos em cooperativas e dedicados à pecuária ou ao cultivo da soja, principalmente a partir da década de 70.

A recente ocupação do Paraná se destacou a partir da década de 30 e desenvolveu-se ao longo das décadas de 40, 50 e 60. Entre 1940 e 1950 a população paranaense cresceu 71,12%, prolongando-se este crescimento na década de 50 e 60 quando os percentuais atingiram 102,21%, época em que explodiu o processo de colonização do Paraná com a exploração madeireira e a pequena agricultura abrindo espaço para os cafezais que prosperaram até o final da década de 60.

1.1.2. Década de 50 e a intensificação da colonização paranaense

Na década de 50 a titulação de terras no Paraná seguiu uma certa liberdade que muitas vezes ultrapassava os limites legais. Como as terras eram boas e atraíram muitos colonos, observou-se o mesmo processo de colonização acompanhada da expropriação dos camponeses.

As pequenas propriedades predominaram na colonização paranaense com o café no norte e cereais no sudoeste e oeste, sendo que no norte houve maior estabilidade para os proprietários que compraram as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná. No oeste e sudoeste a ocupação das terras ociosas ou devolutas e a ação dos aventureiros trouxeram muitos conflitos, ocorrendo vários casos de posses nas quais os colonos fizeram as moradias e passaram a cultivar em terras devolutas ou abandonadas.

A prática da grilagem de terras passou a ser rotineira no Paraná, mediante usurpação de títulos dos posseiros e a conivência do próprio governador do Estado.

Em 1951 o ex-governador Moisés Lupion, proprietário da firma CITLA (Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial LTDA), adquirida da antiga Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, recebeu a concessão de 425.731 hectares das terras de posseiros na região de Missões e Chopin, envolvendo suborno e corrupção e atingindo o Governo de Getúlio Vargas, partidário de Lupion.

O Paraná sofreu na década de 50 o agravamento das questões de terras. O Governo não merecia confiança, e o próprio governador Moisés Lupion, no poder de 1946 a 1950, permitiu a desordem nos negócios de terras, pois isso interessava à sua empresa. Com a derrota nas eleições de 1950, a partir de outubro daquele ano aumenta a grilagem de terras promovida pelo próprio governador, através da CITLA, aproveitando os últimos meses no poder, avança nas terras dos pequenos proprietários, desprezando todos os seus direitos.

No norte do Paraná ocorreu a revolta de Porecatu, devido à divulgação de um projeto de colonização que atraiu camponeses para trabalhar na derrubada das matas, preparo de terras, plantações dos cafezais e construções das moradias e assim abriram seus lotes. O Governo não garantiu os títulos definitivos aos colonos, porque renegociou as terras do projeto e resolveu despejar os camponeses. A partir de 1950 os trabalhadores organizaram uma guerrilha, articulada com as Ligas camponesas. No primeiro confronto armado com a polícia morreram quatro lavradores e seis policiais; ocorreram novos combates e cem policiais protegem a cidade de Porecatu armados de fuzis e metralhadoras.

O novo governador do Estado, eleito em 1950, toma posse em 31 de janeiro de 1951 e estabelece um diálogo com os posseiros, chefiados por José Billar, quando ficou decidido a criação de uma Comissão especial para tratar do litígio e assentar parte dos posseiros, transferindo outros mediante indenização com áreas do mesmo valor. Em março o Estado declara as terras de utilidade pública, porque os camponeses ainda persistiam e continuaram em emboscada até junho de 1951, que faz o Estado reforçar o policiamento na região até pôr fim ao sangrento combate. As primeiras terras declaradas de utilidade pública no país foram as de ~~Pore~~recatu, Jaguapitã e Arapongas, iniciando as desapropriações por interesse social, sendo que várias famílias foram transferidas para novas terras a serem colonizadas em Campo Mourão e Goio-Erê (PR).

As questões de terras no Paraná não terminam na região norte paranaense; a própria polícia é acusada de realizar grilagem de terras e os conflitos intensificam-se também no oeste e sudoeste. A valorização das matas de araucárias transfere as tragédias para o sudoeste do Paraná.

O governo de Juscelino Kubitschek, eleito com um terço dos votos pelo PSD, legenda que abrigou sua candidatura, assumiu a presidência em 1956. O líder paranaense do PSD era Moisés Lupion, que retorna ao poder também em 1956. Esta vitória de Lupion, bem como sua função de liderança no PSD, garantiu apoio ao governo Kubitschek e permitiu a troca de favores políticos com os quais a CITLA, empresa de Lupion, iniciou uma violenta desapropriação dos lavradores das terras de colonização federal.

A autonomia do governo estadual sobre a jurisdição das colônias federais no Paraná permitiu o monopólio da empresa do governador e uma generalizada situação de corrupção a ponto de fornecer títulos "fantasmas", isto é, a pessoas que não existiam mas tinham como procuradores membros do governo estadual que foram os articuladores da vitória de Lúpion, recebendo em troca grandes propriedades de terras nas áreas já ocupadas pelos lavradores nas colônias federais.

Os processos dos títulos definitivos destes lavradores esbarravam na burocracia estatal da SEIPU (Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União) e nas negociatas das empresas particulares, como a do governador, eram ágeis e desleais (como têm sido nos órgãos como o INIC, SUPRA, INDA, INCRA, MIRAD etc.).

Os conflitos se estabeleceram com lavradores que vieram do sul para o sudoeste e oeste paranaense e começaram a colonizar terras na região de fronteira com o Paraguai, atingindo 15.000 pessoas que tinham títulos de domínio pleno fornecido pelo governo federal nas colônias de Osório-Cango, em terras públicas e em terras adquiridas da União pela Companhia Pinho e Terras LTDA; processos que tramitavam na ordem burocrática. Em 1957, um ano após a posse de Moisés Lúpion, a CITLA vende as mesmas terras a outros, inclusive outras empresas como a Apucarana e a Comercial Agrícola Paranaense LTDA, voltando a cobrar as terras dos lavradores. A CITLA incorporou terras nos municípios de Palmas, Clevelândia, Chopin e Pato Branco.

Os gaúchos que buscavam o Paraná para conseguir novas terras chegavam diariamente, aumentando também os conflitos entre posseiros e fazendeiros. O clima de tensão era constante na região; os colonos refugiavam-se nas matas, alimentando-se da caça e frutas, e aproximadamente 1.300 brasileiros fugiram dos jagunços e entraram em território argentino. No final de 1957 eram 500 famílias refugiadas em Pousadas na Argentina, expulsas que foram da cidade de Santo Antonio, no Paraná, na tentativa de se protegerem dos conflitos entre posseiros e jagunços que resultaram em 50 mortes na região de Capanema.

Em 1958, várias famílias migraram do Rio Grande do Sul e acamparam em Capanema até conseguirem o direito de posse das terras que encontraram sem escrituração. Com isso as questões de terras no Paraná atingem a década de 60 e, com o gradativo e violento processo de expropriação, as famílias camponesas constituem-se em habitantes das províncias de Corrientes e Misiones na Argentina. Em 1960, 73.002 habitantes brasileiros e paraguaios moravam nestas duas províncias.

1.2. A modernização da agricultura

1.2.1. A agricultura paranaense modernizou-se a partir de 60

No início da década de 60 as firmas colonizadoras atuavam com violência no oeste do Paraná. A Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), a Companhia Brasileira de Colonização (COBRINCO) e a Fundação Paranaense de Colonização estavam agindo em Cascável (PR).

Em janeiro de 1961 tomou posse o governador Ney Braga, que logo em seguida realizou a "Operação Jagunço", para conter a violência em Cascavel, e anulou títulos de 45 mil alqueires em Laranjeiras e Guraniaçu, para atender 1.100 famílias. Na região de Capanema o Governo Federal desapropriou terras da CITLA e de outras companhias para atender as 500 famílias que estavam acampadas na cidade. Eram terras incorporadas ilegalmente ao patrimônio das empresas e não estavam escrituradas, fato que favoreceu a intervenção do Governo Federal em favor dos posseiros que já estavam cultivando o feijão, soja, milho e criavam seus animais, além de terem construído a Igreja e o Clube.

Na fazenda Santa Helena situada no município de Capanema estabeleceram-se novos conflitos em 1962. O fazendeiro forçou a retirada dos posseiros utilizando-se de jagunços que espancavam os trabalhadores e queimavam seus barracos. Foram cinco anos de resistência; finalmente os jagunços entraram atirando para matar os que resistiam e com os maquinários derrubavam as casas, desabrigando todos os posseiros.

Após o golpe militar de 1964, a prática do autoritarismo centralizou novamente as questões de terras nas mãos do Governo Federal. Conseqüentemente, a anulação, pelo Governo do Paraná, dos títulos federais concedidos na década de 40, tornou-se sem efeito. Essas terras voltaram a ser do domínio da União. Todos os processos que envolviam o governo de Moisés Lupion no Paraná, com suas falcatruas em favor da CITLA, foram para o Tribunal Federal para julgamento em 1965. As causas vencidas pelos camponeses sofreram ações enviadas através de recursos das empresas, expropriando os colonos.

"Como na luta pela terra o INCRA, em nome do governo federal, via de regra desapropria unicamente "por interesse social", isto é, em casos de extrema tensão social, é do interesse dos Estados e dos capitais privados fomentar a tensão social e a revolta na fronteira" (Foweraker 1982:132)

A concentração das terras na década de 60 obedeceu novamente às rédeas do autoritarismo, principalmente com a instalação do governo militar a partir de 1964. No Paraná a desestruturação rural foi marcante com a alteração da estrutura fundiária e modificação do sistema agrícola com a introdução de uma política agrícola modernizadora, voltada aos interesses da acumulação capitalista. As pequenas propriedades com áreas entre 10 a 15 hectares e até menores, foram incorporadas por empresários ou subordinadas a estes. Passaram a predominar áreas de no mínimo 50 hectares, substituindo grande parte dos cafezais por cultivos de soja e trigo.

Os modelos foram substituindo-se na economia brasileira. Assim, como de 1500 a 1930 vivemos um período agroexportador, passamos por um período contemplado pelo modelo de substituição de importações correspondendo ao espaço entre 1930 a 1960. A partir da década de 60 atravessamos os momentos de crises mais agudas de nossa economia com o modelo da internacionalização do mercado interno. Esses modelos ajudaram gradativamente no desbravamento das terras em nosso país junto com a introdução de uma economia industrial dominada pelas multinacionais que promoveram a imposição nas modificações das relações de produção e de trabalho.

A política dos organismos de planejamento, estruturada pela ditadura militar, serviu para dar o sentido à colonização brasileira voltada aos interesses da constituição efetiva do domínio do modo de produção capitalista no país.

A formação territorial brasileira revela a própria formação do capitalismo em sua totalidade. Os assentamentos rurais realizados pelos planos de reforma agrária ou projetos privados de colonização são referências objetivas e materiais que condicionam o processo de colonização a formas contínuas de apropriação de territórios incorporados à realização do modo capitalista de produção.

A modernização da agricultura paranaense e os cultivos de soja e trigo acrescentaram sérios problemas sociais e econômicos para o Estado, como a desestruturação dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais que viviam da cultura cafeeira. Junto à modernização tivemos a extensão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao trabalhador rural, impossibilitando os pequenos proprietários de manter os agregados por não poder cumprir com os custos sociais da legislação em vigor, transformando grande parte dos lavradores e trabalhadores rurais em bóias-frias.

Os anos 70 marcaram a intensificação da política integracionista no Brasil, seguindo o modelo de internacionalização do mercado interno; estabeleceram-se áreas pioneiras que precisavam ser rapidamente ocupadas visando transformar o país num forte exportador de produtos agropecuários e agrícolas. Com isso os organismos de planejamento e desenvolvimento regional ficaram responsáveis pelos projetos.

As Superintendências do Desenvolvimento Regional do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (SUDAM) e do Centro Oeste (SUDECO) aprovaram vários projetos agropecuários liberando generosos incentivos fiscais, permitindo a invasão de empresas estrangeiras para comprar terras no Brasil.

Em 1979, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) demonstrou em seus levantamentos que 52 mil imóveis rurais no Brasil eram de estrangeiros, correspondendo a uma área acima de 9,7 milhões de hectares. Dez empresas estrangeiras ocupam uma área de 2,6 milhões de hectares na Amazônia e Goiás, sendo que a compra dessas terras atinge inclusive reservas indígenas e em dezenove municípios desrepeita-se o limite de ocupação de terras por estrangeiros (limite que é de 25% da área municipal, somadas as áreas pertencentes tanto a pessoas físicas como jurídicas que não sejam brasileiras). Além disso cada nacionalidade estrangeira pode possuir 10% da área de um município, mas constata-se que em 56 municípios este limite não é respeitado.

Enquanto no Brasil, investimentos estrangeiros absorvem áreas enormes, e as atividades agroindustriais tomam conta da política agrícola nacional, o censo de 1970 registrou que 1.007.167 habitantes, predominantemente camponeses, foram expropriados das terras no Brasil. A maioria dos trabalhadores rurais atravessaram a fronteira para a Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela na tentativa de conseguir a terra para trabalhar. São 15.700 quilômetros de fronteiras do Brasil com a América do Sul a maior parte delas atingida pelo expansionismo brasileiro.

Com a Bolívia, o Brasil, tem a maior fronteira internacional com 3.126 quilômetros de extensão, a penetração brasileira é de 100 quilômetros com 60.000 brasileiros, nome que identifica os brasileiros que vivem nesta área. O caso mais marcante até o momento ocorreu nos 1.339 quilômetros de fronteira com o Paraguai, onde vivem, ao longo de 100 quilômetros, 500 mil brasiguaios, representando 15% dos 3 milhões de habitantes do Paraguai.

1.2.2 Década de 70: a solução foi colonizar terras paraguaias

Na década de 70 as questões de terras em Capanema e Santa Helena, no Paraná, encontravam-se sem solução para os posseiros. As quinhentas famílias assentadas nas terras de litígio com a CITLA foram despejadas e se obrigaram a alojarem-se na cidade em acampamentos cedidos pela companhia militar; depois o prefeito alugou o Clube União e alojou os posseiros por sessenta dias com alimentação. Após este período os lavradores receberam uma pequena indenização pelas terras e deixaram o alojamento em 1975. Foram doze anos preparando as terras para os fazendeiros.

A partir dos constantes conflitos na fronteira do Paraná com o Paraguai, a próxima investida foi atravessar a fronteira e ocupar as terras de Porto Salsa no Paraguai. Porém, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, foram novamente desapropriados recebendo qualquer quantia, porque vivendo em outro país não possuíam nenhum direito legal sobre as terras que ocupavam; assim definitivamente foi se formando a população de brasileiros no Paraguai.

Foram principalmente os conflitos de terras, a mecanização da lavoura e o casamento dos filhos da família camponesa no Brasil que provocaram a busca de terras pelos brasileiros no Paraguai.

A década de 70 foi significativa na emigração de camponeses para o Paraguai. Alguns arrendavam terras do IBR - Instituto de Bienestar Rural, pagando todo ano uma taxa pelo uso da terra. Muitos arrendavam terras de proprietários paraguaios ou brasileiros que exploravam grandes propriedades, enquanto outros eram apenas empregados. A maioria pensava em explorar uns 3 ou 4 anos as terras no Paraguai e voltar para o Brasil. No começo iam apenas os homens, e depois de um ano mais ou menos levam a família. Em muitos lugares, a partir de 1975, chegavam 8 a 10 famílias por dia nos caminhões. Devido à procura de terras no Paraguai, fazendeiros do Paraná compraram grandes propriedades no Paraguai e levaram brasileiros para trabalhar como arrendatários.

A intensidade de povoamento da fronteira paraguaia por brasileiros efetivou-se em dois momentos historicamente consideráveis, um entre os anos de 50 e 69 e outro entre 70 e 79. No primeiro movimento foram emigrações de curta distância, principalmente devido às vantagens com relação aos preços das terras e à fertilidade do solo, que atingiram principalmente as colônias de Santa Rosa, Naranjal, Katuete, General Diaz, Gleba 4, Cedrales, Corpus Cristi e La Paloma.

Estas colônias apresentaram entre os anos de 50 a 84, os seguintes índices percentuais de entrada brasileiros:

1950-69.....	4,0%
1970-74.....	31,2%
1975-79.....	46,0%
1980-84.....	18,8%

Entre 70 e 79 aumentou a emigração de brasileiros e registrava-se o segundo e mais representativo movimento migratório, devido principalmente à modernização da agricultura brasileira e os incentivos ao cultivo da soja que estava com excelente cotação no mercado internacional. Neste período entraram no Paraguai 77,2% do total de brasileiros que deslocaram-se para aquele país para conseguir a terra e melhorar as condições de vida.

No último período, de 80 a 84, os percentuais diminuíram para 18,8%, indicando que o processo de modernização da agricultura abrangia também o Paraguai, atingindo muitos brasileiros que praticavam a agricultura em posses do IBR. Estes perderam as terras para colonizadoras que passaram a agir na especulação imobiliária das terras "amansadas" pelos brasileiros. Foram retirados violentamente de suas terras e as oportunidades só existiam para aqueles que podiam comprar as terras, regularizá-las no Cartório em Assunção, e continuar investindo no Paraguai. Os pobres foram transformando-se em agregados, parceiros, enquanto várias famílias começaram a pensar no retorno ao Brasil.

Também para os paraguaios este é um dos maiores problemas, porque em suas terras continuam entrando, com a modernização, o efetivo domínio do território pelos empresários que estão tomando as terras da chamada colonização espontânea e

trazendo a concentração da propriedade fundiária, esgotando a disponibilidade de terra para os camponeses.

1.3. Migrações e a colonização em terras paraquaias

1.3.1. A convivência entre camponeses e "campesinos"

Os constantes movimentos migratórios, as distâncias e o tempo entre os movimentos, além das dificuldades econômicas e sociais, constituíram-se em graves problemas para os camponeses reproduzirem-se nas comunidades às quais pertenciam. Dentro do Paraguai o encontro das migrações camponesas na fronteira salienta as especificidades das características sociais dos brasiguaios e dos "campesinos" paraguaios.

Alguns problemas evidenciados demonstravam diferenças como as encontradas nas faixas etárias dos migrantes estabelecidas na fronteira. Enquanto a maioria dos paraguaios encontrava-se entre os 15 e 24 anos, os brasiguaios estavam na faixa dos 25 aos 34 anos. Esta diferença vem prejudicando a relação entre os trabalhadores dos dois países.

Para o campesinato os valores do lugar de origem sempre foram fortes componentes incorporados à sua cultura, transmitidos basicamente por manifestações da linguagem falada e comumente representada pelas manifestações simbólicas e rituais religiosos vinculados à terra como sinônimo de vida. Os campesinos paraguaios encontravam-se em desvantagem no convívio com os brasiguaios na fronteira, impossibilitados de resistir aos efeitos de sua despersonalização, principalmente porque estavam em menor número em relação aos brasiguaios. Na região de Alto Paraná os brasiguaios conseguiram impor a linguagem, a comida, os costumes e até o dinheiro brasileiro, su-

~~metendo-os a condições de vida exclusivamente brasileiras~~

A pouca idade dos colonos paraguaios nas terras da fronteira deveu-se em grande parte à saída dos filhos com idade de 18 anos, desgarrando-se dos laços familiares, para servir ao exército na fronteira. Após terminar os compromissos militares muitos não voltaram para viver com a família e recebiam lotes do Instituto de terras oficial. Em geral, a maioria na faixa dos 24 anos se estabeleceram nas colônias da fronteira.

O acesso à terra no Departamento de Alto Paraná sempre demonstrou a proporção da exploração das terras por brasiguaios com relação aos camponeses paraguaios. Em 1981 os loteamentos eram predominantemente dos camponeses brasiguaios. As áreas até 20 hectares apresentavam mais paraguaios e acima de 50 hectares estavam controladas pelos brasiguaios que eram pequenos proprietários. Apenas 4% dos brasiguaios eram trabalhadores sem terra, 12% tinham propriedades entre 1 a 5 hectares e 17% possuíam áreas entre 5 e 10 hectares.

O processo de parcelamento das terras dos brasiguaios foi agravando-se com as iniciativas das companhias imobiliárias. Ao longo de 15 anos, uma em cada três famílias de brasiguaios parcelou o seu lote, devido principalmente às irregularidades nos negócios com estas terras, pelos atos de suborno das autoridades e as grilagens das terras. Alguns brasiguaios que possuíam propriedades na faixa de 50 hectares conseguiram transformar-se em médios e até grandes proprietários, entrando também nos negócios de terras. As grandes propriedades do tipo empresarial tem sido dominadas principalmente por estrangeiros de outras nacionalidades.

O processo de concentração das terras paraguaias estabeleceu o domínio imperialista na estrutura fundiária do território através dos empresários que incorporavam aos seus imóveis as terras expropriadas dos camponeses. A influência do expansionismo brasileiro abriu espaço no território paraguaio, com a ajuda dos brasiguaios que desbravaram a terra bruta para o efetivo domínio das agroindústrias, cooperativas e colonizadoras estrangeiras. Os lotes destinados oficialmente aos camponeses paraguaios estavam entre 20 a 30 hectares, sendo que a média era de 20 hectares. Nas colonizadoras privadas que serviram às primeiras iniciativas dos brasiguaios as medidas médias eram de 5 alqueires ou seja 12,5 hectares, sendo que os mais pobres ocupavam áreas de dois alqueires em média. Após o povoamento da região e a valorização das terras preparadas pelos brasiguaios a maioria destas famílias perdeu suas terras.

1.3.2. Os colonos atravessaram a fronteira

O processo de modernização da agricultura, principalmente no Estado do Paraná, acelerou sobremaneira a colonização da fronteira paraguaia por brasiguaios. A população paranaense, principalmente da região norte, diminuiu em 1.268.565 habitantes entre 1970 e 1980. No lugar dos homens entrou a máquina. Em 1970 existiam 18.619 tratores enquanto os dados de 1980 registravam 79.682. Entre 1970 e 1975 os pequenos proprietários foram expropriados, obrigando-se a vender suas propriedades, ou subordinaram-se aos empresários arrendando as terras para as agroindústrias que se instalaram no Paraná.

Esse processo expansionista reflete-se nos dados estatísticos do IBGE, registrando a diminuição de 76.515 pequenas propriedades no Paraná, exigindo do governo uma política que atendesse à ocupação de áreas novas. Naquele momento histórico uma delas era a frente pioneira do Mato Grosso do Sul, incorporada rapidamente ao processo de modernização e à economia de exportação. Ainda livre, portanto, da atuação monopolista do capital na agricultura, restava o território paraguaio. As medidas colonizadoras do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na década de 70 aproximaram a população rural brasileira da fronteira com o Paraguai. A partir da colonização das terras onde foi fundado o atual município de Mundo Novo (MS) que se situa exatamente na divisa com o Paraná e na fronteira com o Paraguai. A partir de 1971 muitos paranaenses vendiam 5 alqueires no Paraná e compravam o direito de posse de 30 a 50 alqueires em Mundo Novo. Em três anos esta área de colonização começou a ser incorporada por fazendeiros, enquanto os colonos migravam para Rondônia ou Paraguai.

A afirmação de um arrendatário brasiguai, filho de um pequeno proprietário na região de Mundo Novo, exprime essa realidade: "Existe um tipo de pessoal brasileiro que é quase índio, não gosta de ficar em lugar bem aberto, nós chamamos de bugre é mais civilizado. No Paraguai a região de fronteira era despovoada, o pessoal vai fugindo. O pessoal que ficou no Paraguai tirou o dele também, mas voltou porque sabe que 1 alqueire de terra no Brasil vale por 10 no Paraguai". Ele confirma: "O agricultor nunca teve bom preço, porque se aumentar o preço na agricultura o assalariado não pode sobreviver".

A política do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), vigente no período de 1975 a 1979, possibilitou que, do deslocamento de 80% da população do norte paranaense, 44% ocupassem o Mato Grosso do Sul. Entretanto grande parte do restante chegou até o Paraguai. Esta população paranaense que entrou no Mato Grosso do Sul na década de setenta sofreu o processo de expropriação em dez anos, enquanto que no Paraná este processo durou vinte anos. Já em 1980 o número de pequenos proprietários no Mato Grosso do Sul diminuiu em torno de 17.000, com relação a 1970.

"Estamos perigosamente caminhando para a monocultura da soja", adverte a economista Mara Gordin. Numa pesquisa feita na região de Dourados, ela constatou que, na década de 70, a produção de soja, alçou-se de insignificantes 14 mil hectares para 386 mil. A pauta da produção agrícola sofreu alterações bruscas: "Em dez anos a soja teve um crescimento de 4.651% enquanto o arroz aumentou sua produção em apenas 67,9%, o milho em apenas 34,9% e o amendoim teve um decréscimo de menos 39,50%". (Senhor/171, 1984:46)

Diante da pressão da população nas áreas próximas à fronteira com o Paraguai, tornou-se fácil estabelecer contatos para ocupar terras férteis no país vizinho. Cumpriu-se assim um dos objetivos da política iniciada com o II PND, pois expandindo-se a modernização da agricultura, houve um aumento de 14% no uso de fertilizantes e de 15% na compra de máquinas agrícolas.

No Mato Grosso do Sul o processo de concentração das terras nas mãos de pecuaristas, passa a ter na década de 70 um novo componente, trata-se da monocultura da soja e o aparecimento da modernização da agricultura contando com as empresas de insumos agrícolas, desenvolvendo-se principalmente na região sul do Estado um rápido processo de expropriação dos camponeses.

O Estado possui a estrutura fundiária mais concentradora do país. "Uma realidade que pode resumir-se a um único dado; 83% das terras estão nas mãos de 12% dos proprietários, segundo uma pesquisa do agrônomo Osmair Scarpari, dono do Panrural, o jornal agrícola de Dourados, e consultor de empresários da região. Na sua avaliação, chegou o momento de começar a se pensar em alterar o quadro fundiário e tirar lições do modelo catarinense, todo alicerçado em pequenas propriedades". (Senhor/171, 1984:42)

Toda essa riqueza não está sendo devidamente explorada, multiplicando os exércitos de sem-terra que pressionam para conseguir seus lotes, caracterizando o aparecimento dos brasiguaios no Paraguai.

O Sr. Artidor Siqueira é um desses brasiguaios que retornou ao Brasil em 1984, nascido em Três Passos (RS) no ano de 1936, é casado e pai de 8 filhos. Artidor migrou para o Paraná com a idade de 19 anos, fixando residência em Capanema e, posteriormente, em Santa Helena. Viveu no Paraná de 1958 a 1975, quando foi expulso de Santa Helena e mudou-se para o Paraguai. Ele relatou o seguinte:

"O povo sempre comentava que no Paraná a terra era boa, então viemos num caminhão com três famílias, chegamos no Paraná sem conhecer ninguém, ficamos muito tempo em Capanema. A campamos num galpão aberto, tomando aragem, meu pai comprou uma posse onde nós trabalhamos muitos anos nas terras da fazenda Santa Helena, porque o fazendeiro não tinha documentos da fazenda, então as terras eram do Estado e nós recebemos a posse, mas nunca conseguimos a escritura. Começamos plantando soja, milho, feijão e criando porcos, naquele tempo produzia bem. Nós trabalhávamos com a família e tudo que fazíamos dávamos para o pai e ele dava para nós o que podia. Eram quinhentas famílias que já moravam ali e conseguiram as posses em Santa Helena. Me casei na Santa Helena, minha esposa era dessas quinhentas famílias, que já moravam no município e continuaram nas posses da fazenda Santa Helena, eram 4.000 alqueires. Cinco dos meus filhos nasceram na Santa Helena e neste ano de 1988, o mais velho, o Ivanir completa 24 anos, o Valdir esta com 22, o Odair com 20, o Altair vai fazer 18 e o Jandir 13 anos. Estávamos todos bem colocados e apareceu a jagunçada começando a espancar, matar e atropelar queimando os barracos. Fomos obrigados a ir para a cidade e conseguimos alojamento na companhia militar, mas não tinha pátio para alojar todos, então o prefeito alugou o Clube União por 60 dias. Depois deste período nós fomos saindo e mudando para o Paraguai.

Recebemos ajuda de um paraguaio, conhecido por José Machuco, que reconheceu a situação dos colonos e transportou várias famílias para o Paraguai. A maioria levou a mudança nas costas, atravessou a fronteira a pé e alguns ajudavam com as carrocinhas.

Vivemos sete anos na região de Porto Salsa no Paraguai em 4 alqueires de terras do IBR e trabalhamos em terras de outros posseiros que não cultivavam e permitiam o uso do solo sem cobrar nenhuma renda, assim ocupamos 18 alqueires e conseguimos sustentar a família. Em 1982, houve a indenização para as 1.800 famílias de brasiguaios que viviam na área de inundação da represa de Itaipu, pagaram apenas a lavoura que estava plantada. Esse dinheiro foi suficiente para mudarmos até Rondônia e tentar viver em Colorado do Oeste (RO). Aguentamos apenas 50 dias, saímos em 300 famílias do Paraguai, mudamos para Rondônia e depois decidimos voltar para Catanduvas no Paraná e de lá mudamos para Mundo Novo (MS) na fronteira com o Paraguai. Conseguimos 15 hectares em Aporã, na linha internacional no Paraguai, trabalhamos dois anos naquela região e de lá decidimos ocupar a Gleba Santa Idalina no município de Ivinhema (MS). Em 1984, lutamos até conseguir o assentamento na Padroeira do Brasil, onde continuamos a luta".

O Sr. Artidor atravessou a fronteira no período de maior influência da penetração brasileira no Paraguai, a situação dos brasiguaios podia ser comparada ao exílio político imposto pela ditadura militar a muitos brasileiros. Em um artigo publicado no Boletim das Migrações nº 22, do terceiro trimestre de 1986 esta comparação apareceu:

"Aparentemente não há nenhuma relação, mas basta conviver um pouco com os brasiguaios e ouvir atentamente suas histórias para compreendermos com muita facilidade que os dois fatos são intimamente relacionados. Ambos são frutos do regime militar brasileiro, que reprimiu violentamente as organizações dos trabalhadores do campo e da cidade".

A grande maioria de pequenos proprietários expropriados das terras no Paraná e no Mato Grosso do Sul reapareceram na fronteira como brasiguaios que estabeleceram o mesmo processo no Paraguai, começando pelo café. Foram novamente paulista, mineiros, agora juntos com os paranaenses, muitos deles que já haviam passado por Mato Grosso do Sul, que desenvolveram, principalmente na colônia de Corpus Cristi, os cafezais. O responsável pelo primeiro projeto de colonização foi um brasileiro, de São Paulo, que utilizou o modelo do norte do Paraná com lotes de 5, 10 e 20 alqueires, que permitiram o rápido povoamento em terras próprias para o café. Nesta região, com a valorização dos cafezais nas terras férteis paraguaias, o desbravamento foi basicamente com o trabalho dos brasiguaios. Os paraguaios não sabiam nem mesmo o que era um descascador de café, pois ainda utilizavam o moinho. A primeira máquina de café foi instalada na região pelo Sr. Cláudio Vendramini, que montou também um mercado para servir principalmente aos brasiguaios. Iniciava-se assim a especulação com a produção dos colonos e a dependência dos mesmos em relação ao fornecimento das mercadorias, sob o compromisso de exclusividade na comercialização da produção.

Nas fazendas de café os brasiguaios trabalhavam em parceria recebendo 40% da produção, livre do adubo, veneno, uréia e herbicidas. Quando o contrato era como meeiros (50%) requeria contudo, que os mesmos assumissem os gastos com o veneno, adubo, uréia e outros insumos. A preferência sempre foi maior para os 40% livres, em função da dificuldade de se obter financiamentos para o custeio da produção.

Os brasiguaios que entraram na região de terra mista e áreas altas, como Corpus Cristi, plantaram café e não sofreram com as geadas. No caso dos gaúchos e alguns mineiros que colonizaram as terras roxas localizadas nas menores altitudes, as tentativas com o cultivo do café foram frustradas, devido às geadas. Alguns desistiram em tempo dos cafezais, outros perderam as propriedades com as dívidas e transformaram-se em porcenteiros.

Os japoneses, que introduziram o cultivo de hortelã no oeste paulista na década de 30, também encontram, através dos paranaenses, gaúchos e catarinenses, condições para desenvolver essa cultura no Paraguai. A concorrência com produtos artificiais, produzidos por multinacionais no Brasil, obrigou a transferência de vários agricultores de menta para o Paraguai e os brasiguaios foram os responsáveis pelo rápido crescimento da produção no Paraguai que, entre 1974 e 1977, aumentou de 400 para 3.000 toneladas (enquanto no Brasil, neste período, reduziu-se de 6.000 para 2.500 toneladas). A hortelã era cultivada no Paraguai no distrito de Piquiry, conhecido também como "Paraguasil", situado a 30 quilômetros de Hernandarias e a 170 quilômetros de Foz do Iguaçu. O produto desta planta rasteira é apropriado para a fabricação de dentifrícios, águas de colônia, cigarros, gomas de mascar, alimentos, bebidas e remédios.

As determinações do mercado internacional às vezes, também favoreceu a expansão de produtos como a soja. Este fato incentivou a procura de terras por famílias dos pequenos proprietários, principalmente gaúchos e alguns mineiros no Paraguai.

Entretanto, as variações do mercado, as secas ou, em outras épocas, as chuvas, provocavam baixo rendimento nas safras e preços menores que o custo de produção. Consequentemente muitos brasiguaios venderam suas propriedades para empresas mecanizadas que começaram a modernizar a agricultura no Paraguai, transformando as famílias em assalariados, muitas em meeiras, arrendatárias e até bóias-frias. Em 1988 o mercado da soja no Paraguai voltou a valorizar-se, havendo nova retomada da produção, provocando inclusive o contrabando da soja do Brasil para o Paraguai em 1989.

1.3.3. Uma história de vida de um próspero migrante

O Sr. Luís Colli mudou-se de Birigüí (SP) com seis anos de idade para morar no Paraná. Sua família saiu de Birigüí depois de vender uma propriedade de 35 alqueires e repartir entre 11 irmãos que mudaram para Rolândia (PR), onde alguns compraram terras e outros não, devido à inflação que explodiu na época. Trabalharam exportando aves para São Paulo durante 4 anos. Quando acabou o dinheiro da terra que venderam em Birigüí, decidiram empreitar café em Rolândia. Entretanto a geada destruiu tudo. Então, mudaram-se para Florai (PR) e depois para Araruna (PR), onde trabalharam durante 5 anos com café e conseguiram dinheiro para comprar terras. Os pais do Sr. Luís Colli e o seu irmão mais novo se estabeleceram no comércio e numa empreita de café a 2 quilômetros de Araruna. Os outros, com 5 alqueires a 14 quilômetros de Araruna, formaram café e em 3 anos mudaram para o sítio, que depois foi ampliado com a compra de mais duas chácaras de 25 alqueires.

O Sr. Luís Colli decidiu aproximar-se do Paraguai, conseguindo uma chácara de café para formar em Alvorada do Oeste, na fronteira, a 280 quilômetros de Araruna, onde ficou a família. Naquela época já era casado. Aliás, casou-se em 26 de junho de 1963, ano de uma grande seca, e viveu até 1972 no Paraná. Em 1973 entrou no Paraguai. Dez anos depois uma de suas irmãs mudou-se para Sete Quedas (MS), na fronteira com o Paraguai. Os outros irmãos continuaram no Paraná, um deles estabelecido em Araruna com 5 alqueires e outro com um armazém de secos e molhados. A irmã mais nova por sua vez, foi trabalhar e morar em Curitiba.

O Sr. Luís Colli foi aos poucos aproximando-se do Paraguai. Depois de formar a chácara de café em Alvorada do Oeste, no patrimônio de Celitônia, não conseguiu a escritura porque só possuía quatro alqueires e meio enquanto que o governo só expedia documentos para áreas acima de 11 alqueires. Então resolveu vender a posse, mas demorou 8 meses para receber. Quando acertou o negócio, comprou uma área maior com escritura. Era uma terra ruim, com erosão e não produzia nem mamona. Trabalhou um ano nesta área e resolveu trocá-la por terras no Paraguai. Conseguiu comprar uma área já formada mas teve que pagar uma parte em dinheiro, que havia conseguido trabalhando dois anos no café de seu pai em Araruna. Depois que quitou a dívida foi para o Paraguai.

Em 1975 foi cultivar a área já formada, mas como a terra era fraca, só produzia mandioca, resolveu então trocar por 25 alqueires de terra abandonada, própria para café.

A família Colli mudou-se então, para Serro Portenõ, na colônia Corpus Cristi, onde começaram a formar o cafezal. A primeira safra foi boa, ganhou muito dinheiro e resolveu comprar mais terras. Começou aumentando o primeiro lote comprando os 5 alqueires de seu pai, completando assim 25 alqueires. Trabalhou 4 anos nestas terras quando então um fazendeiro de Assis Chateaubriand (PR) que também possuía terras na divisa do sítio de propriedade do Sr. Luís Colli, no Paraguai, quiz comprar 5 alqueires dele para poder fazer a ligação da propriedade do fazendeiro com a estrada. O Sr. Luís Colli pediu um preço alto e o fazendeiro aceitou. Com o dinheiro da venda de 5 alqueires comprou mais uma propriedade de 25 alqueires e uma outra chácara de 16 alqueires perto de Serro Portenõ. Com a venda da madeira e das colheitas de café começou a aumentar sua propriedade no Paraguai. Assim em julho de 1988 o Sr. Luís Colli já possuía 622 alqueires escriturados em seu nome, e tinha mais 4.015 alqueires em terras de negócios que controlava.

Morou no Paraguai 15 anos e com a safra de café de 1987 construiu uma casa em Sete Quedas (MS), voltando a morar no Brasil. Seus negócios continuam no Paraguai, principalmente com a compra e venda de terras. A maioria de seus compradores são de São Paulo e do Rio de Janeiro. Para se ter uma idéia de seus negócios, um dia em 1988 apareceram 6 compradores interessados em terras no Paraguai, quando ele vendeu 139 alqueires, nesse mesmo dia ele comprou mais 150 alqueires que vendeu no mesmo dia .

O preço das terras era o maior atrativo, porque enquanto no Brasil o preço do alqueire em julho de 1988 era em torno de 250 a 300 mil cruzados, no Paraguai estave entre 40, 50 ou 60 mil cruzados para as terras baixas para o plantio de soja, arroz, milho, algodão. As terras para café eram mais valorizadas e atingiam 80 a 100 mil cruzados o alqueire.

A partir de 1984, quando os brasiguaios começaram a voltar para o Brasil, os negócios de terras diminuíram. O governo paraguaio tomou logo a providência de aumentar o crédito dos financiamentos para 100%, o que de certo modo permitiu melhorias nas condições de vida dos brasiguaios que ficaram.

O Sr. Luís Colli, que também voltou em 1987, estava, por sua vez residindo em condições bem mais privilegiadas que a maioria dos brasiguaios acampados em Sete Quedas. Fez uma casa de alvenaria, enquanto que os brasiguaios armavam seus barracos na cidade. O Sr. Luís sentia-se satisfeito e realizado. Apesar de ter sofrido e lutado muito, sempre carregou consigo o ideal de voltar para o Brasil. No Paraguai tem muitas terras, muito capital e ainda também conseguiu comprar terras no Brasil. Vive tranquilo em Sete Quedas, onde conquistou amigos que o lançaram candidato a vereador em 1988, o que ele não aceitou. Tem também muitos amigos no Paraguai, mas 'sente-se' fe ãiz voltando a ser brasileiro.

A conclusão a que ele chegou e que foi dóido ir para o Paraguai, pois não havia meios para começar a vida no Brasil. Mesmo assim muito constrangido pensou em conseguir algum dinheiro.e voltar.

Quanto à reforma agrária, acredita que o governo de veria tomar providências e repartir as terras boas que o país possui. O Sr. Luís posiciona-se a favor de uma mudança na estru tura fundiaria do Brasil, lembrando que há muitos fazendeiros que possuem até metade de alguns municípios brasileiros e por outro lado há tantos brasileiros que não têm onde morar, não adianta dar muita terra para quem não trabalha. Terra é para ser cultivada, defende ele.

CAPÍTULO II

A REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA FRONTEIRA

2.1. Da economia natural à agricultura empresarial

2.1.1. A produção mercantil

As missões jesuítas, fundadas no Paraguai entre 1632 e 1635, respeitaram a economia natural praticada pelos índios na região e conseguiram derrotar algumas bandeiras utilizando a permissão do rei da Espanha para armar os índios. Mas, em 1648 Raposo Tavares destruiu a redução de Itatim, onde viviam os guaranis.

"A compreensão do conceito de economia natural nos parece tanto mais importante quando ainda se insiste em ver "traços feudais" nas relações de trabalho pré-capitalistas implantadas pelos colonizadores no mundo americano." (Gadelha 1981:93)

No Paraguai, o regime de propriedade de terras e as relações de trabalho, produção e comércio no século XVII, limitaram-se à exploração intensa dos recursos naturais, terra, florestas e da utilização de mão-de-obra indígena não assalariada, que sobreviveu principalmente nas missões da redução de Itatim, sustentada por jesuítas.

A economia mercantil colonial apareceu exercendo pressão sobre a produção individual dos colonos espanhóis e portugueses, atraindo-os a comercializar o excedente de açúcar, tecido indígena, erva-mate, palmito e tabaco através do comércio interprovincial sul americano. Por outro lado os índios guaranis eram também utilizados nas reduções como guardas de fronteira.

Assim, as influências dos portugueses na América colonizada por espanhóis esbarrou no Paraguai, no contato com a Companhia de Jesus e suas reduções. Estas ofereciam mais vantagens que a empresa particular, realizando uma economia mercantil de baixo custo, evitando o contrabando dos recursos naturais extraídos nas reduções e preservando os índios da escravidão no Brasil

A produção mercantil no Paraguai recebeu da ação jesuíta no processo de colonização uma contribuição inestimável para garantir o monopólio da Coroa espanhola que subsidiava as reduções com dinheiro, terras, armas e treinamento para 150 mil índios guaranis servindo na guarda da fronteira.

O predomínio dos nativos nesta área que atualmente sofre maior influência brasileira (Província de Itatim) era dos guaranis, e atingia extensa área do sul de Mato Grosso do Sul. A influência do povo guarani fez preservar o domínio da posse da terra e o desenvolvimento das técnicas de cultivo. A presença dos jesuítas nas reduções foi importante na manutenção da cultura indígena, principalmente na fronteira. Os paraguaios falam fluentemente a língua espanhola e o guarani e com a influência dos brasiguaios começou a predominar em algumas côlônias também a língua portuguesa.

2.1.2. O colono e a agricultura empresarial

Com o desencadear da colonização europeia na Améri-
ca, o capitalismo tomou forma no continente e o colono tem se
constituído na figura desbravadora do "amansador de terras."

O Brasil representou um marco importante neste modelo chamado por historiadores, da economia de ciclos, que vai explicar o povoamento da costa brasileira. Entretanto os bandeirantes começaram buscar a fronteira e materializaram o contrabando, muito comum durante toda a história, na fronteira com o Paraguai.

De qualquer forma, a instituição do comércio da terra pela instauração da propriedade privada tomou conta do processo expansionista tanto no Brasil como no Paraguai, principalmente através da produção mercantil, a partir do aumento da exportação. Neste contexto a monocultura tem sido a chave do monopólio desde a economia colonial.

A agricultura empresarial surgiu de um modelo econômico de substituição das importações quando passamos a suportar e conviver com constantes crises. O trabalhador rural foi retirado de suas terras, a tecnologia impulsionou o projeto desenvolvimentista na agricultura e o campo vem atravessando a onda modernizadora. A transição democrática, carregou as consequências e os vícios desta linha de atuação política que atingiu principalmente os índios e os camponeses, na atualidade.

O Estado autoritário dos anos 70 no Brasil exterminou criminosamente os índios. A busca da democracia e a luta pela paz visa sobretudo, evitar que este etnocídio absorva toda a sociedade. Os expoentes da política indigenista da década de 70 são hoje os mesmos incentivadores do expansionismo, que tentam liquidar o campesinato.

"A palavra índio, longe de expressar uma origem (...) expressa unicamente uma condição de vida primitiva, como favelados no Rio de Janeiro, os moradores dos mocambos de Recife (...) que vivem num submundo de miséria, doença, imundice e mortalidade infantil, precisando de educação e cuidados especiais" (Major Brigadeiro Protássio Lopes de Oliveira:1978)

"Vamos procurar cumprir as metas fixadas pelo Presidente Geisel, para que através de um trabalho concentrado entre vários ministérios, daqui a 10 anos, possamos reduzir, para 20 os 220 mil índios existentes no Brasil e daqui a 30 anos, todos eles estarem devidamente integrados na sociedade nacional." (Rangel Reis, ex Ministro do Interior:27/12/76)

Aos colonos, camponeses e principalmente aos brasileiros no Paraguai, coube a responsabilidade de desbravar a fronteira, convivendo com os conflitos da luta pela terra e competindo com os camponeses sem terra no Paraguai. A aculturação do índio guarani resultou no aparecimento do "bugre" que difundiu o uso da erva-mate através do "tererê", servido com água gelada no estilo do chimarrão. A presença do "bugre" é significativa no Mato Grosso do Sul. Muitos são paraguaios, vivendo em outras terras. Em Bela Vista e Porto Murtinho no Mato Grosso do Sul, 70% de habitantes paraguaios, são na maioria "bugres".

No Paraguai a colonização abriu espaço para as empresas, iniciando com predomínio das colonizadoras particulares, a maioria brasileiras. A colonização oficial é de responsabilidade do Instituto de Bienestar Rural (IBR).

Algumas colonizadoras brasileiras tem concessões para lotear terras do Estado. No Departamento de Alto Paraná existem 37 colônias, das quais 18 são administradas pelo IBR e 19 são concessões do Instituto às empresas brasileiras. A Colônia de Corpus Cristi, por exemplo, surgiu do loteamento promovido pela firma Karapá SRL, empresa colonizadora considerada como uma das maiores proprietárias de terras na fronteira, e que colonizou mais de 100 mil hectares de terras. Além desta empresa brasileira, também o ex-chanceler Mário Gibson Barbosa colonizou 80 mil hectares de terras no Paraguai. Normalmente essas empresas instalam grandes serrarias para a extração e beneficiamento da madeira, contrabandeada para o Brasil. Depois da depredação dos bosques, as empresas parcelam as terras em pequenos lotes e os vendem em geral para os brasiguaios, surgindo então rapidamente uma colônia.

A situação dos posseiros configura o quadro mais crítico nas terras paraguaias, onde encontramos grande número de brasiguaios que conseguiram o título de posse com os comissários e os juizes das colônias, sem o efetivo registro no único Cartório de Imóveis que existe em Assunção. O brasiguaião trabalha durante anos derrubando a mata, cultivando lavouras, criando animais e construindo sua residência no lote, valorizando a terra. Nesse mesmo período companhias colonizadoras conseguem as concessões das mesmas áreas e revende-nas. Os compradores recebem apoio da própria polícia paraguaia para expulsar os brasiguaios. Na colônia Carapá, os brasiguaios trabalharam mais de dez anos e, em 1985 surgiu a Colonizadora Norte do Paraná, vendendo os mesmos lotes dos brasiguaios.

A ação das colonizadoras é respaldada pelos militares paraguaios que se encarregam do despejo das famílias. As sedes das empresas são nos próprios quartéis, onde utilizam os serviços de agrimensura, escritório, entre outros oferecidos pelo exército paraguaio. Os proprietários das companhias de colonização são latifundiários brasileiros proprietários de grandes fazendas gado no Brasil e no Paraguai.

2.2. Brasil e Paraguai: uma ponte de amizade

2.2.1. A fronteira paraguaia

O território paraguaio possui 406.752 quilômetros quadrados, fazendo fronteira ao leste com o Brasil (1.339 quilômetros) estendendo-se outros 759 quilômetros de fronteira com a Bolívia e 1.699 quilômetros ao sul e oeste com a Argentina. É um país mediterrâneo com terras próprias para a agricultura e possui um grande potencial hidrelétrico na sua fronteira de leste ao sul, correspondente as águas do Rio Paraná.

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e o desenvolvimento crescente da agricultura permitiram o crescimento médio da renda per capita em 5,2% ao ano entre 1972/78. A década de 70 marcou portanto o rápido desenvolvimento econômico do Paraguai, ultrapassando significativamente em menos de uma década a média de 1,2% de renda per capita das três décadas anteriores. O principal setor responsável por este crescimento foi a **agricultura**, dedicada principalmente ao cultivo de soja e algodão, produtos que aumentaram 300% no mercado internacional entre 1970 e 1977.

Motivados por medidas de incentivo à imigração e uma política de financiamentos aos pequenos proprietários, inúmeros brasileiros buscaram o Paraguai entre 1972/77, aumentando as áreas cultivadas no Paraguai em 16% ao ano (25% para soja, 30% para o algodão). As propostas para os negócios com terras no Paraguai eram tentadoras. Em entrevistas realizadas constatamos que os vendedores não diziam que eram terras num país estranho; informavam que era uma região muito fértil, situada a 80 quilômetros de Guairá (PR), e caso o comprador não se interessasse não precisaria pagar a viagem. Por serem terras boas e preços baixos, dificilmente não se realizavam os negócios. No depoimento registrado foram negociados 6 alqueires de terras com um rendeiro paranaense que contou como chegou no Paraguai.

"...Nós chegamos aqui no dia 25 de setembro de 1974. Aqui só existia mato, eram poucos brasileiros que viviam aqui, era difícil, essas carrocinhas mesmo que tem puxada de animal, só tinha duas aqui, a terceira foi nós que trouxemos, e aí então foi que a vida começou aqui."

O entrelaçamento das amizades entre o Brasil e Paraguai foi efetivamente consolidado a partir dos acordos assinados pelo governo Vargas no ano de 1941, quando, após sua visita à Assun-
ción, foram assumidos compromissos que permitiram: a **troca** de li-
vros e outras publicações; um porto livre para o Paraguai em Santos;
estudo da navegação no rio Paraguai; troca de touros de raça, de
técnicos ; abertura de crédito para o comércio; estudo sobre a pos-
sibilidade da construção de uma ferrovia entre Concepción e Pedro
Juan Caballero e para criação de uma frota brasileiro-paraguaia; e
por fim, um acordo cultural.

Ao assumir efetivamente o poder, em 1954 o General Alfredo Stroessner definiu sua estratégia política de aproximação com o Brasil. Eleito em 11/06/54, após o golpe de 04 de maio e tendo concorrido sem opositores, Stroessner tomou posse em 15 de agosto. A instabilidade política do seu governo era patente devido às ligações com a economia argentina inclusive com a tentativa de unir as economias dos dois paí-ses. Portanto era necessário para buscar apoio às suas iniciativas, conseguir outro forte aliado, aproximando-se definitivamente do Brasil. Em troca da dependência da Argentina surgiu a dependência com o Brasil.

2.2.2. A ponte da Amizade

As relações econômicas entre o Brasil e o Paraguai eram, para Stroessner, propósito fundamental de seu governo. Justificava sua ascensão ao poder, a construção de uma rodovia, partindo de Assunción, passando por Coronel Oviedo (ainda no Paraguai) atingindo Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, posteriormente ligando os 1.200 quilômetros que separam a capital do Paraguai do porto de Paranaguá, no Brasil.

A concretização desta ligação exigiu a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, lançada simbólicamente em 06 de outubro de 1956 pelos presidentes Juscelino e Stroessner do Paraguai, que se encontraram no local onde foi construída a ponte da Amizade. Uma amizade que permitiu a dependência do Paraguai em relação ao Brasil, possibilitando aumentar a presença brasileira naquele país, enquanto os argentinos concediam asilo político aos democratas expulsos do Paraguai.

O governo brasileiro, no período da redemocratização, preferiu aliar-se aos colorados que, através de um golpe militar liderado por Stroessner, garantiram a influência brasileira naquele país. O Paraguai mantinha no cárcere 115 prisioneiros políticos, enquanto que 500.000 paraguaios viviam principalmente, como asilados político na Argentina. Além dos opositores que estavam no Paraguai sofrendo torturas e em péssimas condições de vida. Utilizando-se taticamente desta política de aproximação com o Paraguai, o governo brasileiro exercitava uma manobra expansionista inteligente sobre o Paraguai, impondo-se pela dimensão e pressão militar. Utilizando sua presença, facilitada pela ponte da Amizade que permitia o escoamento da produção paraguaia para exportação via território brasileiro e o povoamento rápido da fronteira por 500.000 brasiguaios que se transformaram no sustentáculo da ditadura. Stroessner substituiu os opositores por seus aliados usando o comércio, turismo, imigração, integração rodoviária e ferroviária, facilitando a dominação brasileira no Paraguai e garantindo a estabilidade para o seu governo.

As facilidades para colonizar o Paraguai pelos brasileiros vincularam-se a um Tratado de Amizade e Cooperação Econômica, assinado pelos presidentes Geisel e Stroessner em dezembro de 1975. Este tratado previa a colaboração brasileira no campo tecnológico e da segurança continental. A Itaipu Binacional concretizou as relações diplomáticas entre os dois países, possibilitando a consolidação da ditadura no Paraguai e ajudando na sustentação do governo militar brasileiro contra as denominadas "ideologias estranhas".

Para assegurar a segurança continental, impunha-se ocupar uma área de 121.889 quilômetros quadrados, ou seja, 33% do território paraguaio, com uma população de 1.120.000 habitantes (45% da população total). Nesta região viviam já em 1975 40.000 brasileiros, número este que foi aumentando consideravelmente a cada ano com a presença de brasiguaios no Paraguai, servindo estrategicamente como medida de segurança ao projeto hidrelétrico de Itaipu. Enquanto os brasiguaios buscam as terras para a sobrevivência camponesa, o Estado os utilizava como forma de defesa dos interesses imperialistas, quebrando a soberania paraguaia em prejuízo de milhares de campesinos que viviam miseravelmente no país vizinho.

As terras no Paraguai são consideradas as melhores do mundo e os brasiguaios encontraram regiões de matas virgens. Com a exploração da floresta era possível conseguir al gum dinheiro para iniciar a atividade agrícola. A extração da madeira realizava-se com a aplicação de muito capital com investimentos em tratores e moto-serras, já a mão-de-obra, podia ser dos próprios brasiguaios em seus lotes. Na impossibilidade de retirar a madeira para o preparo da terra, o brasiguaiio vendia toda a mata pela metade do preço, o madeireiro devia cortar e transportar, deixando a terra pronta para a agricultura. O enriquecimento, no Paraguai da fronteira, surgiu com as serrarias e os especuladores de madeira. A legisla ção favorecia a exploração da madeira (como baixos impostos e crédito fácil para os investimentos em capital realizados pelos empresários estrangeiros, ao contrário das maiores dificuldades existentes no Brasil).

Foram fatores como a qualidade da terra e seu baixo preço, e o excelente preço da soja no mercado internacional, que garantiram a invasão em massa das terras de fronteira no Paraguai por milhares de brasileiros, numa faixa que se estende da cidade de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, até a divisa com a Argentina. A maioria dos brasileiros vieram dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, conservando no Paraguai o nome das colônias dos lugares de origem do Brasil, apenas adaptando certos nomes a língua espanhola.

A influência brasileira, que se intensificou a partir de 1973 no Paraguai, registrava em seis Departamentos os seguintes dados referentes ao censo de 1972:

DEPARTAMENTO	POP. TOTAL	ESTRANGEIROS	BRAS	U.S.A
01 Alto Paraguai	15.080	563	414	05
02 Concepción	108.130	1.304	1.054	05
03 Amambay	65.111	10.736	10.027	31
04 Canendiyú	27.825	12.268	12.028	80
05 Alto Paraná	69.044	9.516	7.130	16
06 Caaguazú	202.596	3.637	1.216	-
TOTAIS	487.786	38.024	31.869	192

Dentre estes Departamentos, destacamos o de Alto Paraná, que recebeu um forte movimento migratório de brasileiros por ser uma região de assentamentos com mais de 10 anos. A presença dos projetos de colonização pública e privada, (principalmente devido a influência da represa de Itaipu), serviu para expandir o cultivo da soja, algodão, trigo, pecuária e da menta dentro do país, quebrando o estilo predominante com o extrativismo.

Neste Departamento a população teve um crescimento significativo ao longo de 30 anos, desde o censo de 1950.

ANOS	OS CENSOS A PARTIR DE 1950			
	1950	1962	1972	1982
POP. TOTAL	9.531	24.607	88.607	192.518
DENSIDADE	0,5 hab/Km2	1,2 hab/Km2	4,2 hab/Km2	12,9 Hab/Km2
POP. RURAL	80%	92%	82%	56%

Os registros do último censo (1982) no Paraguai, bem como alguns dados do Partido Colorado (mediante o controle do documento de imigração, principalmente nas eleições), demonstram a forte presença de brasiguaios em várias colônias da fronteira, representada pelos seguintes dados estatísticos:

	Brasiguaios
Maracaju.....	65.000
Santa Rosa.....	40.000
Santa Fé.....	25.000
Cedralez.....	20.000
Colônia Laura.....	18.000
Carlos Antonio Lopes.....	15.000
Piquiry.....	15.000
Cerro Largo.....	15.000
Sapiré.....	14.000
Santa Tereza.....	12.500
Industrial Paraguaia.....	12.000
Palomares.....	10.000
Santo Cristo.....	10.000
São Cristovão.....	10.000

Brasiguaios

Tapijere.....	9.000
Santa Ana.....	8.500
Esquina Gaúcha.....	8.000
Vila Formosa.....	7.500
Naranjal.....	7.500
Naranjito.....	6.000
Campo Florido.....	6.000
Irune.....	5.000
Itaquiri.....	3.000

Totalizando 251.000 brasiguaios nestas principais colônias no Paraguai.

2.3. A formação territorial na fronteira

2.3.1. Os tratados de entrega

O maior projeto "entreguista" na fronteira com o Paraguai surgiu na década de 70, através do Tratado de Itaipu. O Brasil passou a ter forte influência na soberania do Paraguai, que, a partir de 1973, ficou dependendo do crescimento econômico e do expansionismo brasileiro na busca de seu predomínio sobre a América Latina, beneficiando principalmente as transnacionais imperialistas.

Grandes contratos de risco são feitos entre o Governo paraguaio e multinacionais como a The Anschutz Corporation, que assinou um acordo em 11/12/1975 para a prospecção e exploração de recursos minerais numa área de 159.752 quilômetros quadrados (ou seja 39% dos 406.752 quilômetros quadrados do território paraguaio) durante 7 anos, e que podia ser renovado por mais 20 anos.

Em torno de Itaipu estão vários empresários instalados na indústria, comércio, bancos, potentes emissoras de rádio, propagando valores culturais massificados, o dinheiro brasileiro e reforçando a dominação desta parte do território paraguaio. O povoamento atinge 80% da população da fronteira paraguaia; são 500 mil brasiguaios, aguardando, inclusive, a possibilidade de o Brasil anexar esta parcela de terra paraguaia. Em entrevistas com brasiguaios, muitos disseram que entraram no Paraguai durante o governo do presidente Figueiredo no Brasil, porque souberam que existia um projeto para construção de uma estrada que ligaria Porto Stroessner a Pedro Juan Cáballeiro, dividindo o Paraguai na altura de Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul

"Itaipu só se explica como um projeto geopolítico, já que teoricamente é visível sua irracionalidade. Geopoliticamente no modo de pensar do governo brasileiro, Itaipu é coerente com o Estado autoritário instaurado no país, porque fortalece a liderança de "satélite privilegiado" no cone sul, além de aprisionar um estado-vassalo: o Paraguai.(...)

Isso explica porque a Geopolítica é a arma auxiliar do Imperialismo é de que forma é utilizada como elemento de dominação interna. Equalizando forças militares em certos países subdesenvolvidos mas potencialmente ricos, como o Brasil. Ao mesmo tempo que mantém os vizinhos mais pobres, tão pobres que podem explodir sua miséria em revoluções que desestabilizam o sistema mundial de dominação." (CHIAVENATO 1981:11)

Essa ideologia e os projetos como Itaipu aumentaram o êxodo de brasileiros para o Paraguai e com isso valorizaram as terras no país vizinho. Ao trabalhador paraguaio não restou nenhuma oportunidade; o domínio das terras paraguaias pertence a grandes empresas como: Gulf And Western (Americana), Fiduciária Transatlântica Alemã e Industrial Paraguaia (Grupo Anglo Argentino), que se encarregaram da expropriação, dos camponeses.

O Paraguai possuía a maior reserva de madeira da América Latina, a extração da madeira na região de Amambay transformou Pedro Juan Caballero no 2º maior centro econômico do país, mas todas as serrarias estavam nas mãos de empresários estrangeiros que ainda exploram a madeira no Paraguai.

As instituições financeiras no Paraguai controlam o crédito, favorecendo os grandes empresários estrangeiros. O Banco Real del Paraguai é a empresa financeira multinacional (filial do Banco Real, um dos três maiores bancos privados do Brasil) que, junto com as Cooperativas, explora a pequena propriedade, vinculando a produção aos financiamentos de produção para exportação. As cooperativas surgem para atender às exigências das empresas multinacionais, visando uma produção uniforme, onde tudo que é produzido, é vinculado aos interesses monopolistas.

A prática de investimentos dos empresários no Paraguai iniciou-se com a política agrária dos anos 50 para consolidar o capitalismo na fronteira. O beneficiário da primeira experiência entreguista do ditador Alfredo Stroessner foi o fazendeiro brasileiro: Geremias Lunardelli, que obteve em 1952 a concessão de 450.000 hectares, no território paraguaio.

O conhecido "rei do café" no Brasil preferiu utilizar as terras para especulação, abrindo projeto de colonização e conservando uma área de 45.000 hectares na região da Serra do Amambay (onde reservou a uma de seus netos, Sérgio Lunardelli Junior, 2.400 hectares de pastagens na fazenda Estrela, formada a partir da década de 60 e constituindo-se na maior invernada do Paraguai).

A atuação da União das Empresas Brasileiras (UEB), dos antigos grupos DUCAL, SPARTA, e BEMOREIRA também foi favorecida por Stroessner. A entidade investiu em 18.500 hectares no interior do Paraguai, tendo conseguido as terras do Instituto de Bienestar Rural (IBR) ao preço de G\$ 110,00 o hectare em 1973, pagos em 4 anos, com 20% de entrada. O capital investido pelo grupo (que não pagava nenhum imposto sobre a importação de bens de capital) retornou rapidamente com a comercialização da madeira, exportada para o Brasil.

O Banco do Brasil S/A entrou no Paraguai na década de 50, facilitando os investimentos dos empresários brasileiros que contavam também com o apoio do governo paraguaio.

Em 26 de abril de 1973 consolidou-se, com a assinatura do Tratado de Itaipu, uma aliança "perpétua" entre o Brasil e Paraguai, "associando o desenvolvimento do povo guarani ao Brasil, segundo afirmações do próprio ditador Stroessner. Assim estava entregue ao Brasil, vitais interesses da soberania e independência do Paraguai, para atender aos monopólios imperialistas instalados no Brasil. Através do tratado, Stroessner criou impedimentos para a efetiva independência do Paraguai ao firmar o compromisso de uma "aliança perpétua".

O Partido Comunista Paraguaio-PCP, defende a anulação dos vínculos entreguistas estabelecidos no Tratado de Itaipu e a renegociação deste em condições democráticas, que não lesem os interesses e direito do povo paraguaio nem de outro país. Os manifestantes comunistas concluem:

"Os operários, camponeses, estudantes, intelectuais, políticos e religiosos, todos os democratas e revolucionários paraguaios saberão encontrar o caminho da coincidência e da unidade para derrotar o regime antinacional e entreguista de Stroessner, formar um governo de democratização e liberar o solo pátrio das ataduras expansionistas e imperialistas".(Voz da Unidade, 1988:12)

2.3.2. A ditadura Colorada

No Departamento de Caaguazu, que tem como capital a cidade de Coronel Oviedo, registramos numa entrevista com um padre, um breve histórico da realidade local:

"São 14 núcleos de brasiguaios, os paraguaios não são organizados e, quando chegam os brasiguaios, caracteriza-se uma desproporção significativa, porque os paraguaios sentem-se diminuídos diante da presença dos imigrantes, criando uma atitude de confronto íntimo. Quando alguns brasiguaios voltam ao Brasil para estudar, os paraguaios não gostam e contestam sobre a necessidade de ir ao Brasil para estudar, querem que fiquem no Paraguai.

O Partido do governo é muito organizado e, na campanha política das seccionais nas últimas eleições, do governo de Stroessner, os representantes do governo defendiam os brasiguaios que são filiados ao Partido Colorado.

Na apuração nem é preciso abrir as urnas, basta somar o número de filiados do Partido Colorado. Mesmo os filiados a outros partidos, precisam apresentar a filiação no Colorado para conseguir emprego tanto em empresas públicas como privadas. Os brasiguaios filiam-se ao Colorado para ficarem tranquilos e mesmo assim, nesta colônia que fica a aproximadamente cinco ou seis horas de viagem de Foz do Iguaçu, eles viajam para votar nas eleições no Brasil.

Na maioria das colônias existem pequenos proprietários que compraram as terras de paraguaios. Os menonitas venderam 100 mil hectares, colonizando a região. São colonizadores alemães e italianos derivados da Igreja Ana-Batista e organizados através de grupos religiosos conhecidos como menonitas. Muitos colonos brasiguaios começaram com 10 hectares, passaram para 30 ou 40 hectares, mas é a minoria que consegue manter-se na terra.

Os conflitos de terras são constantes em Yhu. Em julho de 1988 encontravam-se presos cinco paraguaios de uma comissão dos sem-terra, devido ao confronto com fazendeiros. Quanto ao crédito bancário, o brasiguai só recebe quando a terra estiver escriturada para hipotecar a propriedade, para os campesinos paraguaios é ainda mais difícil, porque o brasiguai com dívidas recorre aos parentes no Brasil para pagar e o paraguaio não tem a quem recorrer. Os grandes financiamentos são para o cultivo da soja que nos últimos 15 anos passou de 30 a 40 mil toneladas para 2 milhões de toneladas em 1988.

Os filhos de brasiguaios nascidos no Paraguai não se consideram paraguaios, mesmo os mais velhos com 12, 13 anos. Possuem dupla nacionalidade mas se consideram brasileiros. A família com mais recursos matricula seus filhos nas escolas no Brasil.

O ditador Stroessner assumiu o controle do exército em 1951 na guerra civil, foram 37 anos de ditadura liderada por Stroessner, sendo 35 anos de governo que se prolongaria até o ano de 1993, não fosse o "golpe" de Andrés Rodrigues.

Para simbolizar a democracia, os ditadores coagem os partidos a lançarem candidatos, simulando uma campanha democrática. Nas últimas eleições o Partido Liberal Radical apresentou candidato e depois retirou, ninguém viu nenhuma propaganda.

No Paraguai a consciência nacional não conta com a presença de brasiguaios. Em Assunção a população não sabe da penetração de brasiguaios na fronteira. Os brasiguaios e os paraguaios migraram para povoar a fronteira na mesma época, só existia ali índios, atendidos pelo INDI, órgão do Ministério do Exército.

A organização camponesa no Paraguai é contemporânea das ligas camponesas no Brasil e tinha o nome de Ligas Agrárias iniciadas em 1950 e extintas em 1976. Existe atualmente uma organização camponesa dos imigrantes paraguaios que vivem no Brasil em Foz do Iguaçu (PR). As reuniões organizadas pelos padres com os camponeses nas comunidades religiosas sofrem sempre a perseguição da polícia, enquanto o Movimento Campesino também realiza fortes protestos como uma reunião em Caaguazu onde é sua sede, reunindo 5.000 trabalhadores que atacaram o governo com veemência. Suspeita-se que seja também uma simulação feita para atender os interesses da ditadura com estes "ensaios de democracia", utilizando-se dos trabalhadores.

Os sindicatos não existem de jeito nenhum e o controle político é exercido com demasiado autoritarismo, a ponto de em qualquer lugarejo existir uma representante do Partido Colorado que serve como "espião". Inclusive nos comícios dos colorados, os filiados a outros partidos têm que participar, fazer número e demonstrar apoio ao governo. Se isso não acontecer as pessoas são visitadas pelos representantes do Colorado e sofrem pressões.

O movimento estudantil era organizado por um pequeno grupo de estudantes paraguaios que fizeram sua última manifestação contra a política entreguista do governo por ocasião do projeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A partir desta manifestação desapareceram todos os integrantes deste grupo de estudantes que se manifestaram. Restando apenas a revolta dos paraguaios ao constatarem que na fronteira brasileira as cidades são iluminadas e no Paraguai existe apenas as marcas da dominação através das linhas de transmissão para servir à Argentina, com energia negociada mesmo antes da construção da Usina."

O controle político é rigoroso, mas não se sabe ao certo quantos brasiguaios vivem no Paraguai. No censo de 1972 eram 31.869 entre os 38.024 estrangeiros. Em 1976 foram estimados em mais de 130 mil e atualmente estão próximos dos 500 mil. Destes, 80% não possuem o visto de imigrantes (válido por 10 anos). Os brasiguaios necessitam de alguns documentos para entrarem no Paraguai, como o "permiso" um documento provisório emitido nas "aduanas" (que corresponde as alfândegas) e exigido de pessoas com mais de 16 anos, correspondendo ao preço de 5 dólares.

Por aproximadamente trinta dólares retira-se a carteira de "Migraciones" com validade de dez anos. A "Libreta" é necessária para o tráfego nas estradas, a pé, de bicicleta, de carroça ou qualquer outro meio de locomoção, é renovada anualmente e custa três dólares.

O ditador Stroessner, através da intensa propaganda, assumiu completo controle político dos brasiguaios que em troca o sustentaram no poder. Nas eleições de 1975 de Salto del Guairá, entre os 1.220 brasiguaios e 1.058 paraguaios que votaram, representaram 97% dos votos para o partido Colorado e apenas 2,5% para o partido Radical. Nas eleições para a Constituinte de 1986, no Brasil, foram transportados em ônibus do INCRA, eleitores brasiguaios para votar em Mundo Novo (MS), aproximadamente 6.000 votos foram de brasiguaios que moravam em Salto del Guairá (Paraguai).

No Departamento de Canendiyú e Alto Paraná são 200 mil eleitores que votam no Brasil, 100 mil nas estatísticas oficiais da imigração e estimativas de mais 100 mil que vivem irregularmente.

2.3.3. "Votos de "brasiguaios" decidem eleições em Foz"

"os cinco candidatos a prefeito de Foz do Iguaçu (658 Km a oeste de Curitiba) já iniciaram suas campanhas com um pé na cidade e outro no Paraguai, onde se encontram os votos que podem decidir a eleição. Em um raio de duzentos quilômetros de distância da cidade espalhados em mais de 200 colônias agrícolas vivem os "brasiguaios", brasileiros que fixaram do outro lado da fronteira e somam entre 12 a 14 mil eleitores de Foz, capazes de definir a disputa de um eleitorado estimado em 95 mil pessoas.

Desde já os candidatos com maiores chances de vitória, Alvaro Newman, do PMDB, Emerson Wagner, do PDT e Tércio Albuquerque, do PFL, dedicam parte de suas campanhas à conquista do voto "brasiguai". Os trunfos dos três são muito parecidos: oferecer atendimento médico, dentário e legal para a elaboração de documentos, principais necessidades dos brasileiros que não são atendidos por falta de condições no interior paraguaio.

As dificuldades na área da saúde são tantas que nas colônias os farmacêuticos (vários deles sem formação científica) ; fazem o papel de médicos. "Fazemos de tudo um pouco" diz Jorge Ribeiro, dono de farmácia em uma das muitas colônias de "brasiguaios" em Alto Paraná, na fronteira com Foz. A popularidade dos farmacêuticos é tanta que um deles, conhecido como Reinaldo de Naranjal, foi escolhido como candidato a vereador pelo PMDB com sua base na colônia de Naranjal (170 Km de Foz)." (Folha de São Paulo, 27/08/88)

Neste Departamento de Alto Paraná predominam os cultivos de mandioca, menta, hortaliças, arroz, tabaco, soja algodão e trigo. A maioria dos negócios com colonos brasiguaios que adquiriram terras nesta região foram com base em contratos de compra e venda, sendo que 80% não possuem título legal da propriedade, que é expedido por um único cartório: Registro Nacional de la Propriedad, localizado em Assunção. Muitas vezes os títulos fornecidos nos Departamentos não são válidos no órgão central da capital, porque as autoridades não repassam o dinheiro da venda do imóvel. Devido a estas dificuldades, poucos conseguem o crédito bancário, por não possuírem escrituras das propriedades.

CAPÍTULO III

A POLÍTICA AGRÁRIA NA FRONTEIRA

3.1. A prática geopolítica de fronteiras

3.1.1. Fronteiras nacionais

No Brasil a geopolítica vem cumprindo seu papel estratégico na política de fronteiras. Desde o século XVIII o país vem adotando e consolidando territórios federais na fronteira como área de segurança; os últimos foram transformados em Estados pela Constituição de 1988. Estas áreas tiveram como tarefa político-militar a adoção de uma consciência nacional do domínio e desenvolvimento do Brasil na América Latina através da força e a serviço do imperialismo e da transnacionalização do capital.

O projeto de englobamento político-econômico das forças que comandam o Brasil orientou estrategicamente o expansionismo intervencionista do capitalismo nos países vizinhos. Para isso era preciso ter uma fronteira armada e forte para fazer valer a divisão internacional do trabalho, fundamentada na exportação do capital.

O Brasil exerce essa influência concretamente desde os registros do censo argentino de 1948, quando aparecem os primeiros dados oficiais de habitantes brasileiros nos Departamentos da região das Misiones na Argentina, apresentando a participação de 48% dos habitantes do Departamento de Iguazú constituídos por brasileiros do Rio Grande do Sul. E 36% dos moradores de Frontera, localidade Argentina, também são brasileiros. Na Bolívia os dados revelam que os paulistas ocupam os Departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Pando.

A Colonização do Paraguai em sua fronteira com o Brasil é a mais significativa, constituindo-se num avanço dos brasiguaios numa extensão de 100 quilômetros, o que corresponde a aproximadamente 15% da população paraguaia. Do ponto de vista geopolítico, o governo do ditador Stroessner a considerava um fator de desenvolvimento enquanto que a oposição via a presença de brasiguaios como ameaça à soberania do país. Vivem no Paraguai milhares de brasiguaios organizados em 170 grupos, na extensão da fronteira agrícola do Paraná. Quando se visita a fronteira paraguaia com o Brasil, ainda sente-se a emoção de se estar convivendo em terras brasileiras, tão grande é o número de compatriotas que continuam explorando o Paraguai. Eles representam 63% de paranaenses, 18% catarinenses, 12% gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos. Como pequeno proprietário vivem 36%, posseiros 16%, assalariados 13%, e 3% dedicam-se a outras profissões.

A doutrina geopolítica aplicada é a de "ocupar os espaços vazios" sob orientação do poder central para permitir a captação de influências e pressões forâneas. Assim foi instalado em 1855 a Colônia Militar de Alcântara, no Estado do Paraná, para servir de posto militar avançado na defesa das terras ameaçadas pelos paraguaios. Posteriormente foi fundada a cidade de Jataizinho (PR).

O município de Ponta Porã (MS) foi em sua origem um território federal criado para estabelecer a segurança em relação ao Paraguai. Após estabelecido o controle militar, é instalada uma política de desenvolvimento controlada por forças militares dos países potencialmente ricos como o Brasil.

O regime militar instalado com o golpe de 1964 no Brasil, traçou uma política de colonização da fronteira agrícola que pressionou os camponeses às migrações forçadas, pelo processo de modernização da agricultura nas terras já colonizadas, principalmente das regiões Sul e Sudeste. Os colonos mudaram em função da falta de condições de arrendar terras, e expropriação, além da insistente propaganda de terras a baixo preço no norte do estado de Mato Grosso, em Rondônia, e inclusive no território paraguaio.

"A expulsão do pequeno produtor da terra e a marginalização daquele que só tem sua força de trabalho como meio de vida(...), provocam a migração, reflexo que são do atual sistema econômico que põe em primeiro lugar o lucro e o capital e, em segundo lugar apenas, o ser humano. O mesmo processo já começa a se implantar no Paraguai. Já se fazem sentir também no vizinho país as mais variadas formas de pressão contra os pequenos (força policial, judicial, privilégios fiscais, etc...), em favor da minoria que detém os meios de produção e comercialização" (CHIAVENATO 1980:04)

A nova estratégia geopolítica serviu para povoar a fronteira, ocupar o território paraguaio como forma de dominação política, mas o modelo espoliativo de acumulação capitalista no campo atingiu as novas áreas colonizadas repetindo os conflitos e multiplicando os sem-terra que organizados estão lutando conscientemente na fronteira.

O povoamento das fronteiras mantém a ordem nos vizinhos, entretanto começa a causar desigualdades que podem ameaçar a ideologia da segurança, a exemplo da organização dos brasiguaios. Na versão geopolítica a fronteira do Brasil com o Paraguai se humaniza lentamente em seus 1.339 quilômetros de extensão enriquecidos pela colonização.

Um cinturão agrícola alicerça a expansão de um programa voltado ao poder nacional sob as bases da vigilância, colonização, comunicação e enriquecimento.

Para assegurar a consolidação deste projeto geopolítico, o Brasil é um representante importante de uma economia aliada ao imperialismo na América Latina. Para o governo das potências imperialistas interessa a América Latina como um todo e que portanto vem direcionando este continente para a democratização orientada na ideologia da Segurança Nacional, desgastando gradativamente a presença militar no governo, mas não afastando sua influência decisiva no poder através da ideologia impregnada na consciência da população.

O Brasil não é um aliado preferencial, mas está vinculado a um todo que se chama América Latina. As fronteiras nacionais são projetadas dentro desse modelo como um bloco homogêneo a ser dominado efetivamente pelo capital monopolista. E o Estado serve como o agente unificador de uma ideologia da segurança nacional a serviço da transnacionalização do capital. Este espírito transnacional é refletido na exploração capitalista que se apropria dos trabalhadores, no caso dos brasiguaios, expropriando-os de suas terras, expatriando-os do território nacional e submetendo-os a uma formação territorial apropriada à reprodução capitalista.

Os brasiguaios constituem-se ainda num caso isolado de postura contra estas imposições; conquistaram uma identidade que marca um movimento historicamente significativo na fronteira entre o Paraguai e o Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul, onde o Estado e a Nação perdem-se na dimensão de um território dominado pelo imperialismo, que apaga as fronteiras. Os brasiguaios conseguem dar um exemplo de cidadania ao reclamarem a reconquista da nacionalidade.

Réflète-se nos brasiguaios um forte sentimento de desejo de voltar ao Brasil. A manifestação da luta brasiguia foi consequência da organização e conscientização dos trabalhadores que, mesmo frente à solicitação do Ministro da Reforma Agrária para que retirassem a denominação de brasiguaios para serem atendidos, os camponeses sustentaram a manutenção do maior símbolo para suas conquistas.

Enquanto os brasiguaios lutam pela sobrevivência, conquistando pequenos lotes de terras, o capitalismo desempenha sua reprodução, concentrando sua força no cone sul e dominando o continente latino americano através da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

As primeiras providências para atingir a região do cone sul foram os empreendimentos na navegação da bacia do Prata. Apareceram também projetos com a finalidade de integrar, a partir de São Paulo, o oeste ao leste do Brasil. Para diminuir o isolamento da população que vivia na fronteira do Brasil com a Bolívia iniciaram a construção de uma estrada de ferro, ligando 1.351 quilômetros de Bauru a Corumbá, estendendo-se até a Bolívia.

No trecho de ligação com o Paraguai, estendeu-se um ramal da Rede Ferroviária Federal até Ponta Porã no Mato Grosso do Sul onde os imigrantes foram selecionados por projetos de colonização que atraíssem os trabalhadores preparados para a agricultura comercial. A presença das transnacionais sempre foi muito forte nestes projetos e, no Mato Grosso do Sul, capitais belgas e ingleses foram importantes no processo de dominação de grandes fazendas e jazidas de minérios controladas por estes grupos.

As transnacionais representam aproximadamente 400 poderosos grupos sediados nos domínios imperialistas do capitalismo, fortalecidos no pós-guerra e concentrando o poder de influência mundial. São duzentos bancos internacionais responsáveis pelo controle da economia mundial e outros grupos transnacionais que controlam setores da produção e de serviços como meios de comunicação tão importantes para massificar a ideologia da classe dominante.

A partir de 1945 os principais ramos da economia foram reestruturados na direção de relações econômicas transnacionais; é a consolidação do imperialismo monopolista. O capital atinge a sua realização de apagar as fronteiras e subordinar as nações aos objetivos das corporações internacionais.

O primeiro instrumento das grandes corporações na transnacionalização do capital foi o CRE (Conselho de Relações Exteriores), criado em 1921, logo após a 1ª Guerra Mundial, influenciando decisivamente toda a política exterior dos Estados Unidos. Já para recuperar a Europa dos efeitos da 2ª Guerra Mundial, criaram a Comissão de Bildeberg, em 1954.

Na década de 70, o modelo de substituição de importação é intensificado. No Brasil a fase do "milagre econômico" representou um forte vínculo do país com as corporações transnacionais. A partir de 1973 surgiu a Iniciativa Privada da América do Norte-Europa e Japão para assuntos de interesse comum, visando integrar o Japão e não dissociá-lo da projeção econômica das transnacionais, fortalecendo o imperialismo.

As relações transnacionais traçadas pelo capitalismo no plano internacional impuseram um modelo tecnológico que atingiu as áreas colonizadas com investimentos na modernização da agricultura. O campesinato, sem condições de assumir a crescente mecanização da agricultura no Brasil, estava destinado a proletarização ou avançar a fronteira agrícola, inclusive ocupando terras no Paraguai.

Os brasiguaios constituem um exemplo evidente da reprodução camponesa nos domínios imperialistas do capitalismo. Portanto, é reconstituindo a vida dos camponeses e a conquista da terra dentro dos movimentos migratórios articulados, e na organização das lutas estruturadas em acampamentos e assentamentos de brasiguaios na fronteira, que buscamos reprodutir o retrato fiel da realidade que se constrói, delineando a produção da sociedade que pretendemos conquistar.

3.1.2. "Os brasileiros sem Brasil"

A forte corrente migratória de brasileiros para o Paraguai resultou de um processo acentuado das expropriações que atingiram milhares de famílias que buscaram no Paraguai a alternativa de conquista definitiva da terra.

O candidato à presidência do Paraguai pelo Partido Liberal Radical nas eleições de 1973, o senador oposicionista Gustavo Rialti, divide a "invasão" brasileira em dois aspectos: a do colono e a do empresário.

"O colono, no Brasil, cede seu lugar à agricultura empresarial. E, de certa forma, vem sendo expulso para cá, em busca de terras férteis e baratas, trocando às vezes 5 hectares por 50. Seu filho certamente se tornará paraguaio como nós. O que se teme, portanto, não é sua presença aqui. O que nos incomoda é a invasão organizada, pois o Paraguai é um país pequeno e não possui qualquer esboço de defesa quando vende grandes extensões de terra em sua fronteira para estrangeiros. O que no Brasil por sinal é proibido. Como o governo não aprovou a legislação protecionista que nós propusemos, o ingresso de capital brasileiro é um problema sério."

(VEJA, 1975:53)

Realmente constata-se que a valorização das terras na área de fronteira brasileira com o Paraguai motivou a comercialização das pequenas propriedades e a compra de 4 a 5 vezes mais terras no Paraguai.

Conseqüentemente dinamizaram-se grandes empresas, modernizando a agricultura através da mecanização e muitos arrendatários não encontravam mais terras para arrendar. No Paraguai a alta fertilidade dos solos e o baixo preço do hectare atraíram os minifundiários, arrendatários e outros trabalhadores rurais a deixarem o Estado do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul em busca destas terras.

A situação dos títulos das terras dos brasiguaios no Paraguai é uma das mais graves dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores. Muitos brasiguaios compraram terras "griladas" de "picaretas" (também conhecidos como grileiros de terras). Outros tiveram que se sujeitar a fazer acordos com os comissários e juizes da região, que regularizavam estas terras griladas desmembrando-as em vários lotes, titulando por exemplo, para 4 famílias que haviam adquirido os mesmos 20 hectares, 5 hectares para cada uma. O Sr. Onofre Dalasca, assentado em Novo Horizonte, no município de Ivinhema (MS), conta a situação que passou:

"Lá eu comprei 7 alqueires de terra, tivemos um trabalho com essas terras, porque essa tragédia que eu passei quase todas as pessoas que estão aqui passaram a mesma coisa. Eu comprei um pedaço de terra lá e com os recibos pagos e tudo eu não recebi a escritura e depois o mesmo empresário vendedor de terra lá, vendeu a terra para outro, escriturou aquele lote que eu tinha comprado para o novo comprador e depois eu sem escritura, só com os recibos, tive que receber o que ele quis me devolver. Então foi por isso que eu fiquei sem terra lá e me desgostei bastante."

Sem a escritura do lote os brasiguaios não obtém o crédito agrícola. Para obter o financiamento do custeio agrícola é necessário assinar um "pagaré", que é uma nota promissória junto ao Banco, envolvendo o penhor da propriedade; se não pagar o proprietário está sujeito a ser preso ou, de acordo com as condições, renovar o título a cada ano.

O Sr. Elizário Corrêa vendeu 4 alqueires no Brasil e com a metade do dinheiro comprou 16 alqueires no Paraguai. A família do Sr. Levino Barce vendeu 5 alqueires em Cândido Rondon (PR) e comprou 130 alqueires no Paraguai e um trator CBT. Entretanto estes camponeses adquiriram terras "griladas" e os "grileiros" foram os que mais lucraram com esses negócios.

A Valorização das terras no Paraguai cresceu rapidamente e em termos comparativos pôde-se destacar os aumentos dos preços das terras no Paraguai relacionados aos preços médios no Estado de São Paulo, publicado na revista "Informações Econômicas do Instituto de Economia Agrícola:

PREÇOS DAS TERRAS DE PRIMEIRA EM SÃO PAULO E NO PARAGUAI					
	1975	1979	1982	1983	1988
	Cr\$/ha	Cr\$/ha	Cr\$/ha	Cr\$/ha	Cz\$/ha
S. PAULO	10.270,00	35.384,84	482.000,00	956.155,00	289.000,00
PARAGUAI	800,00	1.500,00	150.000,00	800.000,00	100.000,00

Na década de 70 as terras no Paraguai eram um forte atrativo para a ocupação dos brasiguaios, sendo que alguns conseguiram ser médios proprietários, mesmo que não tivessem muito dinheiro, e a maioria perdeu o pouco que tinha passando a trabalhar como arrendatários ou bóias-frias.

Na exploração da madeira, os lavradores brasiguaios entravam com as moto-serras, com a parelha de bois e pagavam os peões; entretanto, se não houvesse um entendimento prévio com as autoridades a madeira era embargada.

Às vezes a autorização era fornecida pelo comissário e o juiz embargava dizendo que aquele não tinha a autoridade para permitir a extração da madeira. Então o juiz recolhia a madeira e a vendia. Quando o juiz autorizava, vinha o comissário com a mesma afirmação. Em comum acordo os juizes e os comissários (que equivalem aos delegados de polícia no Brasil) vendiam a madeira nas serrarias em Pedro Juan Caballero, que possuía, em 1975, 74 serrarias de propriedade de brasileiros. As vantagens eram tão significativas com a corrupção na fronteira que as autoridades paraguaias mantinham um rodízio a cada dois anos, período no qual muitos comissários e juizes constituíram riquezas principalmente com o transporte de madeira bruta para o Brasil, embora a legislação paraguaia só permitia o comércio de madeira industrializada.

O Sr. Armando disse que são poucos os brasiguaios que negociam com as autoridades paraguaias, participando da corrupção, pois nem todos têm dinheiro nos momentos mais críticos e acabam perdendo seus lotes. Alguns que entraram nas negociatas com os membros do governo paraguaio garantiram a propriedade de suas terras, são proprietários de fazendas no Paraguai. Estes poucos conseguiram também comprar pelo menos um sítio no Brasil, onde voltaram a residir e não podem ser considerados como brasiguaios, porque constituem atualmente a minoria que se aproveitou da situação no Paraguai para conseguir alguma riqueza.

Como a maioria dos brasiguaios vive na ilegalidade no Paraguai, as autoridades tiram proveito dessa situação para explorá-los. Existem frases popularmente conhecidas no Paraguai, como: "quem vende fiado é porque tem dinheiro" e "nota promissória vencida não precisa ser paga"; assim muitos brasiguaios perdem nos negócios com os paraguaios por não possuírem os mesmos direitos dos cidadãos paraguaios.

O processo de exploração pela polícia no Paraguai intensificou-se a partir de 1983. Encontrando dificuldades para comercializar a produção, vários brasiguaios aguardavam apenas novas safras para conseguirem dinheiro e saírem do Paraguai.

A presença brasileira na fronteira ainda é bastante alta, embora não existem dados precisos sobre a quantidade de terras paraguaias ocupadas por brasiguaios, nem sobre os grandes proprietários de terras no Paraguai. Existe apenas um cartório de imóveis no país e os nomes dos proprietários de terras são um sigilo mantido pelo Estado. O certo é que uma faixa de terras na fronteira de norte a sul, esta ocupada por 80% de brasiguaios que trabalham em posses ou arrendam terras de fazendeiros estrangeiros, inclusive latifundiários brasileiros. O censo de 1982 já registrava que 14% da população paraguaia eram de brasiguaios, vivendo principalmente nos Departamentos de Alto Paraná, Alto Paraguai, Concepción, Amambay, Canendiyú e Itapuá. Estes trabalhadores constroem as estradas, às vezes com apoio das prefeituras dos municípios brasileiros da fronteira. São estradas ruins e mesmo as rodovias oficiais não são asfaltadas, e quando chove não se permite o tráfego.

Com a fronteira aberta pelos brasiguaios a colonização das terras continua crescendo, pois a legislação paraguaia garante a aquisição de terras por estrangeiros, sem limite de área, permitindo que fazendeiros brasileiros comprassem as propriedades no Paraguai e arrendassem as terras aos brasiguaios que gradativamente desbravaram a região.

As terras eram "amansadas" pelos brasiguaios e a exploração aumentava na medida em que a valorização atraía altos investimentos que estimulavam a crescente acumulação e a conseqüente expulsão dos brasiguaios.

3.2. Exploração no Paraguai

3.2.1. Mecanismos da exploração e dominação

A exploração, a espoliação e as injustiças acontecem de diversas formas; algumas vezes são realizadas aos olhos de todos e muitas vezes camufladas ou escondidas. Constata-se que as injustiças e formas de exploração variam de região para região.

O proprietário paraguaio, devido ao alto preço relativo das terras, acaba vendendo para o brasiguai sua parcela de terra, perdendo assim sua condição de trabalhador independente. Depois passa a vender sua força de trabalho dentro do setor agrícola ou florestal, recebendo em troca salários baixos. Assim o paraguaio perde de vez a possibilidade de possuir uma parcela de terra. A falta de trabalho muitas vezes força esse paraguaio a mudar de residência, indo à procura de trabalho em locais distantes. E para mais de um milhão de paraguaios significa a emigração para fora da fronteira de seu país, principalmente para a Argentina.

Uma das formas da dominação exercida pelo Brasil sobre o Paraguai é a influência cultural. Principalmente nas regiões de fronteira com o Brasil só se sintonizam emissoras de rádio e televisão brasileira. Os paraguaios, principalmente crianças das cidades, aprendem a língua portuguesa e não aprendem o guarani, língua mãe do povo paraguaio. A língua "madrasta", ou seja, a língua da dominação imperialista espanhola, o castelhano, é aprendida principalmente na escola.

Uma grande exploração acontece no comércio de produtos alimentícios e de instrumentos agrícolas. O fato de o brasiguai em algumas regiões só produzir café (monocultura) faz com que ele necessariamente compre no comércio os produtos alimentícios (arroz, feijão, farinha de trigo, lingüiça, jabá, etc.). Esses brasiguaios praticamente só possuem dinheiro na época da colheita do café (ou seja, dois meses por ano, no máximo três), o que os leva a fazerem as compras durante a maior parte do ano a fiado. Acrescenta-se a isso que alguns produtos devem ser pagos em cruzeiros, outros em guarani (moeda do Paraguai), conforme combinarem comprador e vendedor. Com a constante desvalorização do cruzeiro, inflação, correção monetária, variação cambial ora a favor do guarani, ora a favor do cruzeiro, quando chega a hora de acertar as contas, o dinheiro da colheita nem sempre cobre as despesas. Assim o sonho de muitos arrendatários que tocam café, de um dia possuírem ou formarem um cafezal para si, nunca se realiza. Esses são os mais explorados porque, além de pagarem uma renda de 60% para o dono do café, ficando com apenas 40% para si são explorados também pelos comerciantes.

Os proprietários de grandes casas comerciais são geralmente os proprietários dos cafezais, obrigando os brasileiros, pelos vínculos estabelecidos no arrendamento, ao abastecimento de mercadorias fornecidas por esses comerciantes, pagando mais caro os produtos, em comparação com outras casas comerciais.

Outra maneira de os grandes proprietários de café aumentarem a exploração é com a aplicação dos lucros. Além de explorarem os arrendatários, os quais não possuem outra alternativa de sobrevivência a não ser essa, vão investindo dinheiro e comprando mais cafezais. Alguns proprietários já possuem mais de 300 mil pés de café. Sabe-se que uma família de até 4 filhos só consegue tocar 6 mil pés de café. Desta forma, alguns proprietários, aos quais para pagar suas dívidas, não restava outra alternativa senão vender a terra (sendo esse o motivo na maioria dos casos), ou iludidos em receber "bastante dinheiro" e aplicar na poupança ou ainda construir uma casa no Brasil, acabam vendendo seu cafezal e muitas vezes permanecem trabalhando como arrendatários no cafezal de que antes eram proprietários.

O médio proprietário de café (em torno de 15 mil pés) aplica seus lucros no Brasil, residindo inclusive, em cidades fronteiriças brasileiras, em luxuosas casas, enquanto em seus cafezais trabalham os arrendatários. Usando caminhões ou camionetes, os proprietários viajam para os sítios no Paraguai e alguns abusam inclusive do contrabando, em algumas regiões as estatísticas das safras de café registravam 21 sacas por pés, segundo dados revelados pelos entrevistados, o que representa o exemplo de contrabando de café brasileiro para o Paraguai.

Qualquer estrangeiro que entrar no Paraguai precisa do "Permiso" (documento provisório com validade variável de acordo com a necessidade), alguns turistas utilizam com prazos de uma semana, um mês ou três meses. Esse documento a tualizado dispensa a carteira de migrante e a "Libreta" e é válido em todo o Paraguai. Outros documentos como, por exemplo, placas para bicicletas, placas para carros com tração animal etc., são regidos pela legislação das prefeituras de alguns municípios. Em alguns municípios são obrigatórios, em outros não.

A exploração começa quando o brasiguai não está documentado. Se for apanhado sem documento pela polícia é obrigado a fazer o documento na hora, pagando multa (aquilo que a polícia exigir) ou vai preso. Seguidamente passam para guaios nas casas de famílias brasiguaias fazendo documentação que muitas vezes são falsos. Quando fazem a carteira de migrante só recebem um comprovante e ficam aguardando o documento que nunca chega. Quando passam em viagem por outro município esse comprovante não é considerado válido, então pre cisam fazer o "Permiso" para continuar a viagem. Esses paraguaios que passam nas residências para fazer a documentação, exigem que também as crianças façam o "Permiso" (na legislação é obrigatório para pessoas acima dos 16 anos, inclusive mulheres). Como a maioria das famílias possui mais de 4 filhos, fica muito caro pagar documentos para todos. Então os pais alertam os filhos para que, quando chegar um carro, desapareçam, se escondam.

Uma dominação de cunho ideológico do paraguaio para com o brasiguaiio, com implicações práticas, é a que se refere ao mundo político. O partido Colorado ocupou o poder por 35 anos com Stroessner e continua no governo de Rodrigues, pregando o desenvolvimentismo e aceitando os brasiguaios como aqueles que continuam levando o progresso para o país. Por outro lado pregam que se a oposição assumir o poder vai expulsar todos os brasiguaios. Isso gera um clima de insegurança nos camponeses que, diante disso, tiram o título de eleitor e votam a favor do partido Colorado, apoiando assim essa ditadura disfarçada de democracia.

Um das táticas políticas utilizadas para passar essas ideologias são os grande comícios. São reunidos brasiguaios e paraguaios de vários municípios e regiões num determinado local. Ali os políticos discursam, grupos de artistas cantam canções típicas, muitas encomendadas, pessoas mais entusiasmadas gritam palavras de ordem levando quase a um delírio coletivo. No final é servido um suculento churrasco com muito uísque. Um desses comícios, realizado em Corpus Cristi em 1987, reuniu mais de 20 mil pessoas. Comitivas com vários ônibus haviam viajado mais de 300 quilômetros a este local.

Outra relação de dominação dos militares para guaios sobre os trabalhadores brasiguaios, acontece com a questão dos documentos. Como já afirmamos anteriormente, para permanecer no Paraguai eles necessitam fazer a carteira de imigrantes, válida por 10 anos, e a "libreta" (documento para poder trafegar nas estradas, mesmo que seja a pé), válida por 1 ano.

Os fiscais que verificam se os brasiguaios possuem documentos ficam em vários locais: nas ruas, em pontos estratégicos, próximos às casas de comércio, etc. Muitos brasiguaios evitam ao máximo ir para as cidadezinhas, para não serem apanhados sem documentos. Quando os brasiguaios estão viajando de ônibus, nas barreiras policiais ou "aduanas", o ônibus estaciona e um policial com um fuzil nos ombros confere um por um se possuem o documento atualizado. Se o documento estiver vencido, aí mesmo deve ser atualizado. Embora com toda essa fiscalização rígida sobre os brasiguaios o dinheiro arrecadado não retorna em benefícios através de escolas, estradas, hospitais, etc.; simplesmente essas arrecadações fazem parte da corrupção que é sustentada pela exploração dos brasiguaios.

As várias Igrejas influenciam ideologicamente e às vezes tomam uma postura a favor da ordem estabelecida, abafando os anseios de justiça do povo, desestimulando a organização para lutar pelos direitos, levando-os à passividade. Para comprovar isso basta citar um pequeno texto de um boletim sobre o tema das migrações no Paraguai. Este boletim, que teve grande influência sobre os migrantes brasiguaios analisa a doutrina da Igreja sobre as imigrações, porém toma uma postura a favor do Estado com as seguintes recomendações:

"Amigo, al llegar a tierras extranjeras, busca unirse a tu Comunidad étnica y religiosa, la oveja loca permanece fuera de su rebanó' - El afan procrecer pronto en bienes materiales puede sufocar los ideales espirituales; ten conciencia que estás encargado de una misión divina en nuevas tierras. Quien reza aprende a vivir.

Respetar la legislación local y no te admire si en el extranjero suceden arbitrariedades, incomprensiones, etc., procura frenar los impulsos naturales del nacionalismo que hay en ti como el los otros. Deja pasar los años y la tensión va disminuyendo hasta desaparecer. Será una gloria para tus hijos recordar que su papá vino de otro país..."

Por outro lado, alguns sacerdotes e religiosos acompanham e assistem esses imigrantes nas situações mais difíceis e embaraçosas. Alguns reconhecem que "ajudar os colonos é perigoso" pois podem vir represálias da parte dos poderosos, que têm a polícia e certas autoridades a seu favor, ou pistoleiros profissionais a seu serviço. Em alguns locais existem padres, que por se colocarem ao lado do trabalhador, foram ameaçados de morte. Outros tiveram que ser transferidos pelos seus superiores para serem evitadas algumas tragédias. Dessa forma as Igrejas tornam-se praticamente as únicas defensoras dos trabalhadores, mas não possuem uma coordenação do trabalho pastoral junto aos imigrantes, executando trabalhos isolados.

As maiores injustiças acontecem quando são feitas denúncias aos policiais. Esses não verificam se as denúncias são verdadeiras ou falsas. Vão logo prender o denunciado e espancam-no até desmaiar sem poder dizer uma palavra. Depois que volta a si, passados talvez dois ou três dias, deve prestar seu depoimento, sob os mais variados tipos de ameaças. Quando realmente é culpado de algum crime ou roubo passa por mais algumas sessões de tortura.

3.2.2. Casos de violência com brasiguaios

Os atos mais violentos com brasiguaios ocorreram na prisão de Villa Ricca, local de onde, segundo comentários, ninguém sai com vida. Aqueles que escapam não devem contar para ninguém o que lhe aconteceu porque, nesse caso, pode ser capturado e torturado por difamar a polícia.

Constata-se que, em caso de brigas entre vizinhos, quem vai denunciar primeiro sempre tem razão; o denunciado é sempre o culpado, não existe o direito de defesa. Acrescenta-se a isso que todo preso, para ser libertado (depois de comprovado sua inocência) deve pagar aos policiais e o preço é bem elevado.

Os brasiguaios começaram a sofrer atos de violência quando eram encontrados em situação irregular, gerando insegurança, medo e vontade de voltar devido à impossibilidade de denunciar e de se ter justiça. Em Porto Salsa, no Km 09 ocorreu um fato que foi assim relatado por um entrevistado:

"Um homem tinha ido caçar e aproveitou para ir a uma festa, deixou a espingarda na casa de um conhecido e foi para festa, perguntou se tinha alguma coisa para comer e tinha churrasco. Então me dá um churrasco e uma cerveja! Aí ele sentou na ponta do balcão e estava almoçando, quando chegou um sargento e falou. O Senhor desce daí! Ele respondeu. Mas nesse balcão está tudo desocupado, podia deixar eu acabar de almoçar aqui! Aí o sargento puxou de uma pistola, deu um tiro na testa e deixou o cara morto ali. No dia seguinte saiu um alarme que se alguém falasse desse caso, responderia pelo crime."

Além desse caso registramos também outros levantados pela jornalista Cácia Cortez, em janeiro de 1985, para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra:

"O Sr. José de Freitas, 27 anos, casado, pai de 2 filhos; natural de Chavantes (SP); morava em Corpus Christi. Foi preso por três dias, apanhou muito com cabo de aço, foi obrigado a pôr as mãos em cima de uma barra de ferro para que os policiais as "martelassem". Ficou com as mãos deformadas e ainda possui cicatrizes pelo corpo, porque foi para a cidade fazer compras e não levou documentos.

No caso do Sr. João Maria Pader, 53 anos, casado, pai de 6 filhos, residente na Vila Vaña, ele foi espancado e obrigado a comer sal em cochos, junto com animais por se recusar a dar dias de serviço para a fazenda. Saiu fugido, disse que ficaram mais brasiguaios na fazenda Coronel Peralta, onde os brasiguaios eram cativos e obrigados a trabalhar em troca da comida. O Sr. João é natural de Teixeira Soares (PR).

O brasiguaiio Getúlio de Assis, 29 anos, solteiro, natural de Itabirinha (MG), criado em Toledo (PR), foi preso próximo a Paloma com um caminhão de milho, que foi confiscado pelo quartel, foi espancado na sola dos pés. No mesmo dia havia mais oito brasiguaios no quartel todos tinham sido espancados e muitos estavam acorrentados.

Por causa de uma vaca que escapou e foi parar na roça de um paraguaio, o Sr. Antonio Bento Alves, 53 anos, casado, natural de Peixe Branco (MG), residente em Mbaracayú, foi preso e espancado, apanhou nas solas dos pés e palmatórias nas mãos, permaneceu 8 dias preso, saiu completamente inchado.

Um grupo de posseiros foram expulsos da fazenda Zampiere, de Hugo Zampiere, entre eles estava José Vilmar, casado natural de Tenente Portela (RS), morava em Porto Adélia. Foi espancado com mosquetões e mangueiras de gasolina.

O Sr. Gentil José de Oliveira, 56 anos, casado pai de 9 filhos; natural de Santo Ângelo das Missões (RS), morava há dezoito anos no Paraguai. Residindo nas colônias de Puerto Adélia, Maragatú, e Tabapã teve sua terra invadida e quando foi denunciar apanhou com a batinha do facão do comissário. Foi a Puerto Stroessner denunciar para o IBR e lá recebeu uma ordem para ficar com a terra, mas o comissário local não aceitou, sendo mais espancado pelo comissário que o entregou aos soldados para lhe baterem com cassetete. Foi algemado com os braços para trás durante 4 dias, neste período sofreu sessões de torturas. Depois disso levaram-no para Aroyo S. Luzia, um destacamento, onde obrigaram-no a beber água à força, de uma mangueira, quando a mangueira estava em sua boca, abriram o jato de água mais forte. Saiu de lá quase morto e até hoje tem problemas de saúde.

Valmor Teófilo, 52 anos, casado, com sete filhos e natural de São Joaquim (SC), morava há dezesseis anos em Puerto Adélia, na costa do rio Carapã, foi obrigado a assinar a venda de suas terras. Ele conta que as coisas pioraram há três anos, as obrigações de documentação: "na hora que o comissário quer tem que fazer de novo e pagar mais caro". As expulsões de terra aumentaram, teve que fugir para não ser preso e perdeu tudo que possuía

Na fazenda três mil alqueires (conhecida como Primavera) de propriedade do Dr. Perques, de São Paulo, o comissário Duarte e o Juíz Francisco Sarube, de Puerto Nova Adelia, expulsaram debaixo de espancamentos e perseguições, sem direito a levar nada dos pertences, as seguintes famílias, em 1984:

Alfredo Pedro da Silva, 42 anos, casado e pai de 3 filhos, natural de Itabuna (BA); Pedro Moreira de Lima, 43 anos, casado e pai de 7 filhos, natural de Francisco Beltrão (PR); Antonio Rodrigues Paiva, 38 anos, casado e pai de 4 filhos; natural de Capelinha (MG); Valdir Moreira de Lima, 20 anos, casado, natural de Catanduva (PR); João Inácio Machado, 42 anos, casado e pai de 2 filhos, natural de Campo Mourão (PR); Valdoziro Rodrigues, 54 anos, casado e pai de 4 filhos, natural de Iraí (RS); Marcílio de Oliveira, 47 anos, casado e pai de 7 filhos, gaúcho; Miguel de Jesus, 28 anos, casado e pai de 3 filhos, natural de Ampere (PR) e Ademar Chessa, 26 anos, natural de Tenente Portela (RS). Estas famílias foram as que consegui levantar. Mas existem muitas mais, aproximadamente 300. Segundo o que me contaram teve muitos presos e outros que fugiram para o mato.

Izair de Alcântara, 26 anos, casado e pai de 1 filho, natural de Francisco Beltrão (PR), estava há 7 anos no Paraguai em Puerto Adélia, em companhia do pai. Este comprou um lote de terra e depois que perderam tudo para pagar o lote, os paraguaios o tomaram. O juíz Francisco Sarube autorizou a tirar a madeira para não perder tudo, mas o comissário descobriu e mandou prendê-lo. Na prisão ele sofreu tor

turas, sendo muito espancado e enclausurado num quarto escuro e fundo. Neste local, que era úmido e sujo, os ratos roeram seus pés. Permaneceu 4 dias preso e, enquanto estava no tal quarto escuro, ficou sem comer e perdeu a noção do tempo. Só saiu com vida porque seus compnheiros o socorreram e tiveram que pagar para que o soltassem. A sua terra foi incorporada pela Colonizadora Geminis. Ele ainda tem alguns bens no Paraguai, mas está ameaçado: se voltar não sairá vivo.

O filho do Sr. Altair de Alcântara, morreu de tétano e sem assistência média. O Sr. Altair, 28 anos, casado e pai de 3 filhos, natural de Salgado Filho (PR), residente há 7 ano no Paraguai em Puerto Adélia, sofreu várias perseguições (sempre nas épocas de colheitas), era posseiro. O comissário Duarte e o Juíz Sarube, com mais três policiais, o prenderam e ele foi brutalmente espancado, obrigando-o a trabalhos pesado, em consequência ficou três meses doente. Só foi solto depois de pagar 300 mil cruzeiros e a colheita de hortelã. Segundo ele, quando dois brasiguaios são presos, um é escalado para espancar o outro.

O Sr. Henrique Figueiró, 33 anos, natural de Santo Antonio, sudoeste do Paraná, contou que Cleusa Duarte, de 14 anos, e sua mãe, Helena Duarte, foram presas porque um paraguaio quis violentar a menor. Segundo Henrique e outros brasiguaios acampados, os soldados e muitos civis paraguaios invadem as casas de brasiguaios para raptar as filhas. Depois de alguns dias a moça aparece, muitas vezes trazidas pelo sequestradores. Não escapam nem mesmo as mulheres casadas, que se denunciarem ainda são presas como prostitutas.

Valdemar Cardoso de Lima, 33 anos, casado e pai de 3 filhos, natural de Laranjeiras do Sul (PR), morava no Paraguai há 5 anos, na localidade de Figueira. Foi espancado brutalmente no posto de Migração, por não ter dinheiro para refazer seus documentos que tinham sido apreendidos no mesmo local. Ele estava saindo para buscar socorro em Guaíra (PR) para sua filha Cristina, de pouco mais de 2 anos de idade, que tinha sido queimada num acidente. Quando chegou no acampamento em Mundo Novo estava muito doente em consequência da surra que levou, mal podia andar. Sua filha foi encaminhada ao Hospital Universitário, em Campo Grande (MS) para operar um dos pés que ficou deformado com as queimaduras.

No dia 26 de setembro de 1984, Arlindo Tavares da Silva, 38 anos, casado, pai de 2 filhos, natural de Palmeira dos Índios (AL), estava trabalhando na fazenda Estância Campo Aguaé, a 20 quilômetros de Curuguati, Departamento de Candeniyú e foi espancado. Suspeitam que a causa foi por ter descoberto uma roça de uma planta "esquisita". Lá só os homens do fazendeiro (Valdir Fachine), podiam chegar. Depois de ter visto a lavoura foi brutalmente espancado pelos jagunços Raimundo, Bezerra e Gaúcho. Fugiu à noite pelo mato e levou dois dias para passar a fronteira, ele chegou até nós visivelmente perturbado, tinha hematomas no rosto, braços, andava e respirava com muita dificuldade e tinha constantes crises de choro. Nós o encaminhamos para Rancharia (SP), onde estavam os filhos e a esposa. Estava na fazenda há uns três meses, antes tinha procurado emprego na Usina de Álcool de Rio Brilhante (MS).

Os irmãos José de Souza Oliveira, 38 anos, pai de quatro filhos e Luiz de Souza, de 35 anos, ambos naturais de Carlópolis (PR), que há doze anos foram presos sem motivo a mando do comissário de Corpus Cristi e por doze dias . sofreram várias torturas. Eles contam que um companheiro de nome Albino, foi preso acusado de ter roubado uma bicicleta. Na prisão este companheiro sofreu agulhadas nas unhas, foi espancado e obrigado a trabalhar pesado durante os cinco dias que permaneceu preso.

Depois de ter pago duas vezes a mesma terra de 15 alqueires, o Sr. José Rodrigues dos Santos foi obrigado a assinar um documento de desistência das terras. Foi despejado sem ter direito de colher o que plantara. Nenhum de seus filhos tem documentação brasileira, pois ele se casou no Paraguai e lá formou sua família. Estava a quinze anos no Paraguai, com 42 anos e pai de oito filhos, natural de Águas Boas (MG), residia em Mbracayú. Antes de voltar ao Brasil, foi preso por não ter emplacado sua bicicleta.

O filho de Maria Antonia Ferreira, Jaise Aires Ferreira de dezenove anos, foi preso e acusado de ter roubado um cavalo. Teve seus dedos martelados sobre uma chapa de ferro, foi espancado e colocado de quatro para apanhar, simularam um fuzilamento. Sua mãe de 43 anos tem nove filhos, é natural de Caratinga (MG) e morava há nove anos no Paraguai, na faixa de fronteira, em Santa Luzia.

Na fazenda de dois mil alqueires de Lino Rossi, o Sr. João Vieira Gonçalves, 21 anos, casado e pai de dois filhos, natural de Jaracatia (SC), foi despejado a mando do fa

zendeiro e muito espancado pelos soldados.

Anilda Bokeh, de 16 anos, morava na Colônia Mariscal Lopes em Capitán Bado, com o marido Daniel Pereira dos Santos e uma filha de 8 meses. Na ausência do marido os policiais invadiram sua casa e assassinaram-na.

Cassimiro Ozaga, 40 anos, casado; Teófilo Cesário da Silva, 31 anos, casado, natural de Garanhúns (SC); Manoel Inocência da Silva, 77 anos, casado, natural de Bela Vista (PR), José Luiz da Rocha, 45 anos, casado, natural de Montes Claros (MG), Isaltino dos Santos, 34 anos, casado, natural de Santo Antonio da Platina (PR), estes e mais alguns companheiros, foram expulsos das terras e posteriormente presos por se recusarem a pagar, para o fazendeiro que trabalhavam, 30 dias de serviço gratuito. Receberam o prazo de 48 horas para deixar o Paraguai. Eles residiam na Fazenda do Dr. Zacarias, Deputado Federal; a fazenda era localizada em Pacová".

Dessa forma as autoridades paraguaias na fronteira obrigam os brasiguaios a se submeterem a condições de vida e trabalho cruéis garantidas através da violência policial/militar.

CAPÍTULO IV

AS LUTAS PELA LIBERDADE

4.1. Lutar para sobreviver

4.1.1. As migrações e as lutas

O latifúndio, em decorrência do capitalismo monopolista, tem sofrido um processo de modernização, transformando-se em empresa. Enquanto isso os camponeses avançam na fronteira agrícola, empurrados para amansar e realizar a valorização das terras. A aproximação da colonização dirigida para a fronteira com o Paraguai ficou caracterizada a partir de 1964 com a intenção do governo militar de ocupar literalmente a região onde hoje se localiza Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul, na fronteira com a República do Paraguai, para instalar a Colônia Agrícola e a 4ª Divisão de Cavalaria do Exército, sediada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

A primeira iniciativa foi a construção de uma estrada ligando Iguatemi (MS) ao Porto Coronel Renato, dando acesso à área. O processo de desapropriação iniciou-se com o Decreto nº 60.310, de 07 de março de 1967, modificado em 18 de agosto de 1968 pelo Decreto nº 63.631, quando efetivamente chega à região a primeira remessa de materiais, junto com os funcionários para dar início ao levantamento dos solos e dos recursos naturais, indispensáveis à implantação do Projeto. Este foi supervisionado inicialmente pelo Distrito de Terras do Sul de Mato Grosso; em 1972, através da portaria 1674/72, cria-se o Projeto Integrado de Colonização Iguatemi, administrado pelo ex IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária).

Esse projeto deu origem aos desmembramentos dos municípios de Eldorado (MS), criado em 13/05/75, Mundo Novo em 13/05/76 e Itaquiraí (MS), 12/05/80. Mundo Novo, inicialmente instalado como um distrito do município de Iguatemi (MS), desenvolveu-se rapidamente. Situado na fronteira com o Paraguai, transformou-se no ponto de referência mais importante para o retorno dos brasiguaios. No período da colonização alguns colonos que receberam os títulos do IBRA, vendiam-nos e iam para o Paraguai, mas continuavam com as atividades comerciais, políticas e sociais em Mundo Novo, fato que facilitou depois, a organização para o acampamento

No Paraguai, a região de fronteira era despovoada e a economia era basicamente extrativa (Palmito) e de subsistência. Foram muitos os fazendeiros brasileiros que apropriaram-se de fazendas no Paraguai para a pecuária extensiva, criando 10 ou 15 mil bois mas continuam a morar no Brasil.

A migração aparece conseqüentemente como estratégia dos camponeses, fugindo da exploração esmagadora dos latifundiários. Assim ocorreu quando os brasiguaios começaram a ocupar o Paraguai. É fato que estes trabalhadores produzem benefícios a poucos, principalmente os grandes proprietários de terra, que através da valorização das terras no Paraguai ficaram mais poderosos e também expulsaram os brasiguaios de suas posses. Na realidade essa dominação iniciou-se com a desterritorialização dos índios e continua na expropriação dos brasiguaios que retornam ao Brasil em busca da liberdade de sobreviver na terra.

Alguns séculos marcam a luta pela terra no Brasil Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916), Ligas Camponesas, Guerrilha do Araguaia, Bico do Papagaio e os Brasi-guaios, na década de 80 . Estas lutas firmaram-se como lutas das caminhadas históricas, escritas com o suor e o sangue dos trabalhadores, demonstrando as diversas formas de resistência do homem do campo, aliado a outros trabalhadores conscientes, como padres, advogados entre outros, que têm ajudado a dar novas respostas como estratégias de enfrentamento dos impactos da modernização.

Nos últimos anos os cafezais cederam lugar aos cultivos de soja e trigo no Paraná, apresentando alto índice de mecanização da agricultura e com isso o colono de várias regiões do Paraná emigrou e vários deles constituem grande parte dos brasiguaios vivendo no Paraguai, aumentando o número de bóias-frias, arrendatários, meeiros na luta camponesa pelo direito à terra. As cidades paranaenses cresceram rapidamente, industrializaram-se e seguiu-se um processo crescente de urbanização. Os camponeses foram expulsos das terras, não tinham para onde fugir, pois as cidades não os atraíam. Os trabalhadores, expropriados e não se sujeitando à vida urbana, avançam a fronteira "amansando" outras terras.

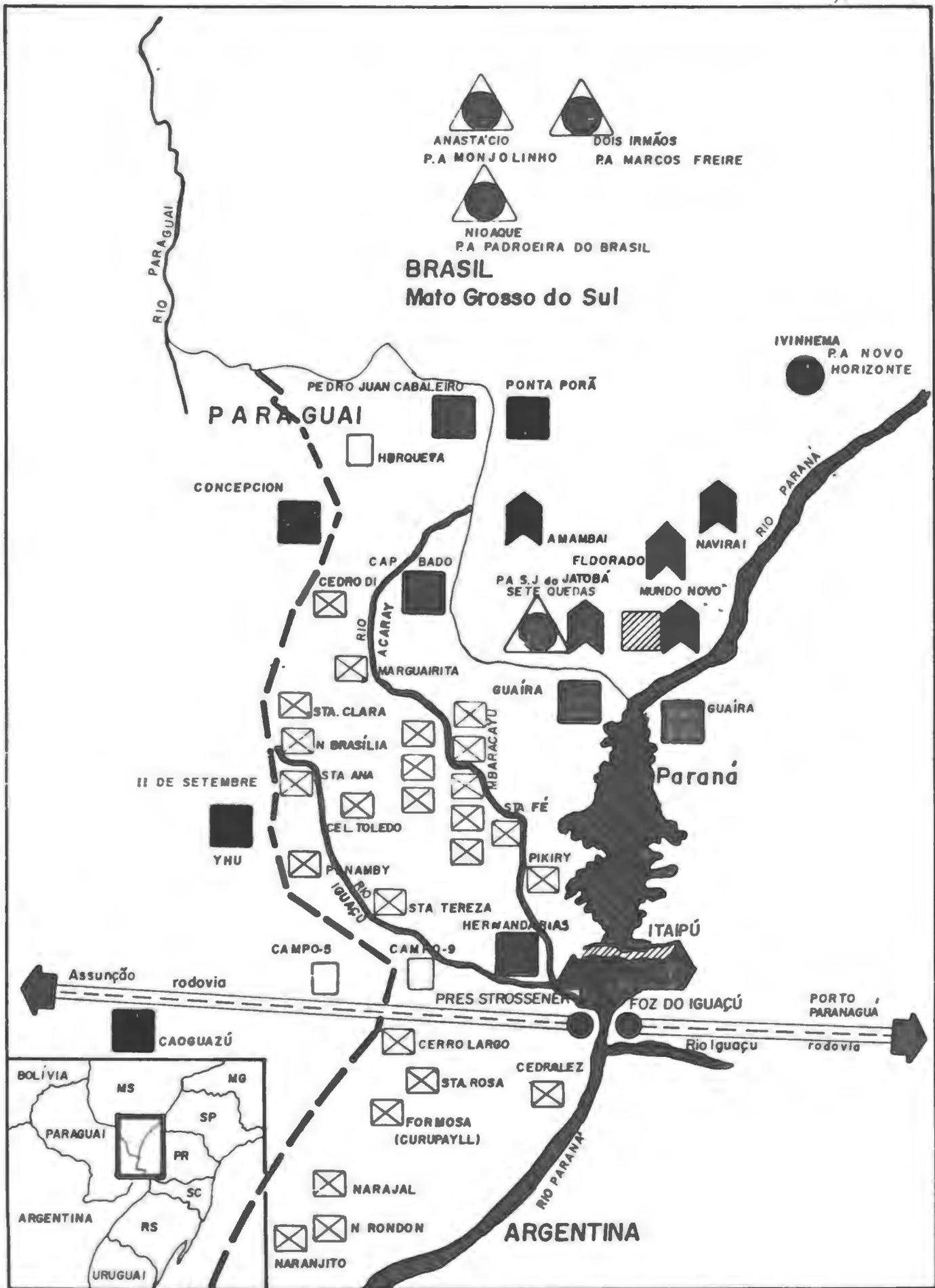
O modelo de modernização da agricultura desenvolve atividades monocultoras regionalizadas com o uso da tecnologia avançada e da mecanização. Utilizando temporariamente a mão-de-obra de bóias-frias e acentuando a crise na produção de alimentos para o consumo interno no país, expandiu a fronteira agrícola em direção ao norte e a países da fronteira.

No Paraguai os brasiguaios já sofrem os reflexos da política agrícola que direcionada aos interesses imperialistas, começa a atingir inúmeras famílias que sentem repetirem-se no país vizinho as mesmas dificuldades que sentiram no Paraná e em outros locais de onde saíram do Brasil.

Em dez anos 250 mil paranaenses, gaúchos, catarinenses, mineiros e alguns nordestinos construíram no norte de Mato Grosso importantes cidades como Alta Floresta, Sinop, Juína, Porto dos Gaúchos, Colider, etc. Mas nem todos limitaram-se ao Brasil. Grande parte desse contingente representa o povoamento de 1/4 dos 406.752 quilômetros quadrados do território paraguaio.

As precárias condições de vida encontradas no Paraguai e a falta da cidadania mantêm os laços de união dos camponeses brasiguaios e encontraram num anagrama, ou seja a junção de parte dos nomes das duas nações a melhor forma de expressar a sua identidade. Com o início do nome "Brasil" e o final da palavra "paraguaio" denominaram de "brasiguaios" um grupo organizado e assim pensaram no retorno. Esse grupo foi constituído com o acampamento de Mundo Novo (MS) em 1985.

Reproduzimos no mapa a seguir a situação da ocupação dos brasiguaios no Paraguai. São 25 vilas de brasileiros no Paraguai e apenas 3 vilas de paraguaios, situadas na faixa de fronteira sob a influência dos brasiguaios, eles constituíram o maior acampamento, com 1.000 famílias, na cidade de Mundo Novo (MS). Em outras cidades como Sete Quedas (MS), Eldorado (MS), Naviraí (MS) e Amambai (MS), também acamparam os brasiguaios, que encontram-se distribuídos pelos assentamentos do Plano Regional da Reforma Agrária do PNRA.



ANASTÁCIO
P.A. MONJOLINHO

DOIS IRMÃOS
P.A. MARCOS FREIRE

NIOAQUE
P.A. PADROEIRA DO BRASIL

IVINHEMA
P.A. NOVO HORIZONTE

PEDRO JUAN CABALEIRO

PONTA PORÃ

HURQUEVA

CONCEPCION

AMAMBAI

FLDORADO

NAVIRAI

CAP. BADO

PA S.J. de JATOBÁ

SETE QUEDAS

MUNDO NOVO

CEIRO DI

RIO ACARAY

MARGUARITA

GUAIÁRA

GUAIÁRA

ST. CLARA

N. BRASÍLIA

ST. ANA

CEL. TOLEDO

ST. FÉ

PIKIRY

YHU

P. NAMBY

ST. TEREZA

HERMANDARIAS

ITAIPIÚ

CAMPO-5

CAMPO-9

PRES STROSSENER

FOZ DO IGUAÇU

CERRO LARGO

ST. ROSA

CEDRALEZ

FORMOSA (CURUPAYLL)

NARAJAL

N. RONDON

NARANJITO



Faixa de influência dos brasileiros no Paraguai
 Vilas de brasileiros no Paraguai
 CIDADES
 Vilas de paraguaios
 Cidades dos acampamentos dos brasileiros e brasiguaios

Assentamento de BRASIGUAIOS
 Melhor Acampamento dos BRASIGUAIOS com 1.000 famílias em 1995
 Assentamentos de BRASIGUAIOS e os sem terra de MATO GROSSO DO SUL

Escala 1:2.500.000
 ORGANIZADO POR: LUIZ CARLOS BATISTA
 DESENHO: IVO MARINHO DA SILVA

4.1.2. A vida de brasiguaios

Pode-se dizer que o problema maior dos brasiguaios no Paraguai é o da exploração econômica. Um exemplo se dá na comercialização dos produtos agrícolas. Nos depoimentos dos brasiguaios fica evidenciado que a saída do Paraguai foi por falta de condições para viver, o produto não valia mais nada, não conseguiam vender senão a preço de custo.

A corrupção das autoridades paraguaias na elaboração dos documentos de permanência dos brasiguaios e também na legalização da produção tornaram a situação ainda mais difícil. Registramos uma entrevista que explica como eram explorados nesse sentido:

"Lá no Paraguai as coisa são bem difíceis, a começar pela documentação. A gente com todos os documentos de brasileiro. lá não tinha documentação nenhuma. No meu caso por exemplo que tinha identidade, CPF, Certidão de casamento, Título de eleitor enfim todos os documentos como brasileiro, tinha de fazer o tal "permiso" e que tinha vencimento e quando vencia a gente estava sem documento andando por ali era até meio perigoso. Depois surgiu a idéia de que todos tinham que fazer a tal "migraccion" e a gente não tinha condições, porque as condições da gente sempre era péssima, difícil, e aí eu tomei a iniciativa de vir embora."

Outra dificuldade encontrada pelos brasiguaios é a falta de escolas para seus filhos. Nos lugares onde há escolas existem dificuldades de aprendizagem devido à língua, em casa falam o português e na escola aprendem o castelhano. Em algumas entrevistas os argumentos para o retorno foram os problemas de educação dos filhos, como nesse caso:

"Uma questão muito forte que me fez pensar em voltar para o Brasil foi o estudo dos meus filhos, porque eles estavam no Paraguai estudando um idioma que até certo ponto não é tão difícil, que é o castelhano, mas eles não estavam aprendendo. A escola era subdesenvolvida, era uma escola muito fraca, os professores não tinham formação para ensinar e tudo dependia do bolso da gente, do nosso trabalho. Nós até certo ponto mantínhamos os professores, através de pagamentos, material escolar, uniforme, eles pediam tudo. A gente percebia o tanto que era difícil ficar no Paraguai e os filhos sempre crescendo como no caso do mais velho que estava na ocasião de 10 para 11 anos e não saía do primeiro ano. Então nós pensamos. Aqui vai ficar cada vez mais difícil, a gente já tem pouca leitura e vê nossos filhos no futuro mais analfabeto que a gente, seria triste."

Enfrentaram também, problemas com o serviço militar no Paraguai com jovens brasiguaios acima de 14 anos. É costume realizarem-se "batidas" policiais para o recrutamento forçado, tanto de paraguaios como brasiguaios, fato que causa muito sofrimento aos pais brasiguaios e paraguaios, atingindo vários jovens que de forma violenta são praticamente raptados e levados para um local desconhecido, passando por muitos maus tratos, como citou em entrevista um brasiguai:

"Teve uma época que pegaram uma pi lazada brasiguai de 14 a 17 anos e levaram para servir, transportaram num caminhão até um lugar muito longe, parece que era Uruguatu, e os rapazes não precisaram servir, mas tiveram que voltar a pé.

Aí vieram assando milho na beira da estrada para poder comer, porque não tinham dinheiro e dormiam na beira da estrada. Quando chegaram, passaram lá por casa e muitos deles estavam até meio bobos. Eles tinham borbolhas nos pés e não podiam nem pisar no chão, nem sabiam explicar onde tinham ido de tanto sofrer. Ficaram seis dias na estrada comendo milho.

Continuaram passando com os caminhões para o recrutamento, mas os pais escondiam os filhos no Brasil para não deixarem judiar dos jovens de novo."

Existe por parte dos brasiguaios uma completa submissão política, juntamente com a falta de participação ativa nos assuntos políticos. O desconhecimento da realidade política no Paraguai e a cooptação ideológica feita pelos que estão no poder, no caso o partido Colorado, levam os brasiguaios a fazer o título de eleitor e votar inconscientemente, até agora apoiando um regime de ditadura militar. Dizem que no Paraguai não há eleição e sim votação, pois já se sabe o vencedor. Acrescente-se a isso a acusação de os candidatos opositoristas serem fictícios, pois não se vê nenhuma propaganda desses candidatos. Um brasiguai entrevistado sobre esse assunto disse o seguinte:

"Olha, eu votei duas vezes lá no Paraguai, mas para dizer a verdade nem sabia em quem estava votando, não sabia o que estava fazendo. Votei duas vezes e não me procuraram mais. No Brasil a gente vota, lá só assina a cédula e não sabe para quem está votando. A gente ia votar porque eles diziam que era obrigado a ir. Os pequenos lá têm que obedecer às ordens."

Os movimentos reivindicatórios sofrem forte repressão no Paraguai. Cita-se por exemplo, como um dos grandes problemas, a repressão ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que estava articulando com mais de duzentas famílias, cadastradas pelo INCRA, o retorno ao Brasil, atravessando a fronteira seca. Neste caso conseguimos um importante relato:

"Quando a polícia paraguaia tomou conhecimento que eram realizadas reuniões e estavam marcando uma festinha para angariar fundos com esse objetivo, reprimiu severamente. Só não prendeu o líder João Reis porque ele tinha o permiso de realizar essa festinha como se fosse festa da Igreja, mas as ameaças foram grandes e ele não teve coragem de enfrentar e saiu do Paraguai, abandonando tudo. As autoridades paraguaias não permitem que os brasiguaios façam qualquer movimento. Então eles entenderam que o Sr. João Reis estava desviando o povo do país e não queriam que surgisse esse levantamento de gente aqui do Paraguai para o Brasil. Se deixassem acontecer aquilo seria um fracasso para eles e nós entendemos que não temos o direito de fazer o que a gente pensa. Então nós ficamos quietos e o Sr. João Reis desistiu e foi para outro lugar. Eu, como tinha meu lugarzinho, ainda estou aqui, só que nesse movimento de reforma agrária ninguém fala muito, porque as autoridades são tudo contra. Não fazemos mais reuniões e não se discute nada. Nós não esquecemos, mas a gente fica quieto, não fazemos comentários e nem reuniões para obedecer as leis do país e podermos andar tranquilos. E eu penso, se a gente começa a desobedecer as leis do país aí complica a situação.

O homem trabalhador que vive do pesado se ele fizer dificuldades para vida dele, do que ele vai viver? Tem que ficar quieto, baixar a cabeça igual a um carneiro e trabalhando para comer e viver tranquilo."

Este amigo do Sr. João Reis contou com muitas restrições o que aconteceu, tomando esta atitude conformista, e temendo perder seus poucos alqueires de terra que lhe dá sustento.

Para exemplificar a repressão em outro lugar dentro do Paraguai e a insegurança que resulta dessa situação, os registros de parte de um dos depoimentos indicam o seguinte:

"Eu fico assim com medo, porque se caso acontecer de alguém descobrir alguma coisa, nós vamos entrar tudo em cana. Não será com um só cruzado que vamos nos libertar disso, porque com eles não existe perdão, não existe negócio de discutir sobre o problema."

Existe outra situação difícil que encontramos na vida dos brasiguaios, a qual diz respeito à assimilação de sua nova identidade: Isto é, existem brasiguaios que estão há mais de 15 anos no Paraguai e não sabem falar sequer uma frase em guarani ou em castelhano. Foram para o Paraguai com o objetivo de fazer riqueza e voltar para o Brasil; muitos estão bem economicamente, mas não com condições suficientes de voltar para o Brasil, e não estão convencidos de que vão viver por muito tempo ainda no Paraguai. Uma frase, de um brasiguai que morou 12 anos no Paraguai e conseguiu voltar, retrata a não-aculturação, considerando sua vida no Paraguai como um estrangeiro:

"Porque eu fui estrangeiro, morei 12 anos no Paraguai e voltei aqui e sou o mesmo brasileiro como saí. Então por isso me orgulho de ser um brasileiro de fibra, porque fui brasileiro e voltei brasileiro."

Na expressão de um outro brasiguai, concluímos esta parte referente as dificuldades da vida no Paraguai:

"Bom, eu penso, é difícil viver aqui dentro, não é fácil, a gente é massacrado por tudo quanto é lado."

4.2. Brasiguaios: uma estratégia camponesa na fronteira

4.2.1. Ocupar e acampar: "se você fôr eu vou também"

O movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra, em Mundo Novo (MS), junto com a Comissão Pastoral da Terra, a partir de 1983, reuniram os seus agentes com algumas lideranças de brasiguaios e decidiram ocupar áreas de terras devolutas no Mato Grosso do Sul.

Nesse Estado, o predomínio na exploração das terras é dos latifúndios por extensão, projetos de reflorestamento, usinas de álcool, agricultura mecanizada e pecuária extensiva. O território estadual possui uma área correspondente a 35.054.800 hectares, concentrados em latifúndios que se desenvolveram principalmente na década de 70 com a monocultura da soja, substituindo os camponeses que praticavam basicamente a agricultura de subsistência e foram gradativamente expropriados, resultando transformações significativas no Mato Grosso do Sul, principalmente na região conhecida como Grande Dourados.

O resultado destas transformações no campo de Mato Grosso do Sul representaram, em 1983, um aumento significativo da atividade monocultora com novecentos hectares plantados em soja dos 1.776.242 hectares que correspondem a 5% das terras existentes no Estado destinadas à agricultura, sendo que a pecuária ainda constitui-se na principal atividade, atingindo trinta milhões de hectares para doze milhões de cabeças ocupando 87% do território sul-matogrossense. As propriedades abaixo de cem hectares representavam 2% das terras de Mato Grosso do Sul e a concentração crescente da propriedade com características empresariais aumentava em 2% ao ano.

Os reflexos desta realidade avolumavam os conflitos com os latifundiários. Sobretudo a presença das empresas rurais, para transformar o Estado no celeiro agrícola do país, tentavam eliminar as chances de sobrevivência camponesa. Essa situação motivou várias reuniões e assembleias municipais, juntando-se às experiências interestaduais que contribuíram para a criação em 1981 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em Mato Grosso do Sul; através de uma comissão que reunia vinte municípios do estado com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e quatro sindicatos. Constataram de início que em onze municípios existiam 7.272 famílias sem terras, reunindo mais de 36 mil camponeses.

No dia trinta de novembro de 1982 ocorreu a primeira reunião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Taquarussú (MS), com arrendatários de Naviraí, despejados de Itaquirá, acampados de Taquarussú e bóias-frias da região.

Nesta reunião discutiram a atuação dos sindicatos e decidiram tentar uma ação mais conjunta. Porém, frustrados com a iniciativa de união com os sindicatos, devido às pretensões oportunistas de alguns sindicalistas, as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra decidiram elaborar um novo plano de organização a partir de 1983.

Realizaram um trabalho de organização que durou de abril de 1983 a 17 de fevereiro de 1984, conseguindo mobilizar mais de mil famílias de brasiguaios que decidiram ocupar a fazenda Santa Idalina, em Ivinhema (MS). Em 1985 organizaram o acampamento de Mundo Novo (MS), também com mais de mil famílias, na maioria brasiguaios, e em 1986 realizaram o acampamento de Eldorado (MS), além de outros acampamentos em Sete Quedas e Naviraí (MS).

A reação do Estado surgiu através do presidente do Departamento de Terras de Mato Grosso do Sul (Terrasul) e depois presidente da Comissão Especial para Assuntos Fundiários do Estado de Mato Grosso do Sul, Aparício Rodrigues de Almeida, que falou publicamente, durante um debate sobre reforma agrária no dia 13 de março de 1986, no Centro Universitário de Dourados, que havia participado de uma reunião em Mundo Novo, onde foi planejado o assassinato do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra daquele município, João Eleutério "lá no Paraguai para não dar rolo".

O relato consta de um documento assinado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra e Comissão dos brasiguaios, redigido em 1 de abril de 1986, onde constatamos o seguinte:

"João Eleutério, pequeno produtor (3,3 hectares), é membro da Comissão do Movimento Sem Terra e há mais de três anos vem sendo perseguido pela polícia de Mundo Novo, que sem nenhuma ordem judicial e contrariando os princípios de direito, interroga-o a qualquer momento. Ultimamente, a polícia tem "visitado" a residência de João Eleutério, chegando a 16 vezes por semana.

Ser pacífico não significa ser manso e covarde. Nós dos movimentos populares além de continuarmos denunciando a violência não só física como psicológica contra qualquer trabalhador, não arredaremos o pé da luta pela Reforma Agrária, de forma ordeira e organizada."

A demonstração efetiva da luta organizada dos trabalhadores sem terra, inclusive os brasiguaios, é dada pela mobilização de mil famílias do Mato Grosso do Sul e 60 famílias de brasiguaios que decidiram ocupar a fazenda Santa Idalina em Ivinhema, como relatou um brasiguai:

"Eu morava no sítio da minha sogra e tinha um pézinho de vida, não tinha terra. E a gente tinha um trabalho de grupo, lutando para conseguir a terra, quando a gente começou esse grupo, a turma falou: Se voce fôr eu vou também. Então eu vou, uai! Se é para se lascar, vamos todo mundo. A gente conseguiu onze municípios ali e partimos com 31 famílias que vieram do Paraguai.

Quando nós começamos o trabalho, foi mais de um ano articulando como fazer. Na hora que decidimos só via nego com machado, foice, e as lonas nas costas.

Acabaram os machados e as foices de Mundo Novo. A turma toda era dali de perto, uns trabalhavam no Paraguai e outros nos municípios vizinhos. Eram mais ou menos mil famílias, umas quatrocentas ou quinhentas eram de Mundo Novo e Taquarussu. No sábado que nós iam sair a polícia descobriu e mandou um Coronel. Lá, ele perguntou: Onde vocês vão? Nós não sabemos onde nós vamos! Aí a polícia cercou pela fazenda Macuco. Eu tinha um carro e saí na frente. Se eu visse uma barreira eu avisava um outro cara com um carro atrás, qualquer coisa que eu visse tinha que voltar, dar um sinal para o carro que ficava mais longe e ele avisava os outros.

Nós saímos de Mundo Novo era uma ou duas horas da tarde e os caminhões vinham pegando os neguinhos nos patrimôniozinhos, na estrada. Nas cidades quando o caminhão parava os negos perguntavam: Para onde vocês vão indo? Nós vamos para Rondônia! Mas vocês vão de pé em cima desse caminhão, Nós falávamos: É, não tem outro jeito, é muita gente! Eram 22 caminhões desses fenemezão, ALFA. Sabe, de noite, quando escurecia, só escutava o ronco deles. Cada motorista recebeu 5 cruzados, naquele tempo, de cada homem para pagar o frete. Tinha motorista que ia com medo e queria voltar e nós encostávamos o trinta e oito e eles tinham que aguentar a gente!

Tinha o esquemão da polícia, que cercou a turma em Taquarussu, deu umas cacetadas nuns caras e fizeram eles voltarem, então os caras tinham que voltar e passar em Ivinhema pegar a estrada da SOMECO para ocupar a fazenda Santa Idalina, mas a polícia tinha feito uma barreira num rio que tinha nessa estrada.

Eles pensavam que íamos entrar na estrada da SOMECO, mas nós sabíamos, nós vimos e entramos antes numa estrada entre Naviraí e Ivinhema, que chegava na beira do rio. Uma tal de Sete Placas.

A polícia esperou nós por uma estrada e nós desviamos por outra que só tinha fazenda e o diabo-a-quatro. Chegamos na sede de uma fazenda, numa porteira que ficava a uns três quilômetros do rio que faz divisa com a SOMECO. Nós tínhamos que pedir a autorização do administrador da fazenda para abrir a porteira e passar com os 22 caminhões para chegar no rio, o resto nós fazíamos. Era o casamento da filha do administrador, a hora em que ele viu um monte de caminhão, quatro horas da manhã, o homem quase morreu de medo. Nós, que estávamos mexendo, até que tínhamos alguma coisa na cabeça, mas aquela turma não tinha nada na cabeça, o negócio deles, sabiam que era a terra, para eles era festa.

Nós formamos uma comissão, falamos com o administrador e pedimos para ele abrir a porteira que nós íamos entrar na fazenda tal. O administrador disse que não podia fazer isso. Nós dissemos que se ele não podia, nós podíamos e vamos fazer! Aí ele já saiu e teve que abrir a porteira. Depois que nós entramos ele já sabia que a polícia estava esperando na outra estrada e pegou uma F-4.000 e foi avisar a polícia. Os bichos foram pelo meio do mato, passaram pelo pasto e foram lá na beira do rio tocar a turma. Aquela turma em festa ali, descarregando os caminhões, atravessando o rio nadando. Eu fui com meu carro por dentro do varjão até mais em baixo e a turma vinha vindo, nós vimos de longe.

A polícia com metralhadoras e o diabo-a-quatro, as sustando os medrosos. Nós falamos com a turma que viemos aqui para entrar e vamos entrar, porque muitos nem tinham des cido dos caminhões e já estavam jogando os bagulhos para vol tar. A polícia era pouca naquela hora e nós fomos em cima em purrando com as foices e falamos com o capitão Lacerda que nós estávamos entrando e ele disse que nós íamos entrar mas nós iríamos sair. Tudo bem mas nós vamos entrar! O rio era muito largo, um riozão da bixiga, Levamos três dias para con seguir passar todo mundo.

Era muita gente e só tinha um bote, rodava coisa no rio. Então nós amarramos uma corda nos paus de um lado e do outro do rio e os negos agarravam para atravessar, Quando al gum escapava, descia com tudo no rio fundo e os outros tinham que agarrar para não afogar. Os negos perderam as malas, os rádios, tinha radinho que descia rodando dentro d'agua. Voltou muita gente, mas foi uma festa gostosa. Do meu grupo mes mo nós combinamos para entrar todo mundo, mas ficou só eu e um doido, o resto voltou. Eu fui sozinho, deixei a mulher em Mundo Novo, então eu avisei para ela que tinha voltado o nos so grupo. A polícia deu em cima, mas eu fico, vou aguentar o galho, a hora em que os outros grupos voltarem, aí eu não aguento e volto também! Mas não conseguiram tirar todo mundo. Eu fui buscar o caminhão de mercadoria que foi para Mundo No vo e ainda conseguimos trazer uma turma que tinha voltado com o cara do caminhão. Nós negociamos com a polícia e conse guimos entrar com a mercadoria e com essa turma que foi embo ra, mas não podia entrar mais ninguém.

Então falamos para os outros descerem uns 25 quilômetros a pé no meio do mato e passar o rio a nado para conseguirmos atravessar tudo, isso foi num sábado. Na segunda-feira ainda tinha nego atravessando, quando apareceu um negão lá, o Secretário da Segurança. Ele, o Paraguassu, veio de avião para conversar e formar uma comissão de negociação, nós já estávamos mexendo e conseguimos uns 10 caras para ir em Campo Grande, todos animados para negociar a terra. Ele queria que nós fôssemos de avião, eu disse que nós iríamos de carro. Nós fomos e ficamos três dias na penitenciária, não ficamos presos, era só para não ter perigo. Quem vê o Secretário conversando, pensa que é um Santo, mas é um desgraçado, porque ele conversa que nem puta. Nós fomos numa audiência na governadoria e então o governo deu dez dias de prazo para nós entrarmos em negociação com a SOMECO e então voltamos numa boa. Para nós voltarmos foi proibido pela polícia entrar de carro nas terras, ficamos a uns três quilômetros, fomos a pé. Mesmo os padres e bispos que iam lá também entravam a pé, podia estar chovendo. Até as mercadorias que nós levamos no caminhão tivemos que carregar três quilômetros nas costas, e a polícia comeu toda a mistura, a linguiça, foi uma encheção de saco.

Nós ficamos quinze dias, a turma meteu a foice e roçou 400 alqueires, era uma festa, um lugar gostoso; os negos falavam: Meu sítio vai ser aqui! Mas meteram a polícia pelo meio do mato, tinha hora que a gente via cada tropa e nós grudamos cada pega com os soldadinhos pé de chinelo.

Passaram dez dias e não teve negociação, eles montavam um esquemão e quando foi para inteirar 15 dias nós recebemos a ordem de despejo, no outro dia 6 horas era para limpárm~~os~~ o beco. Nós esperamos para ver o que dava na hora, se não der mais não tem boca não! Acho que os soldados que tinham aqui no Estado, eles mandaram todos para lá, muitos botes, só via soldado entrar de bote e montaram um esquemão espalhando de dois em dois metros cada soldado em volta do rio. Nós juntamos a turma no acampamento na beira do rio, porque se ficassemos espalhados eles podiam pegar os caras e até matar. Eu mesmo não tinha medo, não tinha nada na cabeça, achamos que se nós ficassemos ali iríamos conseguir. O bispo foi o maior culpado nesse ponto de não querer pau lá. Eles atravessaram de bote e fizeram o cerco do outro lado do rio, era para nós sairmos seis horas, nós fomos sair meia noite. Também aquele dia eu tive um gosto, o Paraguassu ficou o dia inteiro na chuva com fome, sem comer e os soldados a mesma coisa. Tinha soldado que pedia para dar um punhado de farinha, a gente jogava na mão deles e eles comiam. Eu lembro de um que pediu um pouquinho de fumo e esse fumo ele tinha que comer porque não tem jeito não dá para repartir entre os outros. A gente dava risada de ver os caras, porque tinha muitos que estavam na polícia, mas nem ligavam, tinha polícia lá que os pais, os cunhados deles estavam junto com a gente para conseguir as terras.

Apertaram o esquemão e não teve boca. O Paraguassu deu a ordem para nós sairmos, mas nós fizemos a maior cera,

A polícia tentou prender um advogado que acompanhava a gente, era o Arthur que veio do Rio de Janeiro, era um cara lascado de bom, uma hora a polícia pegou ele para prender e nós fizemos um fervor em cima deles e acabou, porque a turma estava no ponto, qualquer coisinha, se desse um tapa num a foice velha comia! Todo mundo de machado e foice, os soldadinhos estavam amarelos, o capitão Lacerda, que é um capitão metido a bravo, porque se não desse uma de bravo ali, a turma tomava conta. Ele pegava aquela metralhadora e dizia qualquer coisa, e eu, só olhando, com o meu revólver que eu não largava. Qualquer coisa eu atirava na cabeça do Paraguassu, ficava só na traseira dele. Qualquer coisa, se for para morrer, eu mato o mais grandinho primeiro, né? Eu pensei, mato um desses e a turma um pouco preparada sabia o que fazer, porque nós tínhamos poucas armas. Mas não aconteceu nada, a turma foi se retirando e eles jogavam os peões dentro do bote, um soldado ficou o dia inteiro dentro d'água num lugar meio raso para a gente sair, era para arquear o bote e empurrar. Estava chovendo, aquela garoa, um frio danado e os caras, com fome, foram atravessando.

Então o esquema deles era pegar a turma e jogar dentro do caminhão e voltar para Mundo Novo ou para outros lugares distantes, muitos caras foram. Mas nós montamos um esquema de não aceitar. Então o padre, aquele bispo, ofereceu uma área de terra na Vila São Pedro para a turma que quisesse acampar lá. Então nós fomos até a Igreja de Ivinhema e dali para esse lugar. Uma parte da turma foi para Ivinhema e os outros montaram acampamento na Vila São Pedro.

Nós montamos um esquema de negociação com o governo e a gente saía para caçar terras para um assentamento. Eles só mostravam terras que não prestavam, mas na hora que nós chegávamos a turma não queria nem saber, queria terra, se fosse 1 hectare de terra já estava bom, foi um desespero.

A melhor área de terra foi essa da Padroeira do Brasil, então nós viemos. Até hoje tem cara que reclama, mas não tem jeito, uns querem e outros não querem, vai fazer o quê?

Esse problema da área de terra teve um esquemão. A gente ia ver uma área de terra e voltava e a turma falava que era ruim e muitos queriam vir. Então os homens do governo diziam que se nós quêríamos aquela área tudo bem, se não era a última, se não querem tem tanta gente querendo, eles falavam para nós, Então fomos obrigados porque o esquema do bispo que estava suprindo a turma na bóia; elê falou que não ia dar mais, era o último mês.

Mas se nós tivéssemos agüentado lá na briga nós teríamos ganhado a Santa Idalina, porque esse esquemão eles montam até hoje."

Ao ocuparem as terras da SOMECO, esta colonizadora, com milhares de hectares ociosos e sem documentação, providenciou dentro de 24 horas a escritura da fazenda. Mas, segundo um brasiguaiio, não constaram os mapas e os rios, provando que os proprietários desconheciam o que possuíam. A Gleba estava abandonada desde 1951, servindo apenas para especulação, sem nenhum plano de colonização, descaracterizando a própria função da empresa que é a de colonizar.

Os camponeses foram despejados de dezoito mil hectares, em 1984, da Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), numa das fazendas da colonizadora situada às margens do rio Guirá (Guirá-y - Rio dos Passáros, em ~~g~~usrani) na divisa dos municípios de Jatei e Ivinhema (MS). Até atingir a fazenda, os trabalhadores rurais de Mundo Novo viajaram 210 quilômetros, os de Eldorado 190, Naviraí cinquenta, Caarapó 140, Glória de Dourados quarenta, Deodápolis sessenta, Bataiporã, Taquarussu, Nova Andradina e distrito de Amandina, em Ivinhema percorreram cerca de cem quilômetros.

O Brasil estava num clima de agitação política, motivado pela luta por "Diretas-Já", e no dia 24 de abril de 1984, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, estourou a notícia de ocupação das terras da SOMECO em Ivinhema, colocando de prontidão o Destacamento do Exército em Mundo Novo, área de Segurança Nacional. Os trabalhadores decidiram enfrentar o Exército com foices e enxadas e mesmo sob a ameaça das forças armadas, o plano para ocupar as terras concretiza-se no dia 28 de abril de 1984.

4.2.2. Acampar para ocupar: uma reorientação no movimento

O processo de desapropriação das terras da SOMECO entrou em tramitação na Justiça e após aproximadamente um ano os brasiguaios conquistaram as terras definitivamente.

A incansável busca da terra requer a constante organização dos trabalhadores e um longo processo de conscientização, exigindo em alguns momentos formas novas de pressão para fortalecer a luta dos brasiguaios.

As negociações com o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário serviram para que uma comissão de dezoito lideranças dos brasiguaios, em conjunto com agentes da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, utilizassem taticamente os acampamentos nas cidades da fronteira com o Paraguai como forma de exigir providências do Estado. O próprio Ministro dissera que só poderia resolver o problema dos brasiguaios se eles voltassem ao Brasil, pois não poderia fazer nada por eles enquanto estivessem vivendo em outro país.

Diante dessa alternativa as lideranças dos brasiguaios mobilizaram-se para realizar uma assembléia em Mundo Novo. Reuniram 680 brasiguaios e decidiram que dentro de 30 dias acampariam naquela cidade para aguardar as providências prometidas pelo Ministro.

A partir de 14/03/1985 começaram os acampamentos, reunindo 1.100 famílias. O efeito do acampamento em Mundo Novo motivou novos acampamentos nas cidades de Sete Quedas e Naviraí. Das famílias acampadas em Mundo Novo, 930 foram assentadas no final de 1985, após a desapropriação das fazendas Novo Horizonte e Escondido (terras, aliás, que haviam sido primeiramente ocupadas pelos camponeses que haviam participado do processo relatado no episódio anterior e foram depois despejados em virtude da ação movida pela SOMECO)

Os primeiros trabalhos organizados para o retorno dos brasiguaios foram verdadeiras operações de fuga. Nem os comissários nem os fazendeiros queriam a saída dos brasiguaios, pois a força de trabalho destes é indispensável para a formação de fazendas e garantia de dinheiro fácil.

O movimento dos brasiguaios, por um lado, colocou em xeque a estratégia de modernização na agricultura e, por outro lado, coloca novos dados na questão nacional, tanto para o Brasil como para o Paraguai.

A reforma agrária aliviou as tensões cadastrando 1.500 famílias em Mundo Novo, em grande parte brasiguaios; destas 1.500 foram atendidas apenas quinze do município e 930 brasiguaios, e foram aparecendo novos cadastramentos, apenas para nutrir as esperanças na reforma agrária. Na região de Corpus Cristi, no Paraguai, constatamos que existem aproximadamente duzentas famílias cadastradas esperando a oportunidade para retornar.

Seguindo o movimento organizado dos brasiguaios para ocupar terras da SOMECO em 1984, e para acampar em Mundo Novo em 1985, em 1986 um novo grupo foi constituído, reunindo famílias de Paloma, Alvorada e Troncal 4, no Paraguai. Fizem várias reuniões a partir de março de 1986, até decidirem ir ao Ministro Néelson Ribeiro com um documento que retratava a situação dos brasiguaios que continuavam no Paraguai, tentando voltar ao Brasil, esperando serem atendidos pelos programas de reforma agrária. Assim eles reproduziram a realidade sobre as suas condições de vida:

"Somos milhares de lavradores brasileiros que há mais de 15 anos fomos obrigados a viver no Paraguai para poder continuar sobrevivendo na lavoura, pois no Brasil já não tínhamos mais condições de trabalhar a terra da qual fomos gradativamente expulsos.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, quando o Governo brasileiro criou o novo modelo agrícola, incentivando a soja e outras lavouras mecanizadas e mais tarde a construção de grandes hidrelétricas, centenas de famílias como nós e que produzíamos alimentos e não dependíamos de outros trabalhos para sobreviver, tivemos que buscar outras terras ou outros meios de sobrevivência fora da lavoura.

Logo em seguida foram criadas as novas fronteiras agrícolas no norte do País, para onde milhares de sulistas foram levados para essas regiões ao deixarem para trás as suas terras já incorporadas pelas grandes fazendas mecanizadas, pois a nossa presença como mão de obra ou como pequenos produtores já não era mais necessária. E nos atiraram em terras que além da diferença de clima e de cultura de outras lavouras (que desconhecíamos) no total abandono fez com que muitos deixassem estas novas fronteiras e se dispersassem pelas cidades. Mas muitos de nós fomos atraídos pela propaganda (que até hoje existe) das grandes colonizadoras (as mesmas que colonizaram o norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul) sobre as terras férteis, abundantes e baratas do Paraguai.

O Paraguai foi uma busca de solução que aos poucos foi se transformando em pesadelo. No início encontramos terras, ou seja, a mata fechada para abrir e fazê-la produzir. Com o passar dos anos fomos nos tornando, sem nenhum tipo de ajuda, os responsáveis por toda a produção agrícola da faixa de fronteira daquele país.

Abrimos, destocamos, produzimos nas terras, abrimos estradas, construímos escolas, cadeias públicas, postos fiscais, formamos vilas e povoados, enfim, desbravamos a terra às custas de muitos sacrifícios e humilhações. Quando chegamos, poucos conseguiram comprar um pedaço de terra do IBR, a colonizadora oficial do Paraguai. A maioria se empregou como diaristas nas grandes propriedades de empresários e fazendeiros brasileiros em cultivos provisórios, através de concessão de pequenas áreas de terras para posterior plantio de capim, ou soja como arrendatário.

Hoje, Senhor Ministro, a nossa esperança já não é mais necessária no Paraguai, pois quase não se tem mais terra para destocar e a mecanização junto com o pasto está chegando, e da mesma maneira como fomos expulsos de nossas terras, estamos sendo atirados gradativamente para fora do Paraguai. Com uma agravante, uma vez que além da miséria há também a repressão. Comissários e chefes de Governos dos Departamentos são ao mesmo tempo júiz, delegado, prefeito e administrador. Estes nos tiram tudo. A pouca produção de alimentos como mandioca, feijão, milho e arroz, plantados com muitas dificuldades, pois estes produtos não têm incentivo ou garantia e o custo de produção é muito alto além do pouco comércio que alcança, somos obrigados a repartir com a polícia a mando dos comissários. Estes ordenam seus soldados ou homens de confiança para entrar em nossas lavours e levar o que bem entendem. Invadem nossos depósitos e levam o pouco que conseguimos armazenar. Levam também nossos animais como porcos, galinhas etc.

Não podemos reservar nada ou comprar algo para o conforto maior que logo somos assaltados com taxas ou simplesmente com o confisco desses bens.

Somos proibidos de fazer qualquer tipo de reunião, mesmo religiosa, sem que haja representantes deles presentes. São poucos os que possuem alguns bens ou mesmo um pedaço de terra para viver, a grande maioria é arrendatário, meeiro ou simplesmente bóia-fria. Convivemos constantemente com o medo e o pavor de acordar com a presença de um policial em nossas casas exigindo "mas alimentos para la policia" ou cobrando novas taxas de "permiso", o documento de autorização para permanecer naquele País. O documento de migrante, a "libreta", espécie de imposto para a conservação das estradas, escolas, postos fiscais, que foram construídos e são conservados por nós. Os casos de prisão sem motivo, perseguições, espancamentos, torturas e mortes são comuns.

Nas épocas de colheitas das safras, os produtos caem de preço e somos obrigados a entregar a colheita praticamente de graça a cerealista. Um exemplo é a soja, único produto que possui financiamento, está custando em Assunción 80 guaranis, o quilo, teremos que depositar a soja a 70 guaranis já descontados os fretes, e o imposto de 2,5%. Com esta quantia não teremos condições de cobrir nem o preço da semente gasta e muito menos os financiamentos, tendo em vista que em 10 de junho próximo haverá uma queda de até 50% do produto depositado

Senhor Ministro, a miséria é tanta, que somos obrigados a abandonar os cuidados com nossas lavouras de soja, ainda para colher, para trabalhar de bóias-frias, em poucas fazendas onde oferecem serviços. Em nossa companhia vão só as mulheres, com nossos filhos pequenos, para cada um ganhar por dia mil e quinhentos guaranis. E para o Senhor ter uma idéia, o pacote de 5 Kg de açúcar está custando essa quantia: Há muito que não utilizamos óleo ou gordura na alimentação, muitos companheiros, principalmente as viúvas há anos que estão comendo apenas milho, e de péssima qualidade, o mesmo que é dado aos porcos e galinhas, quando tem.

Não temos nenhuma assistência médica, o transporte, quando existe é caro, nossos filhos estão fracos e sem escolas, pois embora sejamos obrigados a construir e preservar as poucas escolas que existem, nossas crianças não se adaptam à língua que é uma mistura de guarani com castelhano. Em casa não podemos ajudá-las, pois também somos a maioria analfabetos.

Sabemos que a fome e as dificuldades também existem no Brasil, mas não podemos continuar vivendo sob o medo, a insegurança, a falta de melhorias para nossos filhos e a falta de liberdade.

Esta situação vem se agravando há mais de dois anos. Em 1984 um grupo de 600 companheiros se juntaram às mil famílias que ocuparam a Gleba Santa Idalina, em Ivinhema, numa tentativa de sobrevivência. Esta era a única arma que tínhamos para lutar por terra. Foram despejados e a maioria voltou para o Paraguai. No ano seguinte iniciou com o novo Governo, a discussão do Plano de Reforma Agrária.

Mas bem antes disso e o Senhor deve estar lembrado, uma comissão composta de companheiros nossos relatou ao Senhor em audiência a nossa situação, pois até o fim de maio do ano passado um grande grupo estava com prazo para deixar os arrendamentos, e refazer os documentos (com novas taxas), não tinham para onde ir e não ser voltar para o Brasil. Este grupo acampou e está assentado, hoje. Por determinação do INCRA, foi cortado o cadastramento ainda no acampamento e muitos de nós que ficamos no Paraguai não podemos ingressar naquele acampamento, e não tínhamos condições de retornar.

Outros ainda tinham algumas colheitas e esperavam que com a saída dos primeiros as coisas no Paraguai melhorassem. Puro engano. A nossa volta ao Brasil, não é só por causa da Reforma Agrária, embora ela nos anime ainda mais a deixar o Paraguai, é sim a situação de cativo que estamos vivendo há muito tempo que não dá mais para aguentar.

Senhor Ministro, somos brasileiros que já ajudamos o progresso no Sul do Brasil, e outras regiões, mas em função das políticas dos governos anteriores fomos atirados para fora e hoje somos considerados caso de polícia pelo Governo de Mato Grosso do Sul. Nossas lideranças estão ameaçadas no Paraguai, e aqui no Brasil são constantemente vigiados pela polícia como se fosse uma ameaça a paz social.

Temos o direito de retornar a nossa Terra, mas para isso dependemos do apoio de V. Ex^a. Não queremos terra para o comércio, mas para podermos continuar a ser lavradores e poder dar uma vida mais decente para os nossos filhos.

Diante disso tudo que relatamos (por alto) ao Senhor, estamos aqui e reivindicamos a garantia de segurança ao retornarmos, pois sabemos que a polícia do Mato Grosso do Sul está pronta para agir sobre nós, assim que atravessarmos a fronteira.

Decidimos que com ou sem a polícia, com ou sem o seu apoio estamos preparados para regressar a nossa Pátria e lutarmos não só por terra mas por melhores condições de vida

Adiantamos ainda que, em função das inúmeras dificuldades que estamos enfrentando no Paraguai, chegaremos sem nenhuma condição de saúde, alimentação e moradia. Por isso necessitamos de auxílio enquanto estivermos acampados e posteriormente quando formos assentados em terras definitivas.

Senhor Ministro, a nossa situação é péssima e pior que a de refugiados, pedimos (e temos direito) assistência governamental, pois consideramos que somos as principais vítimas do falso milagre brasileiro, no qual nos fizeram acreditar.

Sábemos que a luta não será fácil e de antemão agradecemos o seu auxílio.

Campo Grande, 1º de abril de 1986

Ass.: COMISSÃO DOS BRASIGUAIOS (das seguintes localidades do Paraguai): Colônia Alvorada, La Paloma, Caarapá, Coronel Toledo, Salto Guairá, Maracajú, Porto Adelia, Encruzo Guarani, Corpos Cristi, Santa Clara, Kambiy, Puente Kijá, Guadalupe, Ipejun, Coronel Sapucaia, Colônia Trinta e dois (próximo a La Paloma), Passo Itá, Linha Control (próximo a Corpos Cristi) e o Representante da Executiva Nacional do Movimento Sem Terra."

CAPÍTULO V

A CAMINHADA FEITA DE SANGUE

5.1. A necessidade do retorno: a tática do acampamento

5.1.1. Os brasiguaios retornados

Após 10 anos no Paraguai, grande parte dos brasiguaios resolve voltar para o Brasil. Revoltados com a situação, decidiram acampar no Mato Grosso do Sul; nas cidades próximas à fronteira com o Paraguai. Constata-se que, assim como no Brasil, também no Paraguai a política de incorporação da agricultura ao mercado exportador monopolista vai avançando e acuando o campesinato. O domínio que os capitalistas estabelecem sobre os camponeses tem-nos impedido de conquistar a terra definitivamente. Entretanto sua proletarianização não é um fato consumado, porque os caminhos das lutas pela liberdade reencontram-se nas alternativas de sobrevivência camponesa nos acampamentos, assentamentos e projetos de colonização.

A fronteira tornou-se um campo declarado da luta de classe, buscando a fixação de milhares de famílias sem terra. Os brasiguaios somam-se no Mato Grosso do Sul aos 85.500 trabalhadores ainda sem terras que em 1987 continuavam acreditando no Plano Nacional da Reforma Agrária, quando foram cadastrados. As previsões do Plano Regional da Reforma Agrária para o Mato Grosso do Sul ficaram muito aquém da realidade, conforme o seguinte quadro:

PLANO REGIONAL DA REFORMA AGRÁRIA (MS) - 1985/89		
	desapropriações	famílias
Metas previstas	1.480.000 ha	41.200
Metas atingidas	119.473 ha	4.130

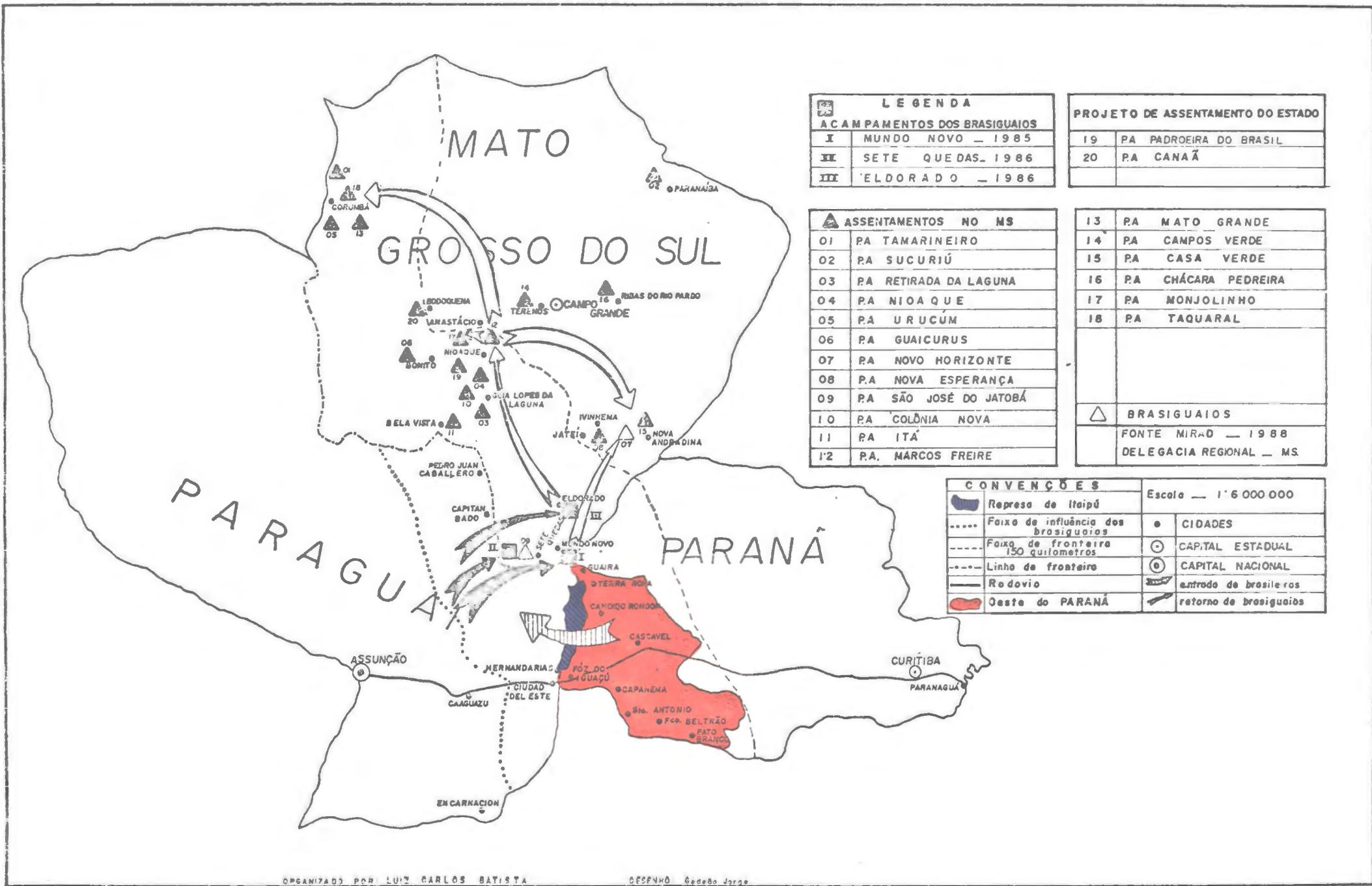
Acrescentando-se ainda que até o ano de 1987, assentaram-se apenas 3.700 famílias, em 73.000 hectares, não se atendendo nem mesmo as metas estabelecidas para 1986.

Ocorreu uma simples transferência dos acampamentos, das cidades para o campo, além do que em treze fazendas (num total de 33.066,75 hectares) estavam sem imissão de posse, e outras cinco (equivalendo a 33.411,62 hectares) estavam apenas com propostas de acordos.

A imprensa divulgou em todo o Brasil que no Mato Grosso do Sul a reforma agrária está dando certo. Na verdade, o que acontece é que se aplicam milhões de cruzados em assentamentos provisórios ou em terras de baixa produtividade, sem contudo dar uma solução definitiva para várias famílias que são enxotadas de um lado para outro, despojadas e desenraizadas de sua cultura e suas tradições.

As notícias do PNRA atingiram os brasiguaios na fronteira e motivaram o seu retorno, incentivados pela esperança de que com a reforma agrária conseguiriam voltar e possuir um pedaço de terra no Brasil.

O mapa a seguir mostrará o número de acampamentos, assentamentos e os movimentos migratórios dos brasiguaios a partir do oeste paranaense, de onde foram para o Paraguai.



Os brasiguaios retornaram através dos acampamentos nos municípios sul-matogrossense que fazem fronteira com o Paraguai, desmacarando o modelo de reforma agrária divulgado intensamente pelos meios de comunicação em todo o Brasil. O depoimento de um brasiguai^o representa a triste realidade reprod^uzida pela situação em que se encontram os trabalhadores: "O que a gente sente é que o Governo teve vergonha de fazer uma guerra contra nós. Então fez os assentamentos e vai matando aos pouquinhos."

O retorno dos brasiguai^{os} representa dois momentos de lutas. No primeiro, definido pela forma direta de ocupar as terras e resistir, embora despejados violentamente, e les sentem orgulho de terem participado dessa luta (ocupação da fazenda Santa Idalina, em 23 de abril de 1984). O segundo momento redifiniu a tática de ocupar de forma direta as fazendas, passando-se a utilizar os acampamentos nas cidades que estrategicamente serviriam como forma de pressão, de preferência municípios da fronteira com o Paraguai para facilitar o retorno dos brasiguaios; os municípios escolhidos foram: Mundo Novo, Sete Quedas, Naviraí, e Eldorado (MS).

5.1.2. Acampamento de Eldorado: brasiguaios e brasunidos

As mobilizações para o acampamento de Eldorado começaram em janeiro de 1986, reunindo-se em Mundo Novo, lideranças dos brasiguaios das colônias de Paloma (representada pelo Sr. José Vieira), de Carapá (Sr. Levino Barcé), de Alvorada (Sr. Deoclécio) e do Troncal 4 (Sr. Mário Rodrigues Varella), as quais acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra, fizeram várias reuniões e decidiram encaminhar um documento que retratava a situação dos brasiguaios no Paraguai.

O documento, aprovado na reunião de 03/04/86, apresentava as reivindicações dos brasiguaios, principalmente o assentamento dentro de 10 dias numa área mínima que atendes-se com 15 hectares cada família. Nas negociações da comissão dos brasiguaios com o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário ficou decidido a criação de um grupo interministerial a partir de 07/04/1986, para viabilizar o assentamento das famílias, quando voltassem ao Brasil.

No dia 19/04/1986 doze famílias voltaram ao Brasil e acamparam num lote da prefeitura em Mundo Novo, vieram ou tras três famílias que ficaram acampadas no lote do Sr. Sebastião Alves Filho. No dia 25/04 os caminhões contendo as mudanças de mais famílias dos brasiguaios que não descarregaram em Mundo Novo, foram impedidos de acampar por um forte a parato da polícia militar, que recebia ordens do Prefeito Mu nicipal, Sr. José Carlos da Silva. Os caminhões foram apreen didos das 07:00 às 17:00 horas, ficando sem comer e sem beber água inúmeras pessoas, entre elas crianças, e mulheres grávidas. Os brasiguaios consideram que uma das falhas da mo bilização decorreu do fato de que várias famílias ficaram a guardando as colheitas para conseguirem algum dinheiro, po r isso vieram de início apenas 12 famílias.

A política de liquidação dos acampamentos, desenvolvida pelo Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1986, impossibilitou o retorno da maioria dos brasiguaios que continuam vivendo no Paraguai, cadastrados e aguardando novas condições para voltar.

O acampamento de Eldorado só foi possível porque o prefeito municipal decidiu acomodar, a partir de 25 de abril de 1986, setecentas famílias que moravam próximo do município. Eram famílias cadastradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as quais, para distingui-las dos brasiguaios, os líderes sindicais deram o nome de "brasunidos"; mas a pressão dos brasiguaios garantiu também o acampamento de 250 famílias que continuavam voltando do Paraguai e não podiam acampar em Mundo Novo.

A Prefeitura Municipal de Eldorado destinou uma área para o assentamento a partir de 25 de abril de 1986, acomodando trezentas famílias de brasiguaios que com as outras famílias de bóias-frias e arrendatários da região, atingiram 950 famílias. Durante mais de um ano a polícia de Eldorado manteve o controle do acampamento, até matar o trabalhador rural Vitorino. Numa operação chefiada pelo delegado Sérgio Augusto Guedes, os policiais espancaram o velho de 60 anos Vitorino Batista Mendes, um bóia-fria que teve seu barraco invadido pela polícia sob a alegação de que teria roubado algumas ferramentas de um soldado. Preso e levado para a delegacia, Vitorino foi transferido em estado grave para o hospital de Mundo Novo, onde faleceu.

Esses camponeses ficaram acampados em Eldorado divididos em brasiguaios e "brasunidos", sendo que dos brasiguaios 45 famílias desistiram, e dos brasunidos a desistência atingiu aproximadamente 300 famílias. Os que continuaram na luta conservam a organização em grupos identificando as colônias de onde vieram do Paraguai, como os grupos de Paloma, Katuete, Alvorada e Troncal 4, entre outros.

Em junho de 1987 o MIRAD iniciou o atendimento às reivindicações dos brasiguaios, enviadas no documento de 03/04/1986; mesmo assim o atendimento não correspondeu à solicitação dos camponeses, de 12.000 hectares para oitocentas famílias, distribuídos em (2.000 ha) para montar os barracos, (5.000 ha) para o cultivo de hortaliças e alguns produtos rápidos para subsistência, como milho, feijão, arroz, até definirem o loteamento total da área. Na realidade, dentro de apenas 5.452 hectares concentraram 835 famílias de 13 acampamentos de todo Estado de Mato Grosso do Sul, com direito a uma área mínima de 5 hectares para o primeiro plantio, dos quais efetivamente utilizaram apenas 3 que o MIRAD preparou, sendo as terras as mais fracas.

Reivindicaram também que, durante o período do assentamento provisório, o Governo deveria providenciar a manutenção das famílias em itens como: alimentação, assistência médica, segurança, transportes de emergência e infraestrutura mínima. O Estado transformou os acampamentos que existiam nas cidades em acampamentos nas fazendas desapropriadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária: Diminuindo a pressão dos trabalhadores sem terra acampados nas cidades, o desgaste do movimento começou a desmotivar várias famílias, que abandonaram o assentamento devido às péssimas condições de sobrevivência nos barracos. Além disso continuaram nos assentamentos as divisões entre os camponeses, inclusive o grupo de brasiguaios e brasunidos que vieram de Eldorado mativeram-se separados.

As divisões podiam ser notadas no movimento dos camponeses, devido à falta de unidade entre o movimento liderado pelos sindicalistas relacionados à Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul e os trabalhadores orientados pelos agentes pastorais.

Em 1985, os brasiguaios transformaram-se em manchetes nacionais criando um problema para o Estado brasileiro que precisava abafar esse movimento. O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário considerou portanto prioritário o cadastramento para atender primeiro aos acampados de Mundo Novo, tendo como referência, para identificar os brasiguaios, o documento de permanência no Paraguai. Assim, todos os acampados que tinham o "permiso" foram assentados no município de Ivinhema, em 1985, e os demais aguardaram outras desapropriações.

O movimento sindical, que realiza o cadastramento dos arrendatários, meeiros, bóias-frias entre outros camponeses que trabalhavam na fronteira, mas no Mato Grosso do Sul e que não eram brasiguaios, ficaram para segundo plano, gerando a divisão entre os brasiguaios e outros trabalhadores sem terra. Muitos trabalhadores, arrendatários, meeiros, atravessaram a fronteira e ocuparam as terras no Paraguai, para conseguirem o "permiso" e retornarem como brasiguaios, para terem também a prioridade. Com as dificuldades para organizar outros acampamentos, reconstituiu-se a população brasiguai no território vizinho.

5.2. Os caminhos da liberdade

Estudamos dois assentamentos onde situamos a presença dos brasiguaios que, ao longo da caminhada, experimentaram árduos anos acampados e outro período em assentamentos provisórios denominados Padroeira do Brasil e Gleba Santo Inácio (atual assentamento definitivo Marcos Freire). Destes dois assentamentos resultou o Projeto de Assentamento Monjolinho, também de caráter definitivo.

5.2.1. Os milagres da Padroeira

O assentamento da Gleba Padroeira do Brasil, no município de Nioaque (MS), possui 2.250 hectares, que é parte desapropriada da fazenda que deu nome à Gleba. Boa parte das terras da fazenda foram conservadas pelo seu proprietário nas negociações, pois ele mantinha bons laços políticos com o governo do Estado. Portanto, a desapropriação de parte da sua fazenda foi para ele um excelente negócio. Entretanto, para os assentados sobreviverem em quatro hectares, tornou-se muito difícil, as terras são fracas e faltou incentivos. "Só por milagre"!

A escritura pública de compra e venda, lavrada pelo Cartório do 4º ofício de Aquidauana (MS), registra o negócio efetuado com a firma Iguamape Agropecuária S/A, de Maringá (PR) sob pagamento à vista de G\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros). A área da fazenda correspondia a 7.355,5 hectares, com 4.894 hectares de "terras pastais e lavradas, de onde foram desmembrados 2.500 hectares, negociadas em 1984 e destinadas ao assentamento. A área do desmembramento estava arrendada e explorada com pastagens, portanto o fazendeiro ainda mantém grande parte das terras do latifúndio.

O assentamento iniciou-se em 03/09/1984, atendendo 471 famílias, através de um projeto realizado pela Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul, empresa pública de direito privado (AGROSUL), sem consultar os trabalhadores sem terra e nem outros órgãos públicos do Estado. A tentativa de instalar uma cooperativa de produção trouxe para o assentamento a característica de um "modelo" a nível do Estado. A infraestrutura previa uma sede (que recebeu o nome de "capatazia") com um escritório administrativo, posto de saúde e a escola. Os lotes provisórios foram distribuídos em áreas que variavam de três a quatro hectares por família.

A falta de articulação entre a AGROSUL e as diversas Secretarias de Estado, como Educação, Saúde, Agricultura e também o desrespeito às reivindicações dos camponeses, foram responsáveis pelo fracasso do projeto de assentamento promovido pelo Estado de Mato Grosso do Sul. A escola rural deveria ser construída com salas descentralizadas, mediante projeto da Secretaria de Estado da Educação; mas a AGROSUL impôs a construção de apenas duas salas de aula, ambas na sede, o que não foi suficiente para atender às primeiras 450 crianças matriculadas. O fornecimento de gêneros alimentícios e as verbas para o plantio foram insuficientes para atender aos assentados que, em maioria, trabalham como bóias-frias para sobreviver.

A política de assentamentos no Mato Grosso do Sul discriminou principalmente os brasiguaios. Embora deu-lhes prioridade no assentamento, terminou considerando-os como "desobedientes" e tentou desestruturar a organização para colocá-los contra outros camponeses.

Para contar a história desses brasiguaios assentados provisoriamente na Gleba Padroeira do Brasil, ninguém me lhor do que um brasiguaiio entrevistado em 1987:

"Nós saímos do Paraguai com a idéia de acampar, e já decidimos ocupar a fazenda Santa Idalina. Então ali eu fui buscar a família. Do Paraguai nós viemos em 31 famílias e fomos ocupar a fazenda Santa Idalina em Ivinhema, junto com todo aquele outro pessoal e quando fomos despejados aí foi organizado o acampamento de São Pedro que colocou aquelas famílias despejadas, e que depois de 6 meses acampados o Governo do Mato Grosso do Sul colocou-nos nessa área provisória. Na época o Governo prometeu que nós não íamos ficar nem um mês aqui para ser assentado numa terra definitiva, mas já faz 3 anos que estamos aqui.

Quando ocupamos a Santa Idalina a gente sofreu muito, sabe, mas estamos naquela esperança de que talvez um dia a gente ia possuir um pedaço de terra para melhorar a vida. Infelizmente fomos sem sorte. Entramos lá com a intenção de trabalhar como de fato demos o início trabalhando. Na parte que nós estávamos a terra era boa. Fomos despejados e voltar para o Paraguai não dava mais, não é que a gente queria voltar para lá, mas quase nos vimos obrigado. Os paraguaios estavam revoltados com a nossa saída e se voltássemos seríamos perseguidos, os brasiguaios não conseguiram mais sair e continuavam sustentando a agricultura paraguaia.

Aqui onde nós estamos morando é uma terra muito ruim, fraca, não produz nada, nós estamos aqui para ganhar mais terra como foi a promessa do governador antes de acabar o mandato dele ia dar mais terra, ele saiu e nós ficamos aqui. Para poder sobreviver aqui, uns faz carvão, outros trabalham como bóia-fria para poder conseguir alguma coisa e a gente viver. A distância nem sei contar, deve ser uns 300 quilômetros até as fazendas, a cada 30 dias, voltamos para a Gleba, trazemos o dinheiro para a família, ficamos 3 ou 4 dias e depois vamos de novo. A gente trabalha direto, sábado, domingo, não tem dia não para ganhar 200 cruzados, quando chove se a pessoa não quiser trabalhar tem que pagar 200 cruzados de bóia por dia, somos em duzentas pessoas aqui da Padroeira. A colheita da brachiaria é um processo muito difícil, tem que carpir o capim de um metro e meio de altura, tirar a palha, varrer, juntar e jogar no monte, ajunta-se com terra e tudo e depois peneira-se para tirar a semente.

Outros estão trabalhando nas fazendas por aqui, tirando madeira, fazendo cercas, cortando pastos e fazendo aceiros para os fazendeiros. Também têm muitos cortando cana na usina perto de Maracajú, umas 150 a 200 pessoas estão aqui no assentamento. Tem umas 400 a 500 pessoas que trabalham direto como bóia-fria para se sustentar.

Olha, para ganhar uma terra melhor eu já não tenho mais esperança não. Bom, se promessa valesse nós já estaríamos numa terra saudável. Agora faz um bom tempo que a gente nem conversa mais em terra, porque sabemos que está difícil mesmo. Se a gente fala com o INCRA, dizem que não tem nada com isso e a gente não sabe nem mais para quem pedir."

A caminhada pela conquista da terra no Mato Grosso do Sul é de muito sofrimento. Além de várias romarias e diversos espinhos que cravaram a vida desses trabalhadores sem terra, restaram os milagres da Padroeira para salvar de outros sacrifícios as mais de 400 famílias que, a partir de 1984, vivem em apenas 4 hectares de terras no assentamento "Padroeira do Brasil".

Quem firmou o termo administrativo de Permissão de Uso foi a "Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul" AGROSUL, vinculada à Secretaria de Agricultura e Pecuária, comprometendo-se, através da Cláusula VII, "garantir o uso da terra ora concedida, durante o período prescrito neste instrumento e incentivar o plantio de culturas de subsistência, mediante a prestação de assistência técnica e a venda de insumos básicos, equipamentos e outros bens necessários à implantação e manutenção do projeto.

Entretanto, dos 10 anos prescritos no contrato, após 4 anos da instalação, receberam apenas 140 sacas de feijão, uma grade arrastão e 5 mil cruzeiros do FINSOCIAL. A maior parte não foi beneficiada e não conseguiu plantar em seus lotes e, ainda sujeitam-se a trabalhar na usina MR (perto de Maracaju, MS), carpindo a cana. Outros trabalham como diaristas na fazenda do deputado Levi Dias, recebendo 200 cruzados por dia e pagando a "bóia".

Quem consegue produzir nos lotes da Gleba está com dificuldades para comercializar; não encontram preços justos na região e deslocam a produção até Dourados (MS), numa distância de uns 250 quilômetros da Gleba.

Em 1987 um atravessador comprou a posse de um lote da Gleba para explorar o comércio de arroz, cobrando um cruzado para beneficiar 1 quilo; de cada saca de 60 quilos ele devolvia 36 quilos, retirando 40% do arroz beneficiado

A Associação dos trabalhadores rurais da Gleba que conta com 220 associados dos 240 inscritos no início, e o Sindicato dos trabalhadores rurais de Nioaque (MS) que tem seu presidente e secretário como lavradores na Gleba, reúnem esforços na organização conjunta dos trabalhadores, os quais estão divididos e se posicionando ora como pequenos proprietários, ora como trabalhadores assalariados temporários. Este fato tem dificultado a organização na defesa dos produtores quanto à comercialização dos produtos e, por outro lado, enfrentando a luta salarial para conter as injustiças cometidas pelos patrões (fazendeiros e usineiros da região).

O projeto é considerado provisório e, na cláusula IX (DAS BENFEITORIAS), estabelece que: "qualquer benfeitoria executada na área ficará incorporada ao imóvel, não podendo o USUÁRIO requerer da EMPRESA o seu pagamento". Portanto, os usuários estão em dúvida quanto a qualquer investimento no imóvel, pois esperam mudar para o assentamento definitivo e com isso perderiam as benfeitorias.

A situação estabelecida no local demonstra que atende perfeitamente aos interesses dos grandes proprietários e empresários que estão explorando estes trabalhadores. Isto porque os trabalhadores encontram-se sem saída, mas definitivamente ajustados aos interesses do Plano Nacional de Reforma Agrária, que alimenta apenas com promessas e ilusões a esperança de melhores dias para os camponeses.

Este assentamento é a expressão máxima do abandono pelo governo do Estado. O solo em sua maioria é fraco. Há manchas boas onde é possível a produção, mas as famílias são obrigadas a procurarem outros meios de subsistência, cortando cana, colhendo semente de capim e trabalhando nas carvoarias.

Os trabalhadores estão doentes devido à fraca ali mentação. Vivem em barracos cobertos de lona preta, sem as mínimas condições de higiene e saúde e com assistência médi ca precária, além de faltar remédios aos mais simples curati vos. A poluição provocada pelo uso intenso dos fornos de carvão afeta o funcionamento do aparelho respiratório, bem como, gera problemas visuais. Levantamentos feitos pelos a- gentes de saúde do Posto de Saúde de Nioaque revelam o alto índice de tuberculose na gleba, tendo como principal causa a subnutrição generalizada. A tuberculose chega a causar men- ningite tuberculose principalmente nas crianças. Outras doen- ças mais frequentes são a diarreia, anemia e verminose.

A escola ficava na sede da gleba e os alunos cor- riam grande risco de vida pois eram transportados em camí- nhões abertos; na falta do transporte deslocavam-se por lon- gas distâncias a pé. Depois de muita luta conseguiram descen- tralizar escola em várias salas isoladas.

Em 1989 algumas conquistas da luta incessante de- senvolvida ao longo de cinco anos na Gleba Padroeira a do Brasil refletiram o amadurecimento na organização dos cam- poneses, principalmente daqueles que ocuparam a Fazenda Santa Idalina.

Conseguiram diminuir o número de assentados, devido à conquista de novas desapropriações para reassentar de forma definitiva o excedente que estava na gleba, parte foi deslocado para o assentamento Monjolinho, no município de Anastácio, e outros mobilizaram-se para conseguir alguns lotes nos assentamentos Taquaral e Piraputangas em Corumbá (MS)

A Gleba Padroeira do Brasil irá manter assentadas cerca de 90 famílias, que receberão os lotes definitivos de 25 hectares. Para definir as famílias que abririam novas terras, realizaram uma assembléia e decidiram que mudariam os especuladores que compraram lotes das famílias que não tiveram condições de resistir aos cinco anos de sacrifícios no assentamento provisório. Essa decisão, apesar de algumas reclamações dos compradores, que pretendiam participar de um sorteio para estabelecer os que deveriam mudar, é a demonstração de organização e da união dos camponeses, que vem desde a luta de algumas famílias de brasiguaios e sem-terras da fronteira com o Paraguai, quando ocuparam a Santa Idalina. E ainda continua prevalecendo como sinônimo da consciência camponesa.

Com a persistência da situação provisória do assentamento, um grupo de trabalhadores da Padroeira do Brasil e outros camponeses da região decidiram ocupar a fazenda São Manoel da Rede Ferroviária Federal no município de Anastácio. Esses trabalhadores já sofreram dois despejos desde outubro de 1989, e em janeiro de 1990 decidiram acampar na periferia da cidade de Anastácio (MS). Acamparam no dia 25 de janeiro de 1990 e no dia 19 de maio do mesmo ano, após o II Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tiveram a confirmação da área. A decisão final ocorreu no dia 08/08/90 por pressão dos acampados em Campo Grande (MS).

5.2.2. Gleba Santo Inácio: uma favela rural

Na Gleba Santo Inácio, desapropriada da Rede Ferroviária Federal no município de Anastácio, foram reunidos provisoriamente os sem-terras de 13 acampamentos do Mato Grosso do Sul, juntamente com parte dos brasiguaios num total de 835 famílias em apenas 5.452 hectares, no primeiro levantamento realizado nos grupos; foram registradas 745 famílias assim distribuídas:

Grupo de Jateí I - procedente de Jatéí (MS)

nº de famílias: 44, com uma população total de 250 pessoas

Grupo de Jateí II - procedente de Jateí (MS)

nº de famílias: 33, com uma população total de 179 pessoas

Grupo de Bataiporã - procedente de Bataiporã (MS)

nº de famílias: 16, com uma população total de 89 pessoas

Grupo de Caarapó - procedente de Caarapó (MS)

nº de famílias: 35, com uma população de 193 pessoas

Grupo de Brasilândia - procedente de Brasilândia (MS)

nº de famílias: 35, com uma população total de 185 pessoas

Grupo de Dourados - procedente de Dourados (MS)

nº de famílias: 86, com uma população total de 464 pessoas

Grupo de Bataguassu - procedente de Bataguassu (MS)

nº de famílias: 27, com uma população total de 156 pessoas

Grupo de Amambai - procedente de Amambai (MS)

nº de famílias: 15, com uma população total de 75 pessoas

Grupo de Taquarussu - procedente de Taquarussu (MS)

nº de famílias: 68, com uma população total de 382 pessoas

Grupo de Três Lagoas - procedente de Três Lagoas (MS)

nº de famílias: 42, com um população total de 224 pessoas

Grupo de Sete Quedas - procedentes do Paraguai

nº de famílias: 75, de brasiguaios,, com 414 pessoas

Grupo de Eldorado - procedentes do Paraguai

nº de famílias: 247, de brasiguaios, com 1.342 pessoas

Grupo de Paranhos - procedentes de Paranhos (MS)

nº de famílias: 22, com uma população total de 164 pessoas

Esse assentamento foi enquadrado no regime provisório e os órgãos envolvidos são o TERRASUL, MIRAD, EMPAER, Secretaria de Segurança Pública, AGROSUL, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, que ficaram responsáveis pelo atendimento durante seis meses, até providenciar-se o assentamento definitivo. Dois anos passados, de 1987/89, começaram-se as primeiras providências com a intenção de remover as famílias excedentes.

As famílias viviam no desespero, recebendo apenas promessa do Secretário de Assuntos Fundiários, Aparício Rodrigues de Almeida Júnior. A última delas ocorreu por ocasião de um sorteio, realizado em julho de 1988, para transferir 150 famílias para a fazenda Monjolinho, também desapropriada da Rede Ferroviária Federal. No dia 06 de agosto de 1988, o Secretário esteve na gleba e prometeu transportar os trabalhadores no dia 20 do mesmo mês: Já o representante do MIRAD chegou a anunciar na imprensa de Campo Grande que os sorteados já estavam na fazenda Monjolinho preparando as terras. Não era verdade, uma vez que os assentamentos ainda estavam aguardando o transporte prometido pelo secretário.

Os assentados em Santo Inácio resolveram ocupar a área da fazenda Monjolinho destinada à reforma agrária, porque eles estavam vivendo em situação de miséria e sem perspectiva de nenhuma solução imediata.

Santo Inácio (transformada em Gleba Marcos Freire, depois do acidente que vitimou o ex-Ministro da Reforma Agrária) recebeu também o título de primeira grande favela rural do Brasil. Para quem já vem de despejo em despejo, de Estado em Estado, vivendo a triste experiência de frio, chuva, e calor em barracos de plástico preto, saber que a situação mais uma vez é provisória é desesperador; estar numa pequena área de terra, com mãos e pés amarrados, sem poder prepará-la com liberdade, plantar o que achar conveniente e necessário, é ser escravo mais uma vez. Diante dessas conclusões e neste dilema os trabalhadores decidiram, em reunião realizada no dia 22/08/88, aguardar até setembro por uma solução. Entretanto os trabalhadores derrotados (13 entre os 93 presentes), preferiram ocupar imediatamente a fazenda Monjolinho, mesmo contrariando as decisões da reunião. Na prática a atitude da minoria sensibilizou os demais que partiram unidos para a ocupação.

A Gleba Santo Inácio, instalada em 1987, serviu durante 3 anos como um grande acampamento rural, reunindo cinco mil trabalhadores de 13 municípios do Mato Grosso do Sul, diminuindo as pressões por novos acampamentos em várias cidades do Estado.

A Comissão Pastoral da Terra, regional de Mato Grosso do Sul, redigiu um documento de avaliação sobre Santo Inácio:

"Lendo revistas, jornais e ouvindo os programas de TV, dá a impressão que a nova sociedade com a qual todos sonhamos já começou na Gleba Santo Inácio. Para quem conhece a realidade isso é revoltante. Mais uma vez o povo está sendo usado para salvaguardar a imagem de um Governo politicamente desgastado. A figura autoritária do Secretário de Assuntos Fundiários Sr. Aparício Rodrigues que usa os meios de comunicação social para propagar uma falsa imagem do suposto projeto de Reforma Agrária que "está dando certo" no Brasil, faz do povo uma verdadeira massa de manobra, ameaçando de despejo todos os que não se submetem aos seus desmandos. Não permite nenhuma autonomia política aos trabalhadores. Impõe um projeto de trabalho e produção coletiva a um povo sem nenhuma preparação e experiência neste aspecto. É uma forma muito sutil de desmobilizar os trabalhadores na sua organização, matar o pouco de esperança que ainda lhes resta e desanimá-los para que abandonem tudo, taxando-os de preguiçosos e vagabundos.

A situação do povo é de desolação. A assistência médica só é feita 2 horas por dia, chegando o médico a atender 40 a 50 pessoas. Conforme depoimentos, o médico é muito bruto e desrespeita profundamente as pessoas. Faltam remédios e ambulância para o atendimento geral. O hospital mais próximo fica a 70 quilômetros. A água do rio é toda contaminada, servindo para beber, uso da cozinha, banhos, lavar roupas, regar as plantas e matar a sede dos animais. A alimentação além de pouca é fraca, há registros de morte por subnutrição e pela demora do atendimento médico. Os remédios receitados para todos os tipos de doenças são: AAS, Polivita

minas, Dipirona e Penicilina. O médico chamou as mulheres de "macumbeiras", por usarem remédios caseiros.

O desmate em parte foi feito, mas não foram dadas condições necessárias para o plantio e a madeira estava sendo extraída por firmas da região. Os trabalhadores preocupados com a questão resolveram reagir e como resposta receberam por parte das autoridades uma tropa de choque e uma contraproposta de que poderiam eles mesmos retirar a madeira desde que assumissem o custo de transporte, combustível, motoristas, o que inviabilizou a participação dos assentados na exploração da madeira, pois não possuem condições básicas nem para a alimentação.

O que constatamos é que mesmo assentados, os camponeses, moraram por muito tempo em barracos de lona preta como se estivessem acampados, a própria lona é utilizada para enterrar as pessoas que já morreram por problemas de desnutrição e várias doenças que atingiram o assentamento. Observamos que em um ano existiam dezesseis mortos enterrados no local, além daqueles que levam até a cidade mais próxima que fica a 50 quilômetros.

O abastecimento d'água é feito por rios e córregos que na época das cheias têm as águas semi-paradas e sujas de lama. Poços não podem fazer por falta de material adequado para a perfuração.

Os animais ficaram sem pastagens, muitos morreram ou estão morrendo por falta de assistência, e alimentação. Perderam vacas, cabritos, cavalos entre outros.

O Governo implantou o "Projeto Cabra", no qual cada família recebeu uma cabra que ao criar, entregará as fêmeas para o Estado, ficando com os machos. Mas após o assentamento definitivo, levará apenas a cabra.

As condições de transporte pioraram, pois não existe transporte de emergência, os ônibus são insuficientes e os preços exorbitantes. Quanto às condições de saúde, além de não terem uma ambulância disponível, o médico atende muito mal e nunca tem remédios suficiente.

A alimentação é precária porque as famílias recebiam no início do assentamento Cz\$ 1.900,00 por mês, passando a Cz\$ 3.000,00 e depois Cz\$ 4.900,00, sempre inferiores ao salário mínimo para atender famílias de até 12 filhos. Com essa quantia não dá nem para quinze dias. A produção do primeiro plantio foi fraca, além do MIRAD não desmatar 5 hectares como foi prometido, preparou apenas 3 hectares distribuídos em 1 hectare de milho outro para feijão e o último para arroz, em áreas diferentes e distantes umas das outras até 10 quilômetros, gastando de 1 a 2 horas para chegar ao trabalho.

Falavam-se em verbas da LBA e de outras instituições, mas só construíram campos de futebol do Programa "Esporte para Todos" e projetos de fábricas de sabão, pão e lavanderia, mantendo os trabalhadores iludidos."

5.2.3. A definição: Fazenda Monjolinho, até quando?

Do livro de registro da Paróquia de Anastácio, retiramos alguns depoimentos sobre a ocupação da fazenda Monjolinho; fornecidos pelo padre Olívio:

"O que estamos fazendo em Santo Inácio, se os homens do governo afirmam que estamos no Monjolinho? Foi dito ao povo sorteado que em Santo Inácio não podem mais plantar. Por outro lado não podem mudar para o Monjolinho e não tem previsão de quando irão? E ainda escutamos o Aparício tratando a gente como mão fina e vagabundo pela televisão."

A decisão dos 13 homens influenciaram 116 famílias, porque o MIRAD ameaçou cortar o cadastro do camponeses que decidiram ocupar. Conseguiram chegar até a fazenda Monjolinho e iniciar a ocupação até a polícia destacar 220 homens para o despejo violento, espancando mulheres, velhos e crianças. A própria polícia manteve os funcionários do MIRAD em seus escritórios sob segurança e depois acusou os trabalhadores de terem seqüestrado os funcionários para pressionar o Governo. Isso resultou em abertura de inquérito policial para 6 trabalhadores, mas nada ficou provado.

O depoimento do padre da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, do município de Anastácio, ilustra o que aconteceu, desde o momento da ocupação até o despejo:

"Chegamos no Monjolinho por volta de quinze horas do dia 25. Faltou experiência para nós neste momento. Um padre deveria ter ficado lá junto ao povo. É de se estranhar que o advogado da CPT regional não tenha ficado lá, já que ele foi junto ao povo na ocupação. O fato é que nós viemos para Aquidauana com o propósito de voltar no dia seguinte com a imprensa. Às nove horas do dia seguinte, nos dirigíamos para o Monjolinho quando nos deparamos na estrada da fazenda com a P.M. Padre Olívio, Padre Miguel e o repórter fizemos de tudo para entrar e a P.M não deixou.

Finalmente, o cabo da P.M e nós fomos então procurar o capitão da P.M e nesse meio tempo passamos ao lado do acampamento. Quando avistei o povo fiz menção de parar o carro mas o cabo da P.M não permitiu. Faltou experiência e calma. O carro tem um segredo no pé. Era só pisar nele e ninguém saía do lugar. Coisas que só se lembra depois do fato. Cruzamos o Monjolinho de um lado a outro e não encontramos o capitão. Esperamos uma hora e meia na estrada e depois fomos para Santo Inácio. Lá encontramos Dom Onofre e Pe. Celso, almoçamos. Dom Onofre deu entrevista para a Rádio Difusora e falou da situação. Às 18 horas do dia 26 os homens da Polícia Militar despejaram os sem-terra que retornaram para Santo Inácio.

O assentamento provisório em Santo Inácio iniciou-se em junho de 1987, depois de um ano e três meses portanto. A partir de setembro de 1988, 150 famílias foram transferidas do Projeto de Assentamento Marcos Freire (antiga Santo Inácio) para o Projeto de Assentamento Monjolinho, mas continuaram sem definição por parte dos órgãos responsáveis.

O projeto de assentamento Monjolinho reuniu 150 famílias da Gleba Padroeira do Brasil, cinquenta associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio e 150 de Santo Inácio, totalizando 350 famílias. Após o levantamento da qualidade do solo e dos recursos naturais, os técnicos informaram que na área de 9.542 hectares ficariam apenas 274 famílias, evidentemente 76 ficaram como excedentes. Mantendo a organização do movimento, só aceitaram a distribuição dos lotes com a definição de uma outra área para os excedentes, e a regularização da situação foi atendida quase dois anos depois, em junho de 1990.

A decisão de retirar as famílias que sobraram motivou uma reunião de 57 trabalhadores para reproduzir a memória da luta pela terra e estabelecer o posicionamento das entidades organizadas no assentamento e que representam os camponeses. Desta reunião surgiram algumas propostas:

"Por causa desse descompromisso por parte das autoridades para com os trabalhadores rurais, estamos em uma situação de impasse difícil de resolver, pois se a área comporta 274 famílias, necessariamente, 76 famílias colocadas pelas autoridades, terão que ser retiradas, e que será muito difícil selecioná-las. Portanto, levamos até o INCRA e o Governo estas propostas:

1º Iniciar imediatamente a demarcação dos 274 lotes do P.A. Monjolinho;

2º Aceitamos o sorteio dos lotes, somente depois de ter a área definitiva, para as 76 famílias que serão retiradas;

3º O INCRA deve dar condições de sobrevivência para 350 famílias do Projeto (comida, lona, semente para plantar, adubo, veneno, educação e saúde).

Estas são nossas propostas e estamos conscientes que juntos conseguiremos resolver este difícil impasse, que não foi criado por nós."

A luta persistente e organizada dos assentamentos provisórios nas Glebas destinadas ao PNRA no Mato Grosso do Sul fazem a efetivação das conquistas na luta pela terra. Por outro lado, as artimanhas dos anos eleitorais, que o país atravessa desde 1986, têm protelado as soluções para os períodos de campanhas políticas na intenção dos votos.

A vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República foi de 1985 a 1989. No Mato Grosso do Sul, assentamentos como os de Santo Inácio e Padroeira do Brasil que receberam os brasiguaios, demoraram de 3 a 5 anos para definir os lotes; enquanto isso, continuavam acampados e mobilizados na luta pela desapropriação de terras, no Estado, que atendessem o número de famílias existentes nos assentamentos provisórios.

No dia 25 de julho de 1989, as manifestações pelo dia do lavrador mobilizaram aproximadamente mil assentados nas cidades de Aquidauana e Anastácio, no Mato Grosso do Sul, com os objetivos voltados para a demarcação dos lotes em diversas Glebas que continuavam indefinidas.

No dia 31 de julho, a Justiça Federal cassou um ato do INCRA que assegurava o assentamento das famílias nas Glebas Taquaral, e Piraputangas, no município de Corumbá.

O curador estadual de meio ambiente e procurador da República alegaram que a Constituição Federal estabelece que o Pantanal é "Patrimônio Nacional", motivando a impetração da ação pública que impediu o assentamento de 566 famílias nas áreas já desapropriadas. Com esse impasse voltaram 450 famílias dos assentamentos da Padroeira do Brasil e Santo Inácio.

As lideranças do movimento realizaram uma passeata de 22 quilômetros na BR-262; saindo do distrito de Indubrasil, próximo a Campo Grande, caminharam com uma tarja preta de luto por perder o que tinham conquistado e denunciando o Grupo das empresas Chama de Corumbá que já desmatavam a área com instalações de carvoarias.

Na região já existem três assentamentos e aparecem também diversas trilhas que servem como vias para escoar o contrabando de carros e drogas, envolvendo fortes organizações contraventoras que seria prejudicadas com mais assentamentos.

As tentativas de desmobilização dos trabalhadores sem terra são as mais variadas. A princípio tentar evitar a repercussão dos conflitos, buscando o isolamento das possíveis articulações dos trabalhadores; em seguida utilizam a Polícia Militar para intimidar, em nome da segurança. Nas dificuldades de conter a pressão dos camponeses, mesmo com a presença da polícia ou de jagunços, oferecem lotes na Amazônia, Acre, prometendo áreas acima de 100 hectares com todas as vantagens. Escolhem lideranças forjadas e iludidas que aceitam por meio de mentiras e falsas promessas.

Estes desgastes, provocados pelos sacrifícios que o Estado impõe para esgotar a resistência dos camponeses, têm provocado algumas desistências na luta pela terra.

Os assentamentos estabelecidos no Mato Grosso do Sul atendem na maioria à política de ocupar áreas vazias e isoladas, ilhadas por grandes fazendas e em regiões de interesses geopolíticos, situadas geralmente a 150 quilômetros das fronteiras com o Paraguai e a Bolívia.

Os assentamentos geralmente são "provisórios" por vários anos até a definição da demarcação de um módulo rural com aproximadamente 25 hectares. Enquanto estão acampados recebem uma bolsa de alimentação que não atinge a 50% do salário mínimo e completam a renda familiar como bóias-frias, destinando parte das atividades para manter a mobilização. Isto motiva os

comentários que desmoralizam o movimento, como a impressão, comum nas cidades, de que os assentados são vagabundos e não querem trabalhar, sem que se perceba que o Estado não oferece nenhuma condição.

Os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária utilizam principalmente a Secretaria de Segurança Pública dos Estados para instalar um Posto Policial. E as forças militares estão prontas para intervir sobre os trabalhadores que produzem a alimentação básica da população e são considerados como inimigos da nação.

Os movimentos de organização para reivindicar o direito à terra são geralmente coibidos pela força dos pistoleiros, jagunços e a polícia que mataram várias lideranças, lavradores, advogados e padres, entre outros.

Em último caso ocorre a desapropriação por interesse social, comprando as terras a preço de mercado, constituindo-se em excelentes negócios para alguns fazendeiros. "É preferível assentar esse povo teimoso, evitando a permanência de acampamentos nas beiras das estradas, ou nas praças das cidades.", é esta a concepção de várias autoridades responsáveis pela reforma agrária no Brasil.

As consequências das formas encontradas pelo Estado para evitar a realização do projeto de Reforma Agrária, apresentado pelo próprio Estado, ficaram caracterizadas no primeiro ano de vigência do PNRA. Em 1986 o atendimento às metas previstas atingiram apenas 1,3%

"A "invasão brasileira" citada pelo jornal "El Diário", da capital Assunção, incentivada pelo ex-presidente Alfredo Stroessner, ficou polêmica a partir da chegada de Andrés Rodrigues ao poder em fevereiro de 1989. Existem pressoes por parte de grupos de sem-terra, apoiados por organizações eclesiásticas, para que o Paraguai faça uma Reforma Agrária. Por outro lado, cerca de 400 mil paraguaios (10% da população do país) residem hoje na Argentina. Alguns já estão voltando em função da queda de Stroessner e da grave situação econômica da Argentina. Muitos são trabalhadores rurais que querem terras." (Folha de São Paulo - 21 de agosto de 1989, D-1).

A situação de indefinição do PNRA e a mudança de gouverno no Paraguai poderá agravar a situação dos brasiguaios. O número de brasiguaios em situação irregular no Paraguai é elevado e na fronteira continuam registrando-se de oito a dez pedidos diários de imigração de colonos brasileiros que procuraram o Consulado em Foz do Iguaçu.

"Willy e Ottomar Ludeke, proprietários da colonizadora Naranjal, deixaram o Paraná em 1973 e se estabeleceram no Paraguai, onde compraram 5,6 hectares de terra. "No Brasil não existia a possibilidade de se fazer alguma coisa com pouco investimento" diz Ottomar. Quando foram para o Paraguai, a terra era dez vezes mais barata do que no Paraná." (Folha de São Paulo, 21 de agosto de 1989 - D-1)

No Governo de Andrés Rodrigues voltou a tramitar no Congresso a proposta de uma área de segurança nacional, apresentada pelo projeto de lei do senador Rodolfo Gonzales Garavelle, do Partido Liberal Radical (PLRA), que foi para votação em abril de 1990. Pelo projeto será delimitada uma área de fronteira com 100 quilômetros, onde os estrangeiros terão um prazo de três anos para vender ao governo as propriedades improdutivas e dez anos para vender as que estiverem produzindo.

As terras começaram a sofrer uma queda nos preços. Em Caaguazu o preço do alqueire era de 2,5 milhões em novembro de 1989 e passou para 1 milhão, uma mês depois, e em maio de 1990, baixou para 800 mil cruzeiros, mas os brasiguaios contam com os esforços do governo paraguaio para continuarem no país, pois são responsáveis por mais de 90% da produção paraguaia de soja que na safra de verão de 1989 estava estimada uma produção em torno de 1,4 milhão de toneladas. No encontro que Andrés Rodrigues manteve com o presidente Fernando Collor, o presidente do Paraguai garantiu lutar contra o projeto que veta o acesso dos brasileiros às terras paraguaias.

"O Governo paraguaio toma medidas concretas. No início de julho enviou instruções aos conselhos nas fronteiras para suspender a emissão de carnês de imigração por seis meses. A medida pegou de surpresa pelo menos dez famílias brasileiras que foram barradas na Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu à cidade do Leste (antiga Porto Stroessner), com caminhões, tratores, móveis e outros pertences. (...) Segundo o cônsul-geral do Brasil na cidade do Leste, Ricardo Borges, 43, o Paraguai estuda limitar a imigração e até confiscar terras de clandestinos. (...)

de clandestinos. (...) Para os pobres, analfabetos e irregulares, sujeitos às arbitrariedades de autoridades e comerciantes de terras, a vida é difícil" (Folha de São Paulo, 21 de agosto de 1989 - D-1).

A definição de uma legislação protecionista com relação às terras paraguaias na fronteira com o Brasil poderá motivar novas pressões pelo retorno ao Brasil de brasiguaios que provavelmente perderão suas posses. Por isso alguns informes e evidenciam que a Reforma Agrária se for realizada no Paraguai, será em terras ocupadas pelos brasiguaios, sem alterar a estrutura fundiária dos grandes empresários e latifundiários que dominam as terras na região.

Independente de um projeto oficial, os campesinos estão se organizando e já começaram a ocupar algumas fazendas, iniciando o processo de conquista das terras paraguaias para os paraguaios. Segundo informações de Francisco Nunes, que trabalha com os latinos no Serviço Pastoral dos Migrantes, existem vários acampamentos de campesinos paraguaios.

Francisco Nunes, que atua na Pastoral dos Migrantes Latino Americanos, foi representando o Serviço de Pastoral Migratória em um dos acampamentos no dia 03 de março de 1990 e relatou o seguinte:

"Os paraguaios ocuparam há quatro meses uma fazenda que dizem ser do filho do ex-presidente Stroessner, gerenciada por um testa de ferro brasileiro. O líder do movimento Pedro Vargas está preso e os camponeses colocaram uma placa na fazenda com os dizeres "Queremos Tierra y Libertad de Pedro Vargas. Campesinos sin tierra del Km 28 - Monday Alto Paraná-Paraguay. ALA COLONIA PRIMAVERA". Nenhum padre aceitou rezar

uma missa para os camponeses, mas o Mons. Mário Medina Melâncio que é bispo de Benjamin Aceval no Chaco Paraguai, rezou a missa com representantes da Pastoral Social, Sindicatos de trabalhadores rurais da região, um representante do partido Colorado e também do PLRA (Partido Liberal Radical Autêntico) e sem-terras de outros acampamentos. A polícia construiu uma casa na entrada do acampamento para intimidar os camponeses com armas, tentando evitar o prolongamento dos movimentos".

Os campesinos estão ameaçando avançar também nas terras dos brasiguaios, o que provocaria novos movimentos de retorno desses camponeses e a continuidade da política de ocupações e acampamentos, provando que na verdade quem faz a reforma agrária são os próprios trabalhadores.

Na realidade, o movimento dessas lutas tem se esgotado nas ocupações e acampamentos, enquanto alternativas para a conquista das terras. A partir da intervenção do Estado com a política dos assentamentos surge um bloqueio na continuidade e consciência de organização coletiva dos trabalhadores retomando-se a luta individual acentuando a reprodução da propriedade privada no campo.

Para os que conseguiram retornar por uma necessidade de sobrevivência, situada no limite da espoliação, um fato novo: a luta não é mais individual, mas coletiva, é que passou a representar a possibilidade de permanência na terra com as alternativas da produção coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LUTA CONTINUA...

A situação dos brasiguaios no Paraguai é de expectativa sobre a política diplomática entre Paraguai e o Brasil. O presidente Andrés Rodríguez garante que vetará o projeto de criação da área de fronteira, mas mesmo assim os brasiguaios começam a sentir que a questão está complicada, principalmente em relação às ocupações de terras organizadas por entidades que lutam pela conquista da terra para os camponeses paraguaios. Os trabalhadores criaram em 02/10/89 a C.N.L.T.V (Coordenação Nacional de Luta pela Terra e pela Casa) com os seguintes objetivos:

1º Expropriação imediata das terras rurais enquadradas na lei (as não aproveitadas produtivamente e aptas para o uso);

2º Recuperação das terras griladas durante a ditadura de Stroessner;

3º Declaração do Estado de Emergência Nacional para enfrentar o enorme desemprego no campo e na cidade;

4º Criação de um Tribunal Agrário com a participação dos afetados;

5º Construção de Muros de Contenção nas margens do Rio Paraguai, que inunda a periferia das cidades;

6º Terra e vida para os sem-teto.

Os trabalhadores realizaram manifestações com quase 5 mil pessoas em Assunção, para entregar um documento aos deputados e senadores, denunciando as violências que foram pratica

das pelo FOPE (Forças Operativas da Polícia Especializada), criado para dispersar manifestações dos trabalhadores.

Em algumas regiões estão ocorrendo conflitos entre os campesinos paraguaios e os brasiguaios, embora não seja essa a direção que a coordenação está dando para a luta. Mas a situação é tão grave que os campesinos estão apelando para ocupações e acampamentos em várias áreas do território.

No Paraguai são 350 mil famílias sem terra e uma população abaixo dos quatro milhões de habitantes, sendo que 65% vivem do trabalho no campo, subordinados a 1% que corresponde a 147 famílias proprietárias de mais de 80% das terras. Após o golpe de 2 e 3 de fevereiro de 1989, foram registradas 49 ocupações naquele ano, com a participação de 15 mil famílias, sendo que três persistem na resistência e em 1990 estão aumentando as áreas de conflitos.

A lei da faixa de segurança como o que ocorre no Brasil e Argentina, com as faixas de fronteira que impedem o assentamento de estrangeiros é também uma tentativa do parlamento paraguaio. Há contudo, problemas para a sua aprovação, porque a fronteira do Paraguai com o Brasil é a região agrícola mais fértil do Paraguai e completamente ocupada por brasileiros, produzindo 90% da receita de produção agrícola paraguaia. Por outro lado, caso seja aprovada essa legislação, os proprietários brasileiros deveriam procurar outras terras e hoje o Brasil não tem interesse de atender inúmeras famílias de brasiguaios que sobrevivem como arrendatários e trabalhadores assalariados nas terras paraguaias.

Efetivamente, na disposição do atual governo, o Brasil não parece ter vontade de desapropriar terras para atender o possível retorno dos brasiguaios. Além disso, a extensão da U.D.R já chegou no Paraguai, através da proprietária de terras Corina Von Lasperg, que reside em São Paulo e fundou no Departamento de Alto Paraná a entidade denominada ANAPA (Associação Nacional dos Produtores), para defender os interesses dos latifundiários brasileiros no Paraguai. Do lado dos trabalhadores em Alto Paraná, fundaram a ASAGRAPA (Associação dos Agricultores do Alto Paraná), derivada do PAC (Programa de Ajuda Cristã).

Constata-se que os paraguaios entendem e estão seguros de que "los que quisieram hacer eso en el Brasil, serían vueltos no muy elegantemente al suelo nativo en menos de lo que canta el gallo", segundo um dos depoimentos. A maior revolta dos paraguaios é devida à situação irregular que, segundo Juvêncio Mazarollo, integrante do Núcleo Diocesano de Justiça e Paz de Fóz do Iguaçu, "a imigração envolve mais 400 mil pessoas e 80% em situação irregular."

Em um documento arquivado no Albergue Santa Tereza, na Ciudad Del Este no Paraguai, traduzimos um trecho final que apresenta o seguinte:

"...As autoridades consulares brasileiras têm perfeito conhecimento dessas irregularidades e, como justificacão, alegam que as deficiências provêm de nossos consulados, que não exigem dos imigrantes o visto correspondente. Dizem que as autoridades policiais de fronteira "regularizam" a situação

em troca de alguns guaranis (moeda paraguaia), e que os colonos eram vistos acertando a documentação e coisas do seu interesse, pois no Brasil há muita terra e eles não explicam porque querem vir para cá e se envolvem com complicações que nunca terminam. Porém, não pensam dessa maneira os jornalistas e enviados especiais brasileiros que se incursionam frequentemente nesses temas, alegando que se devem tomar medidas para que terminem estes desvios aos direitos das pessoas. As grandes personalidades ficaram em evidência com o inocultável escândalo que se arrasta desde há tantos anos atrás, comprometendo a imagem do Governo e da Nação Paraguaia por culpa de alguns vulgares malfeitores que já deveriam ser processados e cautelarmente presos."

A realização de um seminário sobre os brasiguaios, promovido pelo Centro de Estudos Migratórios e Serviço Pastoral dos Migrantes, em Foz do Iguaçu, nos dias 26 e 27 de maio de 1990, evidenciou a situação ainda de desconhecimento da questão que envolve os brasiguaios. Não podemos resumir este problema em mais um conflito de luta pela terra, que na verdade constitui-se num fenômeno migratório motivado pela falta de condições de trabalho na terra, principalmente no Paraná e a excelente qualidade das terras no Paraguai, na região de fronteira. Além disso, há também, um projeto geopolítico bem definido, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipú, da estrada rodoviária que liga o Porto de Paranaguá à cidade de Assunção, através da Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu (PR) e a Ciudad del Este, no Paraguai. Este projeto definiu a ocupação efetiva dos brasiguaios no Paraguai, a exemplo do Departamento de Alto Paraná, que no início estava ocupado predominantemente por minei-

ros e japoneses que cultivavam hortelã, e atualmente estão os colônos do sul cultivando a soja e o trigo e executando o pleno domínio econômico e político da região estrangeira da fronteira.

A regularização de alguns brasiguaios ficou constatada nesse Seminário, pois eles portavam todos os documentos exigidos para viver no Paraguai, embora provisoriamente. Nenhum manifestou desejo de se naturalizar. As entidades presentes como a CPT, representada pelos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também do Paraná e do Mato Grosso do Sul, juntamente com a Pastoral Social do Paraguai e a Córdenação Nacional de Luta pela Terra e a Casa, também do Paraguai, na presença de estudiosos e agentes pastorais, elaboraram um documento no qual demonstra-se a preocupação com a problemática dos brasiguaios. Constatamos também que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul já está se organizando no sentido de defender o retorno dos interessados em voltar ao Brasil e na defesa da luta contra os latifundiários e empresários feita por todos os brasiguaios que, juntos com os capesinos paraguaios, uniram-se em esforços comuns na busca dos mesmos objetivos.

Entre 23 e 27 de julho de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o Serviço Pastoral dos Migrantes, realizaram no assentamento de brasiguaios em Novo Horizonte, município de Ivinhema (MS), um curso que retratou a história de lutas dos brasiguaios. Constatou-se também, como vivem os primeiros brasiguaios que se organizaram para o retorno do Paraguai em 1985.

A respeito dos brasiguaios, observou-se que em No-Horizonte, onde foi realizado este curso, a situação das 760 famílias assentadas está muito delicada, pois o núcleo urbano desenvolvido nos últimos dois anos possibilitou grandes investimentos econômicos de comerciantes e empresas, que começam a influenciar na relação dominante com os colonos assentados. Por um erro na organização do assentamento, as lideranças permitiram que a SOMECO recuperasse, por acordo, parte da área desapropriada, em troca de abrir uma estrada para dar acesso ao assentamento. No entanto, consta no INCRA que a desapropriação é de toda a área correspondendo a 10 alqueires por família, mas, para ter acesso por essa estrada que a SOMECO construiu em troca da devolução de uma parte da Gleba, foi necessário acertar com os colonos a renegociação da área desapropriada.

Ficou combinado entre os colonos e a empresa que as famílias menores receberiam chácaras de apenas 3 alqueires, senão a área já não comportaria todos os cadastrados. Feito este acerto, o outro problema surgiu com relação ao crédito agrícola. Todos os financiamentos liberados pelo PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) correspondem aos 10 alqueires do cadastro, e várias famílias possuíam apenas 3 alqueires. Com a impossibilidade de cumprir os compromissos com o Banco do Brasil, inúmeras famílias estão vendendo os lotes para os proprietários de Supermercados e principalmente para a Agropecuária Vale do Ivinhema que, segundo informações, é dos representantes da UDR na região.

Tal entidade, por sua vez, tem feito a intermediação dos lotes que possivelmente serão reincorporados à colonizadora SOMECO, que pretende em pouco tempo retomar a fazenda, expropriando os assentados. Estes estão vendendo sítios de 10 alqueires, por G\$ 600.000,00 (no máximo 1 milhão de cruzeiros) e as chácaras de 3 alqueires ao preço de 100 a 200 ou 300 mil cruzeiros.

A área reincorporada pela SOMECO pelo acerto feito com os colonos da liderança, em troca da estrada de acesso à Gleba, é uma área que atualmente está sendo formada com pastagens em terras férteis para agricultura, que estão servindo para criar apenas 20 cabeças de gado por alqueire, e justifica-se como terras produtivas. Mas, por outro lado, a associação existente no assentamento já começa a se preocupar com o problema da venda dos lotes na Gleba e, através de cursos sobre associativismo, estão pensando no trabalho de cooperação agrícola.

A situação no Mato Grosso do Sul é de novas ocupações, inclusive retomando a mobilização dos brasiguaios que recomeçaram o processo de retorno com a ocupação da fazenda Urutiga no município de Tacuru (MS).

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S. (Coord.) A crise do imperialismo. Rio de Janeiro: Grall, 1977.
- ANDRADE, M.C. O planejamento regional e o problema agrário no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- BECKER, O.M.S. Considerações acerca do conceito de migrante. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5, 1982, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 1982. p. 473-
- BECKER, B.K. Geopolítica da amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BOJUNGA, Cláudio, PORTELA, Fernando. Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- BRUM, Argemiro J. O Brasil no contexto da crise mundial. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5, 1982, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 1982. p. 106-139.
- CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CAUDWEL, C. O conceito de liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CHAVES, Gilma Conceição Gonzales. Raízes históricas da ocupação espacial de Mato Grosso do Sul. Belo Horizonte. 1985. 77 p. (trabalho apresentado ao III Curso de Especialização em Análise Econômica Regional e Urbana)
- CHIAVENATO, J.J. Geopolítica, arma do fascismo. São Paulo: Global, 1981. (Coleção Geopolítica e Estratégia).

- CHIAVENATO, J.J. Stroessner: retrato de uma ditadura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CORTEZ, C., SILVA, E., JACQUES, L. Travessia do Rio dos Passáros: ocupação da Gleba Santa Idalina.
- CUTLER, A., HINDESS, B., HUSSAIN, A. O capital de Marx e o capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, v. 1.
- DONHA, João. Por uma estrutura agrária alternativa. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 74 n. 2, p. 21-34.
- FOWERAKER, Joe. A luta pela terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Mão-de-obra indígena e estruturas coloniais de produção: o caso do Paraguai colonial. Cadernos PUC, São Paulo: EDUC-Cortez, 1981, n. 7, p. 93-98.
- GARCIA, Rosane. Primeira safra anima "brasiguaios" no Mato Grosso do Sul. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 abr. 1987. Economia, p. A-6.
- GLÁUCIO, A.D.S. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GOLDMANN, L. Ciências Humanas e Filosofia: "O que é Sociologia?". 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1979.
- GOLDMANN, L. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HENNING, Hermano. Os brasileiros no Paraguai. Veja, São Paulo, n. 441, p. 46-54, set. 1975.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil).

Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, 1985-1989. Brasília, 1985. 79 p.

KAUTSKY, K., A questão agrária, São Paulo: Proposta Editorial 1980.

KOTSCHO, R., O massacre dos posseiros, conflitos de terras no Araguaia-Tocantins. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LAINO, D., Paraguai: fronteiras e penetração brasileira, São Paulo: Global, 1979.

LEAL, Laurindo (Coord.) Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas. São Paulo: Cortez Editora/EDUC 1985.

LENIN, V. I., Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LEFEBRE, H., O Marxismo. 5 ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

LUKÁCS, G., História e consciência de classe: estudos de dialética marxista. Porto: Publ. Escorpião, 1974. (Biblioteca Ciências e Sociedade)

LUXEMBURGO, R., A acumulação do capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Bibl. do Exército Editora, 1977.

MARTINS, J.S. A emigração e a crise no Brasil agrário. São Paulo: Pioneira. 1973. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

- MARTINS, J.S., Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975, (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- MARTINS, J.S., O cativo da terra, 2 ed. São Paulo: Pioneira Ciências Humanas, 1981.
- MARTINS, J.S., A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984
- MARTINS, J.S., Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl., O capital: crítica da economia política, Livro primeiro - o processo de produção do capital. 11 ed. São Paulo: DIFEL, 1987, vol. 1.
- MARX, K.; ENGELS, F., A ideologia alemã. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- MARTIN, P.S., Agricultura suicida: um retrato do modelo brasileiro. São Paulo: Ícone, 1985.
- MENEZES, Alfredo da Mota., A herança de Stroessner: Brasil Paraguai 1955-1980. Campinas: Papyrus, 1987.
- MOREIRA, R., Espaço agrário e classes sociais rurais na sociedade brasileira. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis: v. 74, n. 2, p. 35-56, mar. 1980.
- MOREIRA, R. O que é geografia. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOREIRA, R. (Org.) Geografia, ecologia, ideologia: a totalidade homem-meio hoje: Espaço e processo de trabalho. IN: Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão, Petrópolis: Vozes, 1982, p. 197-214.

- NAKAGAWARA, Yoshiya. Transformações agrárias e interinidade no sistema urbano norte-paranaense. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1980, Rio de Janeiro, Anais, Rio de Janeiro, 1980. p. 386-390.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. (Coord.) Estrutura fundiária norte-paranaense: concentração e "capitalização" - situação 70-80, IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1982, Porto Alegre, Anais, Porto Alegre, 1982, p. 433-434, v. II
- NEVES, T.Z. Migrantes gaúchos no Paraná e Santa Catarina, IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1982, Porto Alegre, Anais, Porto Alegre, 1982, p. 385-386, v. I
- NEVES, G.R. Geógrafos brasileiros e a América Latina, IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1982, Porto Alegre, Anais, Porto Alegre, 1982, p. 143-150, v. II
- OLIVEIRA, A,U. O econômico na obra Geografia Econômica de Pierre George: Elementos para uma discussão, IN: Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 23-32.
- OLIVEIRA, A,U. Modo de produção capitalista e agricultura. São Paulo: ÁTICA, 1986.
- OLIVEIRA, A,U. A geografia da luta no campo: conflitos e violência, movimentos sociais de resistência, a Nova República e a Nova República, São Paulo: Editora da USP, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Grall, 1977.

- PALAU, Tomás, HEIKEL, Maria Victoria, MENEZES, Marilda Aparecida de et al. Campeiros, agricultura em zona de fronteira agrícola: problemas vinculados a la migración, a la organización productiva y a la acción de la iglesia en el alto paraná. Hernandarias, Paraguay: Programa de Ayuda Cristiana, 1985. 140 p. (Trab. datilografado)
- RIBEIRO, Luiz Salgado. As terras sem títulos, drama para os colonos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 nov. 1981. Nacional-Exterior, p. 5.
- SANTOS, J.V.T. Colonos do Vinho. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SINGER, P. Introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- SINGER, P. Aprender economia. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SINGER, P. Diâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 1976, (Coleção Estudos Brasileiros).
- SILVA, José Gomes. A reforma agrária no Brasil: frustração campesina ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- SILVA, José Graziano da. Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1985
- SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SOARES, Teixeira. História da formação das fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.

- STIER, Kumagae Kasukuó. Contribuição ao estudo de transformações agrárias ocorridas na ocupação do espaço em Jataizinho. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5, 1982, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 1982, p. 310-311.
- SZMRE CZÁNYI, Tamás, QUEDA, A. (Orgs.) Vida rural e mudança social. São Paulo: Nacional, 1976.
- WESTPHALEN, M.C., MACHADO, B.P., BALHANA, A.P. Ocupação do Paraná, IN: Cadernos de Migração. São Paulo, v. 3, Centro de Estudos Migratórios, 1988.
- VALVERDE, O. A geografia agrária do Brasil. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1964, v. 6 (Sociedade e Educação)
- VALVERDE, O. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VELHO, O.G. Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VELHO, O.G. Capitalismo, autoritarismo e campesinato. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1979.
- VIANA, Francisco. Nasce um novo-rico-- Os bóias-quentes. Semhor, São Paulo, n. 171, p. 42, jun.1984.

FOTOS E DOCUMENTOS



Assentamento de Brasiguaios em Ivinhema MS, realizado em 1985



Assentamento dos 13 acampamentos do Estado, realizado em 1987



A mecanização da agricultura, substituta do trabalhador rural



Em Novo Horizonte, o preparo da terra usando o trabalho braçal



Em primeiro lugar esta lavrar a madeira para fazer a residência



O uso da madeira na construção do barraco e no caixote do poço



Nos barracos das escolas utilizam lascas e folhas do bacurizal



A criatividade na construção de sucatas para usar no transporte



Os fornos de carvão vegetal como fonte de renda nas glebas



MINISTERIO DEL INTERIOR
 DIRECCION GENERAL DE
 MIGRACIONES
 ADMISION PERMANENTE

Renovarse cada 10 años

	Año 1983	Letra M	N. 8807	I. Digital
--	-------------	------------	------------	----------------

Concedido por Resolución D. G. M. No. 862/84

Director General

R. J. Sebastian Miranda
 Director General de Migraciones
 FIRMA DEL INTERESADO

Nombre y Apellido ANTONIO DOMINGOS DE FREITAS

08/04/1.953 Fecha de Nacimiento LOVAT-UMUARAMA Lugar de Nacimiento

BRASIL Pais SOLTERO Estado Civil AGROPECUARIO Profesion

MINISTERIO DEL INTERIOR
 ASUNCION, 5/VI/84
 DIRECCION. GRAL. DE MIGRACIONES
 REPUBLICA DEL PARAGUAY
 Director General: *Dr. Alberto Caballero A. Zamudio*
 Director General de Migraciones

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y B. SOCIAL
LIBRETA DE SALUD

D

Este carnet se otorga a los ciudadanos de la República de Chile que acrediten su nacionalidad.

De Antônio Domingos de Freitas
Nombre Apellido

Nacido el 08-04-1953 En Brazil

Nacionalidad Brasil

Estado Civil Soltero

Profesión Agricultor

Ficha N°

Expedido de conformidad con el Artículo 9° Inc. 8° de la Ley Orgánica de Salud Pública. (Presente en cualquier Unidad Sanitaria del Ministerio para su renovación).

AÑO 1964

El portador fué sometido a exámenes cuyos resultados son:

Tuberculina-R. BCG

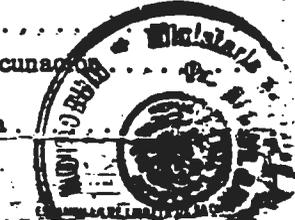
Serológico P/S

Antivariólica Fecha de vacunación

Radiografía No. Válido hasta

Piel

Otros



162212

Por tanto: PUEDE EJERCER SU PROFESION

Domicilio actual

Expedido el

Fecha

Perceptor

México
Dr. ELPIDIO FERNANDEZ



"CINCUENTENARIO DE LA DEFENSA DEL CHACO"



PADRON DE EXTRANJEROS

Certificado de Inscripción

INTERIOR

00806

JUNTA ELECTORAL CENTRAL

Nº

SECCION ELECTORAL DE

Domingo M. de Velez

CIRCUNSCRIPCION

Conste que

Antonio Domingo De Freitas

de nacionalidad,

Brasilense

de sexo

Masculino

de

31

años de edad, de estado

Soltero

de profesión

Agricultor

de tez

moreno

de cabello

negro

de estatura

1.75

mts

de señas particulares

nacido en

Lorab Umucoroma. P.R.

el

8-04-53

domiciliado en:

Colonia Naranjal

que

Si

sabe leer y escribir, ha sido inscripto en el Registro

respectivo

Fecha:

15-ix-84

Firma Pte. Junta Electoral Central

Antonio Domingo Freitas
Firma del Ciudadano

Imp. Dígito Pul. Derecho



NOTA: Este certificado será canjeado oportunamente por la Libreta Cívica en la Junta Electoral Central.

República del Paraguay



**MINISTERIO DE OBRAS
PUBLICAS Y COMUNICACIONES**

Dirección Gral. de Juntas Viales

**LIBRETA DEL SERVICIO
DE
CONSCRIPCION VIAL**

(Decreto-Ley N° 3639)



Asunción Paraguay

DISPOSICIONES GENERALES

Art. 1º — SERVICIO DE CONSCRIPCION VIAL: Créase el Servicio de Conscripción Vial con el fin específico de construir rutas que unen entre sí a las ciudades, pueblos, colonias y centros agrícolas de importancia y que no se hallen comprendidos en la red de carreteras troncales de la República.

Art. 2º — CIUDADANOS COMPRENDIDOS EN EL S. C. V.: El Servicio de Conscripción Vial (S. C. V.) comprenderá a todos los ciudadanos radicados en el territorio de la República, paraguayos y extranjeros desde los 20 hasta los 50 años de edad.

Art. 3º — CATEGORIA DE LOS CONTINGENTES: Los contingentes estarán divididos en tres categorías:

- a) de 20 a 30 años;
- b) de 31 a 40 años, y
- c) de 41 a 50 años.

Art. 4º — TIEMPO DE SERVICIO: El tiempo de servicio anual se distribuirá como sigue:
Categoría a) Seis días de trabajo.

- b) (5) cinco días de trabajo.
- c) (4) cuatro días de trabajo.

Art. 5º — EXCEPCIONES: Quedan eximidos del Servicio de Conscripción Vial:

- a) Los Magistrados y Jueces del Poder Judicial.

- c) Los Jefes, Oficiales, Sub-Oficiales y Clases de las FF. AA. en servicio activo, los de la Reserva movilizadas o que presten servicios en reparticiones militares;
 - d) El Personal Militarizado, Policial de la Capital e Interior de la República;
 - e) Los Mutilados y Lisiados de Guerra Pensionados;
 - f) Los Miembros Extranjeros de Misiones Diplomático y Consular;
 - g) Los Miembros del Clero Regular y Secular;
 - h) Los Miembros Extranjeros del Cuerpo Diplomático;
 - i) Cooperación;
 - j) El Personal Docente de Enseñanza Primaria;
 - k) Personal subalterno de Correos y Servicios;
 - l) Los Miembros de las Juntas, de las Juntas Municipales o Económico Administrativas cuyas funciones sean honorarias;
 - m) Los incapacitados física y mentalmente.
- Art. 23. — RECAUDACION DEL TRIBUTOS DE LIBERACION: La recaudación de tributo previsto en el Art. 59 queda a cargo de las Municipalidades de la República, debiendo procederse el cobro dentro del primer trimestre de cada año. En caso de morosidad en el pago, se cobrará un recargo del 20% por cada mes o fracción de retardo en el pago. El recargo no podrá exceder del 100% de la cuota respectiva.

EMPADRONAMIENTO

Junta Vial de *Cal y Garena*

Campaña *Cal y Garena* Padrón

Domicilio *Cal y Garena*

Apellido *de Saez*

Nombre *Jose Juan Saez*

Nació el *10 de Agosto* de 1953

en *La Paz*

Doc. de Ident. *10 de Agosto*

10 de *AGOSTO* COL. M. de 19*53*



[Signature]
Inscriptor

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

